

LUIZ GABRIEL DE SOUZA NOGUEIRA

**UMA FREGUESIA AO SUL DE MATO GROSSO: FAMÍLIAS,
ILEGITIMIDADE E COMPADRIO EM SANTA RITA DE NIOAC
(1877-1892)**

DOURADOS – 2017

LUIZ GABRIEL DE SOUZA NOGUEIRA

**UMA FREGUESIA AO SUL DE MATO GROSSO: FAMÍLIAS,
ILEGITIMIDADE E COMPADRIO EM SANTA RITA DE NIOAC
(1877-1892)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *Movimentos Sociais e Instituições.*

Orientadora: Prof^a. Dr^a. **Nauk Maria de Jesus.**

LUIZ GABRIEL DE SOUZA NOGUEIRA

**UMA FREGUESIA AO SUL DE MATO GROSSO: FAMÍLIA,
ILEGITIMIDADE E COMPADRIO EM SANTA RITA DE NIOAC
(1877-1892)**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Nauk Maria de Jesus (Dra., UFGD) _____

2º Examinador:

Patricia Maria Melo Sampaio (Dra., UFAM) _____

3º Examinador:

Paulo Roberto Cimó Queiroz (Dr., UFGD) _____

Aos meus pais, Douglas Andrea Nogueira e
Nancy Alencar de Souza Nogueira. Pelo exemplo
de vida, por todo cuidado e amor!

AGRADECIMENTOS

Dedico estas linhas para expressar minha gratidão. Penso que agradecer nos humaniza, nos faz ver e reconhecer que nossa vida é construída também por várias pessoas e situações. Em todo e qualquer processo de autoria, seja ele de um texto escrito – como é o caso aqui – ou de qualquer outra coisa na vida, devemos considerar a presença sempre marcante daqueles com os quais nos relacionamos. Assim, sou profundamente grato a cada um que aqui irei citar, com a ressalva de que a memória muitas vezes não nos permite lembrar de todos que também foram importantes nesse momento de minha vida.

Agradeço de forma especial a Deus, cuja presença permeia minha experiência de vida e me faz seguir com esperança em meio as contingências da existência. Sua força e presença foram importantíssimos nesses dias. Valeu papai!

Também, agradeço aos meus pais, Douglas e Nancy, pelo apoio, incentivo e confiança. Aos meus irmãos, os quais amo de coração e a toda minha família, que se estendeu durante estes dias, me trazendo mais alegria. Obrigado Sogro José Libermanio e sogra Helena Ruth, por todo apoio e confiança. Eu bem sei que vocês confiaram em mim!

Agradeço a minha esposa, Ana Luiza, pelo amor, carinho e cuidado em todos esses dias. Te conhecer me faz cada dia mais feliz! Te amo!

Sou grato a minha orientadora, professora Nauk Maria de Jesus, pelas correções, apontamentos, leituras e conselhos que me ajudaram muitíssimo na confecção deste trabalho. Agradeço ao professor Divino Marcos de Sena, que me ensinou os primeiros passos na pesquisa em história e me incentivou a continuar nessa atividade. Muito obrigado!

Da mesma forma, quero agradecer aos demais professores do PPGH/UFGD, Eudes Fernando Leite, Graciela Chamorro, Fernando Perli, e em especial aos professores Paulo Roberto Cimó Queiroz e Vanessa dos Santos Bodstein Bivar, que se dispuseram a ler estas linhas na qualificação, me apontando correções e caminhos que me auxiliaram na escrita. Também agradeço aos importantes apontamentos e observações feitos pela professora Patrícia Melo Sampaio, que com leitura atenta contribuiu grandemente na banca de defesa, juntamente com o professor Paulo Cimó.

Também, quero demonstrar minha gratidão a minha avó Josefina, tia Dulcimeire e tio Halley, que me receberam gentilmente em Nioaque, e me ajudaram muito durante os momentos iniciais da pesquisa. Agradeço a secretária da paróquia Santa Rita de Cássia em

Nioaque-MS, Bianca Góis Farias, e em especial ao padre Jovenes Galton Elson, que me permitiu acesso aos arquivos paroquiais. Também ao João Orcidney Xavier que me recebeu sua casa em Nioaque, e compartilhou muito do que sabia sobre a história da cidade.

Durante os anos desta pesquisa tive o privilégio também de conhecer novas pessoas, que se tornaram verdadeiros amigos. Nesse sentido, agradeço a amizade do Adaldo Vieira e da Paula Sampaio, pelas conversas, risadas e por todo carinho que demonstram a nós. Lembro aqui também dos amigos Moisés, Lane e o pequeno Natan; do José Augusto, Fabiane e Arthur; e do Roberto, Mercilene e Felipe. Vocês foram importantes para mim nestes dias. Muito obrigado pelas conversas, passeios e por compartilharem conosco parte de suas vidas. Estamos juntos!

Enfim, expresso aqui minha gratidão a cada um de vocês, que de alguma forma contribuíram neste momento da minha vida. Muito obrigado!

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o processo de constituição da freguesia Santa Rita de Nioac, e a partir dos *Registros de Batismos* demonstrar a heterogeneidade populacional, os arranjos familiares e os apadrinhamentos da população residente nos limites da freguesia. Ao mesmo tempo, este estudo pretende evidenciar a reorganização dessa sociedade após a Guerra com o Paraguai (1864-1870) e a importante centralidade militar e eclesiástica do povoado de Nioac na parte sul da Província de Mato Grosso em fins do século XIX. Utilizei como fonte principal o *Livro nº 1 de Registros de batismos* da paróquia Santa Rita de Nioac, que compreende os anos de 1877 a 1892 e registra batismos de pessoas livres, escravos e indígenas residentes na freguesia. Também foram utilizados mapas, relatos de viagem, leis, censos, relatórios de presidente de província e escritos de memorialistas que foram de suma importância para a construção das análises. Esta pesquisa vem preencher uma lacuna na historiografia regional, pois aborda uma localidade pouco estudada, e que ainda carece de trabalhos e produções que a contemplem como espaço de análise.

Palavras Chave: Registros Paroquiais; Freguesia Santa Rita de Nioac – século XIX; Famílias; Compadrio.

ABSTRACT

The present work has as objective to analyze the constitution process of *Freguesia* Santa Rita de Nioac, and based on Baptisms Records to demonstrate the population heterogeneity, the family structures and the godfathering of the population that lived in the *Freguesia* boundary. At the same time this study intends to show the reorganization of this society after the War with Paruaguay (1864-1870) and the important military and ecclesiastical centrality of Village of Nioac, in the southern part of the province of Mato Grosso, at the end of the 19th century. I used as primary source the book number 1 of baptisms records from Santa Rita de Nioac Parish, which records Baptisms of free people, slaves and indigenous residing in the parish between the years 1877 and 1892. Were also used maps, trips reports, laws/legislation, census and reports of provincial presidents and local writers, which were of paramount importance for the construction of the analysis. This research aims to fill a gap in the regional historiography, because it deals with an understudied locality and that still lacks works and productions that contemplate it as space of analysis.

Key Words: Parish Records, *Freguesia* Santa Rita de Nioac- 19th century; Families; *Compadrio*

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Varadouro entre os rios Nioaque e Brilhante	38
Mapa 2 – Localização das Colônias militares ao sul da província de Mato Grosso	43
Mapa 3 – Alguns povoados e propriedades no território da freguesia Santa Rita de Nioac	68
Mapa 4 – Sede da Freguesia Santa Rita de Nioac	69

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Oratório de Mesa em Madeira – Cuiabá século XVIII	74
Imagem 2 – Oratório-ermida – século XIX	75
Imagem 3 – Oratório-ermida – século XIX	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Colônias Militares na província de Mato Grosso – século XIX	37
Quadro 2 – População dos Municípios ao sul da província de Mato Grosso – 1872	55
Quadro 3 – Estrutura administrativa da Igreja Católica no Brasil Colônia e Império ...	58
Quadro 4 – Divisão Eclesiástica da província de Mato Grosso – 1876	59
Quadro 5 – Oratórios privados registrados na freguesia Santa Rita de Nioac (1878-1889)	76
Quadro 6 – População geral das paróquias ao sul de Mato Grosso dividida por gênero – 1890	89
Quadro 7 – Distribuição mensal de batismos – freguesia Santa Rita de Nioac (1878-1892)	91
Quadro 8 – A Ilegitimidade em diversas paróquias brasileiras – Séculos XVIII e XIX...	98
Quadro 9 – Condição dos nascimentos em diversos locais da freguesia Santa Rita de Nioac (1878-1892)	103
Quadro 10 – Condição dos nascimentos na sede da freguesia Santa Rita de Nioac (1878-1892)	105
Quadro 11 – Compadres preferenciais	110
Quadro 12 – Comadres preferencias	111
Quadro 13 – Quantidade de escravos presentes no Livro de batismo por proprietário	119
Quadro 14 – Famílias escravas na freguesia Santa Rita de Nioac	125
Quadro 15 – Relação anual dos batizados indígenas	133
Quadro 16 – Relação dos batizados por etnia, excluindo os Terena	138

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Situação do nascituro – Livres e Indígenas	99
Gráfico 2 – Movimento de batismos de filhos legítimos e ilegítimos entre a população livre incluindo indígenas (1877-1892)	101
Gráfico 3 – Etnias registradas no Livro de Batismos da Freguesia Santa Rita de Nioac .	130

SUMÁRIO

Lista de Mapas	10
Lista de Imagens	10
Lista de Tabelas	11
Lista de Gráficos	12
Introdução	15
Capítulo 1.	
A FORMAÇÃO DE UM NÚCLEO POPULACIONAL AO SUL DA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO	28
1.1 A província de Mato Grosso antes da Guerra com o Paraguai (1864-1870)	28
1.1.2 A presença militar no sul da província de Mato Grosso na primeira metade do século XIX e as Colônias Militares	31
1.2 A investida paraguaia sobre a Província de Mato Grosso	44
1.3 A Província de Mato Grosso no pós-Guerra	51
Capítulo 2	
A CRIAÇÃO DA FREGUESIA SANTA RITA DE NIOAC E SUA CIRCUNSCRIÇÃO	57
2.1 Circunscrevendo a Freguesia Santa Rita de Nioac	62
2.1.2. O oratório privado	73
Capítulo 3	
O BATISMO E A RELIGIOSIDADE CATÓLICA: ANÁLISES SOBRE FAMÍLIAS, ILEGITIMIDADE E COMPADRIO	82
3.1 A instituição do Batismo católico e seus significados religiosos	82

3.1.2 A religiosidade Católica na porção sul da Província de Mato Grosso	86
3.2 Na trama dos sujeitos: família, ilegitimidade e compadrio de livres na freguesia Santa Rita de Nioac	93
3.2.1 As taxas de ilegitimidade na freguesia Santa Rita de Nioac	95
3.2.3 O Compadrio	103
Capítulo 4	
ESCRAVOS E INDÍGENAS NA PIA BATISMAL	115
4.1 Família escrava	124
4.1 Os indígenas na freguesia Santa Rita de Nioac	128
Considerações finais	142
Fontes e Referências bibliográficas	145

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende analisar o processo de constituição da freguesia Santa Rita de Nioac e a partir dos *Registros de Batismos* demonstrar a heterogeneidade populacional, os arranjos familiares e os apadrinhamentos daquela população que se constituiu na fronteira sul da província de Mato Grosso em uma região profundamente marcada pela presença de diversas etnias indígenas. Assim, evidenciaremos a reorganização dessa sociedade após a Guerra com o Paraguai, e para seu desenvolvimento temos como fonte principal o *Livro nº 1 de Registros de batismos*, confeccionado na paróquia Santa Rita durante os anos de 1877 a 1892. A proposta deste trabalho, de alguma forma, vem preencher uma lacuna na historiografia regional, pois aborda uma localidade pouco estudada, e que ainda carece de pesquisas e produções que a contemplem como espaço de análise. Apesar desse silêncio, notado desde o início da pesquisa, a localidade de Nioac foi importante para a região do planalto sul da província de Mato Grosso no período Imperial, sendo uma das poucas freguesias ali instaladas na segunda metade do século XIX.

O recorte temporal estabelecido acompanhou os anos do *Livro nº 1 de Registros de batismos* e nos parece satisfatório na medida em que cobre um período importante e significativo da história de Nioac, quando a localidade se tornou freguesia (1877) e logo após Vila (1890). Esses anos foram importantes para a região sul da província - afetada pela Guerra -, pois notamos a constituição de novas elites locais ligadas, sobretudo, a pecuária e ao comércio, cujos nomes se tornaram importantes nos anos iniciais do século XX.

A opção por trabalhar com os registros paroquiais de batismos se deu a partir da constatação da existência dessa documentação, preservada na secretaria da Igreja Santa Rita de Cássia, localizada na cidade de Nioaque-MS. Ademais, tendo em vista a riqueza das informações fornecidas, percebemos logo que os nossos olhares para esta freguesia poderiam ser conduzidos por esta fonte, também pouco utilizada pela historiografia regional.

Nessa tarefa, no entanto, tivemos dificuldades diversas, como a pouca produção acadêmica sobre a localidade e o desencontro de algumas informações dispersas nos escritos de memorialistas que se debruçaram sobre a história da cidade. Essas obras são bastante limitadas, e esbarram no olhar saudoso e nostálgico de um passado de *glórias e grandes feitos*. A ênfase em datas, nomes, famílias e eventos são as marcas de uma empreitada feita

em sua maioria por memorialistas/cronistas¹. Ainda assim, sem poder negar o valor de tais escritos, procurei problematizar a história que por eles foi construída, tendo em mente que o fato histórico é elaborado/construído pelo pesquisador.²

As possibilidades de análises que os registros paroquiais de batismo descortinam ao olhar do pesquisador são diversas. Cabe a ele, então, realizar os recortes e escolhas necessárias para alcançar os resultados que almeja. Este trabalho, da mesma forma, é fruto de recortes e escolhas feitos ao longo da pesquisa, que levaram em consideração alguns aspectos em detrimento de outros. Aliás, este foi um dos principais desafios enfrentados ao longo do estudo, pois os temas abordados a partir da fonte que analisamos são os mais diversos, porém, demandam, para uma análise mais ampla, a utilização de outras tipologias documentais.

Neste sentido, a opção por analisar a temática que envolve a família, a ilegitimidade e o compadrio tem a pretensão de constatar a existência de uma população heterogênea, dinâmica e com múltiplas sociabilidades, inserindo na literatura histórica sobre a região o debate acerca das pessoas comuns, que construíram suas trajetórias segundo as contingências daquele contexto. Da mesma forma, com este estudo, temos a intenção de iniciar um debate que leve a outras produções historiográficas que analisem aquela sociedade e se apropriem de outras tipologias documentais, descortinando outros temas em diferentes temporalidades. Neste trabalho, não acreditamos que esgotamos as possibilidades de tratamento das temáticas abordadas, pelo contrário, reconhecemos o caráter *introdutório* das discussões efetuadas nas páginas seguintes. Porém, podemos considerar que estas linhas contribuem para o conhecimento histórico da região na medida em que apresentamos importantes informações, propondo interpretações e leituras das fontes utilizadas.

Lembramos que o uso dos registros paroquiais não é novidade na historiografia brasileira. O grande acervo criado pela Igreja Católica em seus longos anos de atuação no Brasil já foi e tem sido objeto de interesse de historiadores de diversas regiões do país e os registros de *eventos vitais* (de nascimento, casamento e óbito) têm atraído a atenção de muitos pesquisadores. Esse corpus documental fora utilizado, inicialmente, no campo da

¹ O escritor sul mato-grossense Hélio Serejo escreveu duas obras sobre Nioac: SEREJO, H. *Nioaque: um pouco de sua história* e SEREJO, H. *O Homem mau de Nioaque*. Ainda temos o livro *Nioaque: evolução política e revolução de Mato Grosso*, de Miguel Palermo. Escrita ainda em 1896, esta obra pode bem ser considerada como fonte, principalmente no que diz respeito às divergências políticas ocorridas no período republicano em Mato Grosso. Além destas obras recorreremos ao levantamento bibliográfico feito pelo professor José Vicente Dalmolin em DALMOLIN, J. V., *Nioaque no contexto do século XIX: na História do Mato Grosso do Sul*.

² Cf. FEBVRE, L. *Combates pela História*.

Demografia Histórica, mas possui grande potencial para ser aproveitado também pela História Social³. Além disso, por se tratar de uma fonte serial, e ainda graças as novas abordagens propiciadas pela Micro História, no que diz respeito ao interesse por trajetórias individuais, essa tipologia documental vem contribuindo para diversas pesquisas que se apropriam do seu caráter nominativo e acompanham o nome como fio condutor de suas investigações, como propôs Carlo Ginzburg.⁴

A partir da década de 1950 começaram a surgir trabalhos que se utilizaram das informações de batizados, casamentos e óbitos na Europa, principalmente na França, e que tinham como enfoque análises em demografia histórica e em história da família. Autores como Louis Henry e Michel Fleury, em 1956, empregaram essas fontes em seus trabalhos, buscando criar uma metodologia específica de análise⁵. Mesmo não sendo uma fonte de caráter censitário, esses autores foram precursores na sua utilização, pois a viram como fonte alternativa que possibilitava entender aspectos demográficos da população francesa.

No Brasil, a partir da década de 1970, a utilização dos registros paroquiais ganhou destaque, sobretudo com os trabalhos de Maria Luiza Marcilio (USP) sobre a população de São Paulo, que aplicou o método de Louis Henry com adaptações à realidade brasileira. Também temos as importantes pesquisas desenvolvidas pela professora Altiva Pilatti Balhana, no estado do Paraná (UFPR), que também se tornou um polo importante no campo da demografia histórica no país.

A produção dos registros paroquiais pela Igreja Católica está ligada ao Concílio de Trento (1560-1565), que normatizou e universalizou a prática da confecção de registros para os sacramentos ministrados pela Igreja. Durante os séculos XVI e XVII a política da Igreja foi de ampliação dessa sistemática de registros que visava, além de conhecer claramente quais eram seus membros, registrar “a passagem dos diversos momentos do ciclo de vida dos cristãos católicos”⁶.

Sob os preceitos do Concílio Tridentino, em 1707, foi realizado um sínodo em Salvador na Bahia, cujo principal resultado fora a promulgação das *Constituições Primeiras*

³ FRAGOSO, J., *Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais (Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII)*.

⁴ GINZBURG, C. *O nome e o como: Mercado historiográfico e troca desigual*.

⁵ FARIA, S. C. *História da família e demografia histórica*. In. CARDOSO, C.; VAINFAS, R. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*, p.243.

⁶ BASSANEZI, M. S., *Registros paroquiais e civis: Os eventos vitais na reconstituição da história*, p.146.

do *Arcebispado da Bahia*, que se tornou o documento base para a operação da Igreja Católica em terras brasileiras.

As Constituições são formadas por cinco livros e pretendem contemplar tanto as questões dogmáticas (da fé), como as atitudes frente às “coisas sagradas”, o comportamento dos fiéis no cotidiano, o procedimento desejável do clero, e ainda as sanções determinadas pelo descumprimento das orientações dadas. As Constituições estariam presentes na Sé catedral e Cabido, em todas as Igrejas paroquiais e curadas, deveriam tê-las também o provisor, o vigário geral, desembargadores, o promotor, vigário da Vara e advogados, além do Meirinho Geral e o escrivão da Câmara. É definido que os párocos leriam trechos específicos em voz alta a seus fregueses em datas determinadas, para que eles tomassem conhecimento do caminho correto a seguir.⁷

Portanto, a partir dessa data, com o estabelecimento das normatizações contidas nas *Constituições*, a confecção dos registros de batismos, casamentos e óbitos, passaram a se dar de maneira mais frequente nas paróquias que existiam no Brasil e nas que ainda haviam de ser criadas. As diretrizes presentes nas *Constituições* permaneceram em vigor até o fim do Império. Ademais, no Brasil, esses assentos acabaram por adquirir valor de registro civil, “já que a Igreja, por intermédio do Padroado Régio, atuava como um autêntico serviço público”⁸. Sendo assim, os livros que registravam os batismos, casamentos e óbitos iam além da mera transcrição de sacramentos religiosos, adquirindo caráter de registro oficial junto à administração do Estado.

Como afirma Maria Silvia Bassanezi os registros paroquiais podem fornecer ao menos duas perspectivas de análise, sendo elas a demográfica (percebendo a estrutura e dinâmica da população); e a sociocultural (relações sociais e de poder, práticas e mentalidades, etc.)⁹. Da mesma forma, segundo a autora são temas possíveis o mundo da infância, da família de livres e escravos, da mulher, assim como outros de interesses da História Social. Apenas nessa breve constatação podemos visualizar a riqueza dessas fontes. Além disso, a sua universalidade é um fator que tem atraído a atenção de diversos historiadores.

Esses livros incluem de fato todos os setores da sociedade. Homens e mulheres, ricos e pobres, brancos, negros e índios, nacionais e estrangeiros, filhos legítimos e ilegítimos/naturais, crianças expostas ou enjeitadas e

⁷ LOTT, M. M., *As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, p.1.

⁸ BACELLAR, C. *Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos*, p.40.

⁹ BASSANEZI, M. S., *Registros paroquiais e civis...*, Op. cit., p.143.

também escravos e libertos (antes de 1888) tiveram (e têm) os seus eventos vitais registrados.¹⁰

Seu caráter *generalizante* pode permitir uma análise bastante satisfatória da população como um todo, levando em consideração que as demais tipologias de fontes que nos falam das diversas parcelas da população de um estrato social inferior na América Portuguesa e no período Imperial¹¹, além de escassas são limitadas quanto aos dados que oferecem. À parte desse caráter abrangente, mais *democrático* quando comparado às outras fontes desses períodos, esse corpus documental ainda apresenta, como afirma João Fragoso, uma qualidade massiva e reiterativa, sendo que sua análise numa perspectiva serial é fundamental no processo de apreensão das informações.¹² Para este mesmo autor, falando especificamente do período que remonta à América Lusa, as fontes paroquiais permitem mapear relações de vizinhança, de parentesco e ainda sistemas de casamento¹³, informações relevantes para a construção de uma história social que tem se tornado bastante robusta em análises e de amplo e diversificados alcances.

Sobre a confecção dos assentos de batismos, casamentos e óbitos, precisamos considerar que à medida que as *Constituições* padronizaram um modelo de assento, também assegurou os padrões considerados aceitáveis ou exigidos de constituição familiar e social para a sociedade da América Lusa e posteriormente para o Brasil independente. Dessa forma, a análise da ilegitimidade ou das práticas matrimoniais consanguíneas, por exemplo, como comportamentos que eram considerados “irregulares”, mas que ainda assim eram registrados, tem sido o interesse de diversos historiadores que estudam as dinâmicas das organizações familiares e sociais, principalmente nos séculos XVIII e XIX.

As análises que se utilizaram dos registros paroquiais também forneceram as bases de algumas revisões de teses já consagradas na historiografia nacional. O uso de registros de batizados para entender aspectos da escravidão, por exemplo, permitiram, segundo Martha Daisson Hameister, visualizar como muitos escravos possuíam grande capacidade de agência, na constituição de família e na construção de redes de compadrio.

As investigações que conduzi com o uso de registros batismais me fazem discordar daqueles que não divisam a agência desses subalternos, sejam

¹⁰ Idem, p.142.

¹¹ As sociedades da América Lusa e do Brasil Imperial, guardadas suas especificidades são, acima de tudo, católicas “cuja população eram tementes a Deus, ou o que é o mesmo, cuja disciplina passava pelos sacramentos da Igreja Católica” (FRAGOSO, J., *Apontamentos...*, Op. cit., p. 23)

¹² FRAGOSO, J., *Apontamentos...*, Op. cit., p. 24.

¹³ Idem, p.23.

eles índios, escravos, pardos, forros, “brancos” livres e pobres, e dos setores intermediários entre esses e os poderosos senhores de escravos e terras.¹⁴

No levantamento bibliográfico feito para a presente pesquisa, observei que grande parte dos trabalhos que utilizaram as fontes paroquiais se detiveram nas questões sobre o parentesco espiritual, e na análise sobre a escravidão. Os trabalhos precursores de Gudeman e Schwartz¹⁵ sobre o batismo e as relações de parentesco espiritual de escravos na Bahia do século XVIII, abriram caminho para um grande número de pesquisas que se interessam pela temática em diversas regiões do país.¹⁶

Cabe ressaltar aqui também, o recente interesse que os registros paroquiais têm despertado no campo da história indígena, como as análises realizadas por Patrícia Sampaio e Natália Albuquerque do Nascimento a partir dos registros de batismos sobre a questão da ilegitimidade e etnia na vila da Barra de São José do rio Negro (Manaus) entre os anos de 1835 e 1845. As autoras buscaram demonstrar como a categoria *ilegítimo* não pode ser associada exclusivamente a um determinado grupo étnico/social, chegando a conclusão de que a “ilegitimidade em Manaus não tinha uma única ‘cor’¹⁷. Da mesma forma, podemos citar o trabalho de Paiva que analisou os indígenas e os processos de conquista dos sertões de Minas Gerais utilizando, dentre outras fontes, os registros de batismos¹⁸.

Em relação aos estudos que se dedicaram à província de Mato Grosso podemos citar o trabalho de Maria Adenir Peraro, que analisou o fenômeno da ilegitimidade na paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, durante o período de 1853 a 1890¹⁹. Destacamos ainda a dissertação de mestrado de Quelce dos Santos Yamashita, que discutiu, com base na documentação eclesiástica, aspectos das relações matrimoniais consanguíneas entre a população pobre e elite na província de Mato Grosso na segunda metade do século XIX²⁰.

¹⁴ HAMEISTER, M. D., *O uso dos registros batismais para o estudo de hierarquias sociais no período de vigência da escravidão*, p.8.

¹⁵ GUDEMAN, S.; SCHWARTZ S., *Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII*.

¹⁶ Cf. FREIRE, J. *Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista*. ROCHA, S. P., *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. WEIGERT, D., *Compadrio e família escrava em Palmas, província do Paraná (1843-1888)*.

¹⁷ SAMPAIO, P. M.; NASCIMENTO, M. A., *Etnia e legitimidade: fontes eclesiásticas e história indígena na Amazônia*.

¹⁸ PAIVA, A. T., *Os Indígenas e os processos de conquista dos sertões de Minas Gerais (1767-1813)*.

¹⁹ PERARO, M. A., *Bastardos do Império*.

²⁰ YAMASHITA, Q. S., *Práticas matrimoniais na província de Mato Grosso: o discurso moderno e os casamentos consanguíneos (1850-1889)*.

As páginas a seguir, resultado de pesquisas em diversas fontes e documentos e, sobretudo, em registros paroquiais, se dedicam exclusivamente a análise de um livro de batismos e, portanto, não possuem a abrangência das pesquisas aqui citadas. Ainda assim, a riqueza dos dados que podem ser retirados desta tipologia documental leva o pesquisador a ter que planejar a forma como vai realizar o tratamento metodológico. Aliás, este é um trabalho que toda pesquisa em história deve incorporar, sendo parte do ofício do historiador.

Para o caso específico deste estudo, fizemos uma opção por transcrever em tabela do Excel todos os assentos encontrados no *Livro nº1 de Registros*. Dessa forma, temos uma visão global do livro, que possui 1.303 assentos de batizados de pessoas livres, indígenas e filhos de escravos. A transcrição foi realizada de forma parcial, não integral, e teve como intuito retirar o máximo de informações possíveis dos assentos. Os dados obtidos a partir das montagens das tabelas foram: data do batismo, sexo do batizando, nome do batizando, data de nascimento, idade, condição de nascimento (se legítimo ou natural), nome dos pais, padrinhos e local de batismo. Após a transcrição em tabela do Excel, os dados ficaram disponíveis para buscas, seleções e comparações que puderam revelar informações quantitativas e qualitativas para a posterior problematização.

A metodologia de leitura destes registros que foi empregada durante a pesquisa envolve uma combinação de análises quantitativas e qualitativas, articulando as informações que os números forneceram – quantidade de batismos, número de legítimos e ilegítimos, número de famílias escravas, etc. – com as possibilidades levantadas por meio de discussão com a bibliografia que trata do tema no Brasil.

Além dos registros de batismos, cabe ressaltar que o presente estudo também utilizou uma variedade de fontes para analisar o objeto. Assim, investigamos relatos de viagem, leis, censos, mapas, relatórios de presidente de província e escritos de memorialistas que foram de suma importância para construir as análises.

Também procuramos nos apropriar da prática metodológica denominada paradigma indiciário, na qual o historiador é comparado a um investigador que a partir de pistas singulares e quase imperceptíveis ao olhar corriqueiro consegue perceber aspectos de um determinado fenômeno.²¹ Ao transcrever o respectivo *Livro de Batismo* também analisamos metodicamente os assentos com a intenção de observar elementos involuntários presentes

²¹ GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*.

no documento e que pudessem, de alguma forma, revelar informações sobre o processo de confecção daquela fonte, que descrevemos a seguir.

A produção do Livro nº1 de Registros de batismos da freguesia Santa Rita de Nioac²²

Desde logo é preciso notar que o *Livro de batismo* em estudo não foi produzido para ser uma fonte histórica, sendo originalmente pensado para o registro do sacramento do batismo, tendo peso legal como comprovante civil de nascimento em seu tempo. Os registros paroquiais de um modo geral “possuíam um caráter religioso com força de um ato civil para cada indivíduo, servindo, inclusive, de base legal para operações seculares, como, por exemplo, os processos de herança”²³. Antes de tudo, portanto, os *Livros de batismos* eram livros oficiais e exclusivos, o que certamente influenciava sua preservação e confecção.

É necessário ter em mente, que o documento histórico é analisado a partir do presente, “estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita” que conduziu sua criação.²⁴ A fonte em questão foi produzida por várias mãos, em contextos diferentes e a partir de instrumentos diversos. Porém, sua confecção estava regida por instrumentos legais que são importantes para a análise destes registros. A norma padrão de sua escrita, no entanto, não foi capaz de ocultar alguns elementos involuntários, que a partir de uma análise minuciosa trazem informações relevantes.

O *Livro de batismo* da paróquia Santa Rita de Nioac, contém assentos de batismos de pessoas livres, pobres e abastadas (originários da província de Mato Grosso e outras províncias do Império), indígenas, filhos de escravos e estrangeiros (principalmente paraguaios). O livro traz um total de 1303 assentos de batizados durante os anos de 1878 a 1892, sendo que o primeiro assento foi feito no dia 30 de setembro de 1878. Seu termo de abertura vem assim descrito:

Há de servir este livro para assentos de batizados de pessoas livres pertencentes a Freguesia de Santa Rita de Nioac, vai para isso numerado e rubricado com minha rubrica que diz = Mendes = e leva no fim termo de encerramento. E para constar fiz esta abertura, em que me assigno. Cuiabá,

²² *Livro nº1 de registros de batismos da paróquia Santa Rita de Levergeria* (1878-1891). *Nioaque-MS: secretaria da paróquia Santa Rita de Cássia*. Doravante as referências ao Livro nº1 de Registros de Batismos aparecerão em forma abreviada, *Livro de batismo*, com o fim de otimizar a escrita.

²³ PINSK, C. B.; LUCA, T. R. (org.), *O historiador e suas fontes*. p. 143.

²⁴ PINSK, C. B.; LUCA, T. R. (org.), *O historiador e suas fontes*. p. 24.

31 de maio de 1878. Conego Manoel Pereira Mendes, Governador do Bispado.

Este *Livro de batismo*, portanto, foi enviado do bispado em Cuiabá para a paróquia Santa Rita um ano depois da elevação do povoado à freguesia em 1877. Os livros de registros, como documentos oficiais, eram rubricados e numerados, e ainda passavam pelo aval do vice-presidente da província.²⁵

As prescrições trazidas pela Igreja enfatizavam a importância de cada paróquia ter um livro exclusivo, insuspeito de falsificações e bem conservado, o qual deveria estar “sempre fechado na arca, ou caixões da Igreja debaixo de chave”.²⁶ A forma como os assentos deveriam ser escritos precisavam seguir o modelo seguinte:

Aos tantos de tal mês, e de tal ano batizei, ou batizou de minha licença o Padre N. nesta, ou em tal Igreja, a N. filho de N. e de sua mulher N. e lhe pus os Santos Óleos: foram padrinhos N. e N. casados, viúvos, ou solteiros, fregueses de tal igreja, e moradores em tal parte.²⁷

Sendo assim, as informações que deveriam constar nesses registros eram a data do batismo, o nome do sacerdote que o realizou assim como do indivíduo batizado, o local do batismo, nome dos pais do batizando e padrinhos com seu respectivo estado civil (se solteiros, casados e viúvos) e local de residência. De uma forma geral, o *Livro de batismo* em estudo seguiu o modelo trazido nas *Constituições*, pois seus assentos são bastante semelhantes ao que dizia o documento. Para se perceber o alcance destas normas também nos registros da freguesia de Santa Rita de Nioac, abaixo transcrevo um assento do livro, referente ao ano de 1879:

No dia seis de janeiro de mil oitocentos e setenta e nove, na Igreja Paroquial de Santa Rita de Levergeria em Nioac, batizei solenemente a Otilia, nascida a dois de outubro de mil oitocentos e setenta e oito, filha legítima de João Luiz da Fonseca e Moraes e Elisa Rufino de Fonseca de Moraes. Foram padrinhos o capitão João Caetano Teixeira Muzi e Santa Rita. E para constar lavrei este assento em que me assino. Santa Rita de Nioac, três de março de 1879. O encarregado da paróquia, Simão Moreira da Rocha, Capelão Tenente.²⁸

²⁵ Além disso, eram taxados, sendo que, para a confecção do Livro de batismo de Santa Rita de Nioac, foi pago uma taxa de 2\$500 réis na coletoria em Cuiabá, *Livro nº1 de registros de batismos*, op. cit.

²⁶ *CONSTITUIÇÕES...* TITULO XX, § 70.

²⁷ *Idem*.

²⁸ *Livro nº1 de registros de batismos, fôlio 9 v*. As transcrições do *Livro de batismos* que serão feitas neste trabalho tiveram a ortografia atualizadas para o português atual.

Como é possível notar, se considerarmos o padrão estipulado pelas *Constituições*, o pároco de Nioac, Simão Moreira da Rocha, inseriu informações e suprimiu outras. A condição – se legítimo ou não – e a data de nascimento da criança, apesar de não aparecerem no modelo, estão presentes nesse assento.

Os assentos não possuem um padrão exato, sendo que em alguns a informação está presente, e em outros não aparece, ficando sujeito, portanto, ao pároco que realizava o registro. Como o *Livro de batismo* foi produzido ao longo de 14 anos e por dois párocos diferentes é esperado que o padrão não seja seguido de forma exata.

Nesse período, o aparato institucional da Igreja promovia as chamadas *visitas pastorais*, que tinham como finalidade, além do apoio às paróquias locais, também a fiscalização dos livros de registros paroquiais. Dessa forma, o preenchimento dos assentos mudava levemente em alguns dados a partir das visitas que a paróquia recebia. Em 1882, frei Mariano de Baganáia, que era à época vigário forâneo do baixo Paraguai, realizou visita pelas paróquias sob sua responsabilidade. Entre elas encontrava-se a paróquia Santa Rita de Nioac, que recebeu a visita do frei em agosto de 1882. Nessa data frei Mariano fez algumas correções no *Livro de batismo*, apontando pequenas mudanças nos padrões dos assentos, como a que segue: “todas as datas dos lançamentos devem ser por extenso”²⁹, o que foi seguido pelo pároco. Outra visita pastoral que deixou sua marca no *Livro de batismo* ocorreu em 1886 quando o bispo de Cuiabá passou pela freguesia com sua comitiva. Dessa verificação se pode notar vários vistos com assinatura do bispo ao longo do livro.

Os padrões dos assentos encontrados no *Livro de batismo* em Nioac são semelhantes àqueles analisados por Maria Adenir Peraro na freguesia Senhor Bom Jesus do Cuiabá³⁰, que abrangeram os anos de 1853 e 1890, e os estudados por Divino Marcos de Sena, referentes à freguesia Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque, que registra batismos entre os anos de 1853 a 1862.³¹ No entanto, diferentemente do que observou Maria Adenir Peraro, quando a autora afirma “não ter havido nas atas separação de população livre e escrava”³², os assentos para filhos de escravos do *Livro de batismo* em Nioac encontram-se separados em local específico do livro. Somente no caso dos filhos de mãe escravas, os assentos estão separados, e registram batismos realizados entre 1879 e 1886.

²⁹ *Livro de batismos*.

³⁰ PERARO, M. A., *Bastardos do Império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX*, p.80

³¹ SENA, D. M., *Matrimônios e batismos na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque – Província de Mato Grosso (1836-1862)*.

³² PERARO, M. A., *Bastardos...*, p.80.

Nos anos compreendidos pelo Livro de batismo, já estava em vigor a chamada Lei do Ventre Livre, que vigorou no país a partir de 1871. Por essa lei os filhos de mulheres escravas eram considerados livres, porém, ainda assim, eram inseridos em local discriminado no livro pela condição de sua mãe. Também, para esse caso específico dos filhos de escravas, os assentos traziam a informação adicional do nome do proprietário da mãe (e do pai quando era o caso).

No dia treze de abril de mil oitocentos e oitenta e cinco, em desobriga, batizei solenemente na freguesia de Nioac a Benedicta, nascida a vinte e três de fevereiro do mesmo ano, filha natural de Jeonima escrava de Gustavo Adolpho Ferreira Machado. Foram padrinhos Gustavo Cezarinho Ferreira Machado e Theodora Maria da Conceição Machado. E para constar fiz este assento. Padre Simão Moreira da Rocha, encarregado da paróquia.³³

O nome do proprietário era registrado, pois sendo um documento oficial, o livro de batizados poderia servir como documento de comprovação de propriedade, numa sociedade onde os meios de se registrar a propriedade escrava eram precários.³⁴ Aliás, dos assentos que registram filhos de escravas, três folhas do *Livro de batismo* se perderam, se levarmos em consideração a numeração deste trecho do livro que inicia com a página de número quatro. São quarenta assentos no total de filhos de escravas, número que provavelmente seria de cinquenta assentos se as páginas faltantes estivessem presentes.

Como descrito por Peraro, era prática comum dos párocos, quando estes estavam em visita de desobriga³⁵, registrarem em outros suportes (cadernetas, folhas avulsas, etc.) os batismos para depois transcrevê-los no livro apropriado que ficava na sede paroquial, na tentativa de evitar danos ao livro oficial³⁶. Isso poderia eventualmente “levar a perda de alguns registros e de alguma informação”.³⁷ É possível observar que em muitos assentos o registro era feito posteriormente à realização da cerimônia, as vezes dias ou meses depois. Isso ocorria principalmente nos assentos de batismos em desobriga. No entanto, em alguns casos também é possível notar que o *Livro de batismos* acompanhou o pároco em suas

³³ *Livro nº1 de registros de batismos, fólhos 77 e 78.*

³⁴ ROCHA, S. P., *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*, p.165

³⁵ As visitas de desobriga se davam quando o sacerdote se dirigia aos povoados, fazendas e colônias militares para ministrar sacramentos, deslocando-se para fora do ambiente da Igreja Matriz, indo até locais distantes

³⁶ No interior do livro é possível encontrar alguns poucos papéis avulsos que trazem assentos, como um de 1889 em que após o registro do batizado aparece descrito a seguinte frase: “não se acha esta parte transcrita no corpo deste registro porque o pai da criança estava ausente em serviço e me se deu bem tarde”, *Livro nº1 de registros de batismos*, op. cit.

³⁷ PERARO, M. A., *Bastardos...*, p.79.

viagens pela freguesia, como em 1892 quando o Pe. Benedicto Conti registrou o batismo da pequena Antonieta:

Antonieta, filha legítima de João Paulo Maciel d'Oliveira nasceu nos Dourados a 4 de janeiro de 1889, sendo sua mãe a Sra. D. Justina dos Santos Maciel d'Oliveira. A batizei solenemente no oratório do Sr. João Lima no dia 8 de junho de 1892 estando em visita de desobriga. Foram seus padrinhos o Sr. João Lima e D. Eudósia da Glória de Lima. **Registrei esta parte em Buriti**, em 23 de junho de 1892. Pe. Benedicto Conti.³⁸

Estes registros fornecem uma gama de informações que podem ser utilizadas para analisar aspectos sociais da população da freguesia, dada a qualidade da abrangência destes assentos, que não se limitavam apenas a grupos ou classes sociais específicas. Ao alcançar estratos os mais diversos daquela sociedade, trazendo seus nomes, condição de nascimento, local e alianças firmadas pelo apadrinhamento, os registros paroquiais de batismos descortinam aspectos muito importantes acerca da dinâmica social da população daquela freguesia de fronteira.

O objetivo final deste trabalho, portanto, é analisar o processo histórico de formação da freguesia Santa Rita de Nioac e os aspectos sociais ligados a família e ao compadrio presentes naquela sociedade, a fim de demonstrar a reorganização dessa sociedade no período posterior a guerra. Enfatizo que o presente trabalho preserva um ineditismo por se propor a trabalhar com uma localidade pouco estudada a partir de uma fonte que também tem sido, podemos dizer, *menos-prezada* nas pesquisas sobre a província de Mato Grosso no século XIX, sobretudo para a porção sul.

A construção dos capítulos buscou tornar mais clara possível as argumentações e discussões da narrativa aqui elaborada. Assim, o primeiro capítulo tem o objetivo de discutir o processo histórico que levou a formação de um núcleo populacional ao sul da província de Mato Grosso, que ficou conhecido por Nioac³⁹. Argumento que sua formação esteve ligada à ocupação não indígena permanente da porção sul da província e a construção de um aparato militar de defesa da fronteira sul na primeira metade do século XIX. Enfatizo também que esse processo se deu a partir do reconhecimento do local, feito por viajantes que adentravam

³⁸ Livro nº1 de registros de batismos, fôlio 171 – grifo meu.

³⁹ Ou *Anhoac*, conforme grafia original (BRASIL. Decreto nº 1.578 de 10 de março de 1855). Outra forma utilizada no século XIX era *Nioac*, termo que adotarei ao longo deste trabalho para se referir à localidade onde se formou a povoação. Quando a grafia atualizada *Nioaque* aparecer, será uma referência ao rio homônimo ao povoado. Segundo Taunay a palavra *Nioac* é de origem Guaicurú, e significa “clavícula quebrada”, TAUNAY, V. *Em Mato Grosso invadido*, p.91. Alguns autores também afirmam que a palavra é de origem Guaná, ou Terena.

àquela região, passando pelo estabelecimento de uma colônia militar e sua posterior elevação à condição de comando de um distrito militar fronteiro, até sua total destruição pela ofensiva paraguaia na Guerra (1864-1870). A localidade conhecida como Nioac foi de grande importância regional no sul de Mato Grosso no período anterior à guerra, por ser sede do comando do distrito militar de Miranda e por possuir uma considerável centralidade como guarnição militar naquela região fronteira.

No segundo capítulo discutimos como se deu a criação da freguesia Santa Rita de Nioac, que passou a constituir uma nova jurisdição eclesiástica no sul de Mato Grosso, no período pós-Guerra com o Paraguai. Nesse contexto a região do planalto sul da província recebeu novos contingentes populacionais que reconstruíram e construíram povoados, destacamentos militares e propriedades rurais.

No terceiro capítulo, exploraremos os significados religiosos do batismo, compreendendo como se dava esse ritual, sua regulamentação, seus símbolos e participantes, além de discutirmos aspectos concernentes a religiosidade católica da população que residia na região em estudo. Nesse capítulo iniciaremos a discussão acerca das famílias, ilegitimidade e compadrio, discutindo propriamente os dados levantados no *Livro de Batismo*. Assim, iniciamos abordando a temática da ilegitimidade, por entendermos ser um tema relevante que carece de estudos na região e temporalidade em destaque, para depois discutirmos as relações de compadrio firmadas na freguesia entre a população livre, apresentando alguns padrões e tendências observadas.

O quarto e último capítulo dará continuidade as discussões empreendidas no capítulo anterior, porém se dedicará a analisar propriamente a população escrava e os indígenas, enfatizando as taxas de ilegitimidade e o compadrio.

O objetivo é demonstrar a heterogeneidade populacional, os arranjos familiares e os apadrinhamentos da população residente nos limites da freguesia. Os temas escolhidos e as discussões empreendidas foram delimitadas de acordo com as possibilidades que a fonte oferecia. Discutiremos essas questões em tópicos distintos, considerando os grupos sociais que aparecem no *Livro de batismo* (escravos, indígenas e livres) com o intuito de enfatizar as diversidades dos sujeitos que viviam na freguesia, cuja paróquia matriz estava localizada num destacamento militar e era administrada por um oficial do exército. Essas características são importantes, pois nos ajudam a compreender o perfil daquela sociedade, marcada pela presença de militares e de indivíduos que migraram para a localidade vindos de diversas regiões do país.

CAPÍTULO 1: A FORMAÇÃO DE UM NÚCLEO POPULACIONAL AO SUL DA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO

1.1 A província de Mato Grosso antes da Guerra com o Paraguai (1864-1870)

A ocupação não indígena da porção sul da província de Mato Grosso se deu, de forma mais intensa, a partir da primeira metade do século XIX. Famílias provenientes de São Paulo e Minas Gerais se deslocaram para essa região, que até aquele momento era local apenas de investidas de exploradores que visitavam o território de forma esporádica, ou por indivíduos que passavam para atingir outras áreas da província e não tinham o objetivo de se estabelecer no local, o que fazia com que o planalto meridional servisse apenas como “área de passagem”⁴⁰.

No entanto, a região apresentava potencialidades econômicas, devido, entre outros fatores, às grandes pastagens propícias a criação bovina e à existência de gado bravo. João Antonio Botelho Lucidio, que abordou o tema da ocupação do planalto em sua dissertação de mestrado, enfatizou que a pecuária bovina e a agricultura de subsistência possibilitaram a produção da vida material das famílias provenientes de outras localidades do Brasil, que passaram a se apropriar de vastas extensões de terras na região. Seu estudo demonstrou que a partir de 1830 iniciou-se o primeiro momento do referido processo, quando começou a se consolidar um novo padrão de acumulação, tendo por base a exportação de gado em pé e a agricultura de subsistência⁴¹. A partir dessa década, portanto, ocorreu a criação de várias fazendas por indivíduos vindos, sobretudo, das províncias de Minas Gerais e São Paulo que se afazendaram na região animados pelas excelentes pastagens e a facilidade em se obtê-las. Segundo Vilma Saboya, as terras devolutas da província de Mato Grosso eram muitas, sendo “a posse garantida àqueles que conseguissem enfrentar os obstáculos naturais e os índios” estabelecidos na região.⁴²

Há que se pontuar aqui a existência de diversas etnias indígenas que habitavam a região sul da província, como os Caiapó, Guaikuru e Kaiowa, e que deixaram vestígios nas fontes que são utilizadas pelos pesquisadores para entender o processo de ocupação não

⁴⁰ CORRÊA, V. B., *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*, p.56.

⁴¹ LUCÍDIO, J. A. B., *Nos confins do Império um deserto de homens povoado por bois: A ocupação do Planalto Sul Mato Grosso, 1830-1870*.

⁴² SABOYA, V. E., *A Lei de Terras (1850) e a Política Imperial – seus reflexos na Província de Mato Grosso*, p.122.

indígena da porção sul da província de Mato Grosso, como por exemplo, os relatórios de viagens da primeira metade do século XIX.⁴³

Os registros arqueológicos da presença de populações humanas na região em destaque variam, porém apontam para uma ocupação bastante recuada no tempo, podendo chegar a doze mil anos⁴⁴. Ainda no começo do século XVII, com o processo de colonização da América promovido pelos espanhóis, é possível verificar a presença de diversos agrupamentos indígenas que já viviam na região do atual sul de Mato Grosso. Alguns destes grupos étnicos ainda habitam à região, outros se deslocaram para localidades distantes e ainda outros foram dizimados a partir do processo de colonização espanhol e português⁴⁵. Assim, é necessário pontuar que em meados do século XIX já existia, ao sul de Mato Grosso, importante diversidade étnica, formada a partir de um longo processo histórico de estabelecimento de agrupamentos indígenas na região.⁴⁶

Os primeiros não indígenas que adentraram o território ao sul da província com o intuito de permanecer no local e ali constituir seus meios de subsistência, utilizaram com frequência do conhecimento dos indígenas “que serviam como guias, transmitindo também práticas de cura, como amenizar a sede, a fome, o cansaço, atuando em sua defesa contra grupos de índios mais belicosos e executando pequenas tarefas”⁴⁷. Esse contato, no entanto, não foi sem grandes perdas para diversas etnias indígenas, sendo frequente o confronto com os sujeitos que adentravam o território para estabelecer propriedades rurais, muitas vezes em locais de habitação indígena.

Entre essas primeiras propriedades rurais estavam aquelas que pertenceram às famílias que se tornaram *tradicionais* proprietárias na região que, se apropriando de vastas extensões de terras, formaram pelo menos duas áreas de concentração. A região que posteriormente seria Santana de Paranaíba ficou conhecida por *sertões dos Garcia*, sobrenome da família de origem mineira, cujo expoente proprietário foi José Garcia Leal,

⁴³ Cf., CHAMORRO, G. *História Kaiowá: das origens aos desafios contemporâneos*, p.71. Sobre a colonização não indígena no sul da província de Mato Grosso e seus impactos para os Kaiowá ver: CRESPE, A. C. *mobilidade e temporalidade Kaiowá: do Tekoha à reserva, do Tekoharã ao Tekoha*.

⁴⁴ Cf. MARTINS, G. R; KASHIMOTO, E. M. *12.000 anos: arqueologia do povoamento humano no nordeste de Mato Grosso do Sul*.

⁴⁵ Nesse sentido, pode-se considerar, por exemplo, o caso dos Paiaguá e Guaikuru, que viviam na região do Pantanal.

⁴⁶ Retomaremos a discutir mais detidamente sobre a população indígena no capítulo 4. Para uma história da presença indígena em Mato Grosso do Sul conferir: CHAMORRO, G.; COMBÈS, I. *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*.

⁴⁷ DOURADO, M. T. G., *O Cotidiano nos Campos da Vacaria (Mato Grosso – século XIX)* p. 4.

que juntamente com Joaquim Francisco Lopes criou fazendas nas cabeceiras do Rio Sucuriú⁴⁸. Além desses nomes, podemos citar ainda o paulista Antônio Gonçalves Barbosa que adentrou mais ao sul e se estabeleceu na região da Vacaria e levou consigo seu genro Gabriel Francisco Lopes que, por sua vez, estava acompanhado de seu irmão José Francisco Lopes.⁴⁹

Na década de 1840, também, o major João José Gomes estabeleceu propriedade na Forquilha do Nioaque, local da foz deste rio no rio Miranda, sendo uma das mais antigas e importantes propriedades rurais para a ocupação não indígena da região. Na primeira metade do século XIX, portanto, grande parte da região sul da província de Mato Grosso já contava com povoadores, que se instalavam principalmente próximos aos rios, valendo-se dos campos propícios à criação bovina e a agricultura de subsistência.

Para Queiroz⁵⁰, esse processo pode ser tratado como um típico movimento de *Frente de Expansão*, conceito criado pelo sociólogo José de Souza Martins que se caracteriza por uma “economia do excedente, cujos participantes dedicam-se principalmente à própria subsistência e secundariamente à troca do produto que pode ser obtido com os fatores que excedem às suas necessidades”⁵¹.

Tratando da primeira metade do século XIX, segundo Luiza Volpato, este foi um momento de enfraquecimento da atividade mineradora, onde a economia da província de Mato Grosso se caracterizava por ser “pouco dinâmica, com relações sem grande intensidade com o mercado externo, à espera de remessas de recursos do governo central para solucionar a maioria dos seus problemas”⁵². No que tange à sua população, no ano de 1849, Mato Grosso contava com aproximadamente 47.813 habitantes, dispersos no território que hoje são os estados de Mato Grosso, Rondônia e Mato Grosso do Sul⁵³.

⁴⁸ ALMEIDA, M. M., *Episódios históricos da formação geográfica do Brasil: fixação das raias com o Uruguai e o Paraguai*.

⁴⁹ Anos depois, durante a Guerra com o Paraguai (1864-1870), José Francisco Lopes ficaria conhecido por servir como guia das tropas brasileiras na região, sendo chamado de Guia Lopes.

⁵⁰ QUEIROZ, P. R. C. *Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX)*.

⁵¹ MARTINS, J. S. *Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica*. Apud QUEIROZ, P. R. C., *José de Souza Martins e os conceitos de Frente de Expansão e Frente Pioneira...*, p.6.

⁵² VOLPATO, L. R. R., *Cativos do Sertão: Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*, p.15.

⁵³ PERARO, M. A. *Bastardos do Império*, p.39. Durante as décadas posteriores ocorreu um sensível aumento populacional, sendo que em 1855 o número de habitantes na província estava em torno de 53.000; já em 1862 eram cerca de 64.000 habitantes, cf. PERARO, M. A. Op. cit., p.39. Esses números, apesar de serem imprecisos, dado os métodos de levantamentos censitário da época, são expostos aqui com o objetivo de demonstrar a densidade populacional da província.

A forma predominante de exploração de mão de obra era o trabalho escravo, cuja maior concentração estava na capital Cuiabá⁵⁴. No entanto, também existia uma grande camada da população livre e pobre, os quais estavam inseridos na sociedade e contribuíram com a dinâmica interna da província.⁵⁵ Particularmente sobre a porção meridional da província, na primeira metade dos oitocentos, as principais localidades eram as freguesias de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque, Nossa Senhora do Carmo de Miranda (Miranda) e Santa Ana do Paranaíba (Paranaíba). No entanto, como aponta Divino Sena, as sedes das freguesias e os povoados da província não eram os únicos locais ocupados pela população

Além das freguesias existiam próximas a elas, ou distantes, fazendas, sítios, chácaras, roças, engenhos etc. que compunham os ambientes rurais. Eles geralmente estavam nas circunvizinhanças ou um pouco mais distantes dos principais povoados, e ao longo das vias terrestres e fluviais. Eles poderiam pertencer ou estar ocupados por pessoas abastadas como também por pessoas livres e pobres, que produziam o necessário para a subsistência de sua família com certo excedente ou não para o mercado interno.⁵⁶

A província de Mato Grosso, que se caracterizava, sobretudo, por ser uma região de fronteira, estava economicamente vinculada à região sudeste do império por vias fluviais da bacia do Paraná, e também por caminhos terrestres que levavam às províncias de Goiás, Minas Gérias e São Paulo⁵⁷. Essa situação viria a mudar apenas no final da década de 1850, com a abertura da navegação do rio Paraguai, que se tornou um importante recurso de comunicação com a região platina, que anteriormente estava bloqueada por questões diplomáticas envolvendo a república do Paraguai com o Império.

Iremos abordar de forma breve um pouco desses embates com a república vizinha, que tinham como principal fator motivador as questões territoriais. Ao fazermos essa abordagem temos como objetivo compor parcialmente um cenário que visa apresentar a formação de um aparato de defesa no sul de Mato Grosso, que se materializou na construção de colônias militares na região e a criação de dois distritos militares que se tornaram responsáveis pela vigilância do território.

⁵⁴ VOLPATO, *Cativos...* Op. cit., p.15.

⁵⁵ Acerca da população livre e pobre, ver o estudo de Divino Marcos de Sena sobre os camaradas na província de Mato Grosso, durante o período de 1808-1850 (SENA, D. M., *Livres e Pobres no Centro da América do Sul um estudo sobre os Camaradas (1808-1850)*).

⁵⁶ SENA, D. M. *Livres...* Op. cit., p. 31-32.

⁵⁷ QUEIROZ, P. R. C. *Articulações econômicas*, Op. cit.

1.1.2 A presença militar no sul da província de Mato Grosso na primeira metade do século XIX e as Colônias Militares

Ainda no século XIX as questões diplomáticas envolvendo os limites da fronteira do Império do Brasil com a República do Paraguai, particularmente na região sul da província de Mato Grosso, não estavam resolvidas. A primeira metade dos oitocentos foi marcada por uma política imperial que visava garantir maior segurança ao território em litígio e ocupar de forma definitiva a região.

Durante o governo paraguaio de José Gaspar de Francia (1811-1840), a questão de limites desta república com o Império brasileiro não foi tratada com afinco, sendo conhecida a política deste governante de *isolamento* para com os países vizinhos, principalmente os países do Prata. Somente a partir do governo de Carlos Lopez (1840-1862), quando as relações diplomáticas entre o Paraguai e o Império foram estreitadas, que se “iniciaram conversações tendentes a chegarem a um acordo sobre a delimitação de suas fronteiras”⁵⁸. No entanto, as deliberações diplomáticas não resolveram a questão em definitivo, permanecendo, no lado paraguaio, a antiga reivindicação de que os limites fronteiriços deveriam ser estabelecidos até o rio Ivinhema e rio Branco.⁵⁹ Para o governo imperial, e consequentemente para a província de Mato Grosso, os limites eram firmados pelo leito do rio Apa, que estava mais ao sul do Ivinhema e rio Branco.

Nesse impasse do Império com o governo de Carlos Lopez, durante a década de 1850 a província de Mato Grosso se envolveu em um conflito com aquela República pela posse da região de Fecho dos Morros no baixo Paraguai⁶⁰. O incidente provocou maior atenção das autoridades imperiais sobre as questões de limites na região, além de desgastes nas relações diplomáticas entre os dois países. Nesse momento, segundo Lúcia Salsa Corrêa, a província de Mato Grosso desenvolveu uma ação governamental de amparo à fronteira,

⁵⁸ MELLO, R. S., *A Epopeia de Antônio João*, p.49.

⁵⁹ Essa reivindicação paraguaia era baseada nas informações do chefe da subcomissão castelhana do tratado de Santo Idefonso (1777), Felix Azara, que afirmava que a descrição do rio Iguarey, como aparecia no documento, na verdade era o rio Ivinhema, sendo alterado intencionalmente pelos portugueses para ampliar o seu território MELLO, R. S. *A Epopeia*, Op. cit. p.47.

⁶⁰ Em atenção a uma ordem do governo central de 1847, o então presidente da Província de Mato Grosso João José da Costa Pimentel, decidiu ocupar a região de Fecho dos Morros, que ficava mais ao sul do Forte Coimbra, com um destacamento militar. Em rejeição e essa atitude do governo brasileiro, Carlos Lopez atacou o incipiente destacamento e repeliu as forças brasileiras MELLO, R. S., *A Epopeia*, Op. cit., p.58.

iniciando um processo “que acarretaria em substanciais mudanças na situação da região meridional da Província”⁶¹.

Os presidentes de província envidaram esforços, durante toda a década de 1850 e primeiros anos da década seguinte, a fim de estruturar as fronteiras ao sul e ao norte de Mato Grosso. [...] Nesse sentido, fortes, quartéis, estradas e colônias eram construídos após prévios planejamentos e com plantas testadas e reelaboradas pelos comandantes dos distritos militares de Mato Grosso segundo determinações do presidente de província⁶².

A grande atividade militar ocorrida nos anos de 1855-56 na região meridional da província durante o governo de Augusto Leverger teve como objetivo reforçar a guarnição da fronteira com o Paraguai, pois “ao solucionar a questão da livre navegação, o governo imperial deixou sem solução a questão da demarcação dos limites com o Paraguai e que dizia respeito diretamente ao território da província de Mato Grosso”⁶³.

Naquele período estava em curso uma importante política empreendida pelo governo imperial, que era a criação de colônias militares em todo o território nacional. Essas colônias tinham objetivo, sobretudo, de ocupar o território, por meio do incentivo ao povoamento de áreas pouco habitadas e do desenvolvimento de atividades agrícolas, preservando elementos da disciplina militar. No entanto, como afirma Franciano Nunes, “dependendo das necessidades locais onde as colônias fossem implantadas, alguns desses aspectos poderiam ser mais ou menos valorizados”⁶⁴, sendo que a presença militar era garantida em todas elas, através dos seus componentes, em sua maioria de militares, que eram destacados àqueles locais para servirem também como colonos, sob a direção de um oficial militar.

Ainda, segundo Adelson Brüggemann, o projeto de instalação das colônias militares no Brasil expressa uma mudança na forma de governar e pensar o território nacional, ocorrida no segundo reinado. Segundo este autor as colônias militares serviram como mecanismo de centralização política do governo imperial, que subordinou estas colônias ao

⁶¹ CORRÊA, L. S., *Corumbá: Um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso, 1870-1920*, p.37. “Entre 1855 e 1856, o então presidente da província Augusto Leverger, por ordem imperial, chegou a permanecer no Forte Coimbra com a finalidade de observar a situação da fronteira do Baixo Paraguai”. Leverger esteve na localidade “no aguardo de ordens do governo imperial para fazer frente aos paraguaios” PERARO, M. A., *Bastardos*, Op. cit. p.38.

⁶² PERARO, M. A. *Bastardos...* Op. cit. p. 49-50.

⁶³ GARCIA, D. S. C., *Mato Grosso (1850-1889): uma província na fronteira do Império*, p.46.

⁶⁴ NUNES, F. A., *Aspectos da colonização militar no norte do Império: povoamento, segurança, defesa do território e conflitos*, p. 2.

presidente de província que por sua vez vinculava-se diretamente à Corte.⁶⁵ Apesar disso, é importante frisar que essa maior centralização buscada pelo governo imperial convivia com relações de interesses e poderes locais que formavam uma trama política e administrativa bastante complexa e ampla.⁶⁶

Os colonos recebiam gratuitamente um lote para que pudessem nele realizar atividades agrícolas e de criação em pequena escala, apenas para subsistência⁶⁷. Como lembrava o ministro da Guerra Jeronimo Francisco Coelho em 1858, a escolha dos locais onde seriam criadas as colônias militares deveria privilegiar as áreas fronteiriças e algumas regiões centrais onde existiam indivíduos marginalizados que comprometiam a segurança da população. Segundo o ministro:

Tais colônias, portanto; têm o caráter pronunciadamente militar, e embora nelas entre o elemento agrícola, ainda assim são mais que tudo colônias policiais, de segurança e de defesa que garantem ao mesmo tempo no futuro o infalível desenvolvimento de povoações, que um dia indenizarão, com vantagem, todos os sacrifícios, que com elas se fizerem.⁶⁸

O serviço militar no Império, e da mesma forma na província de Mato Grosso, adquiria a função de disciplinador dos indivíduos considerados inúteis à sociedade, estando o Exército alinhado às premissas de estabelecimento da ordem, que distribuíam pessoas em espaços e funções específicas. A prática de recrutamento forçado de livres e pobres, por exemplo, era comum nesta instituição, já que as taxas de alistamentos voluntários eram insignificantes. A estrutura interna do Exército, de certa forma, era uma expressão da sociedade envolvente, a qual era marcada pelo discurso dominante de uma elite influenciada pelos ideais de civilizações estrangeiras, principalmente europeias. Via de regra, os indivíduos que ocupavam cargos no oficialato eram ligados de alguma forma à elite, enquanto as hierarquias subalternas ficavam relegadas, principalmente, aos livres e pobres que viviam “em situação irregular na sociedade”⁶⁹.

O cotidiano dos soldados nos acampamentos e quartéis militares não propiciava uma fácil adaptação à instituição militar. Havia sobrecarga de serviços e obrigações, poucos recursos materiais e instalações inadequadas para o bom desempenho das funções militares. [...] Na Província de Mato Grosso, região de importância político-militar com fortes e destacamentos

⁶⁵ BRÜGGEMANN, A. A. *A sentinela isolada: O cotidiano da colônia militar de Santa Thereza (1854-1883)*.

⁶⁶ GOUVEIA, M. F. *O império das províncias: Rio de Janeiro (1822-1889)*.

⁶⁷ Cf. BRASIL. *Decreto nº 1.318 de 30 de janeiro de 1854*.

⁶⁸ *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa... 1858*, p.45.

⁶⁹ WOJCIECHOWSKI, E. *Sem lei nem rei... Op. cit.*, p. 23.

direcionados para a guarnição das terras brasileiras limítrofes com as repúblicas do Paraguai e da Bolívia, a população recrutada para o Exército vivia sob permanente exigência de mão-de-obra.⁷⁰

As forças militares tinham suas despesas controladas pelo governo provincial, no que diz respeito a soldos, armamento, uniformes, medicamentos, etc. assim como recebiam a incumbência de fiscalizar aqueles “que eram contratados para executar tarefas tais como como construção de estradas e pontes, limpeza de rios, serviços de carpintaria, etc.”⁷¹. Muitas eram as dificuldades enfrentadas pelos indivíduos que viviam nos destacamentos militares e colônias da porção meridional da província de Mato Grosso, que ali estavam para garantir a defesa, exercendo a tarefa de vigilância ativa num território ainda em litígio entre o Brasil e o Paraguai, e distantes dos centros políticos e econômicos provinciais.

O projeto de instalação das colônias militares visava ocupar o território e promover maior segurança em regiões de litígio como era o caso da porção sul de Mato Grosso, dando uma “ocupação” para pessoas livres e pobres que viviam marginalizadas na sociedade e por isso eram sempre alvo de críticas da elite que atribuía a esse estrato da população a causa de violência e de degradação moral. Além disso, estas colônias militares serviram como forma de auxiliar no processo de aldeamento de grupos indígenas que ali viviam, e eram considerados, muitas vezes, como embaraço para a ocupação não indígena da região. Pablo Antunha Barbosa inclusive salienta que muitos aldeamentos indígenas se associaram espacialmente a algumas colônias militares que serviam como pontos de defesa militar avançados na fronteira, “contituyendo núcleos híbridos de un sistema de poblamiento mucho más amplio, que articulaba preocupaciones militares, económicas y civilizadoras”⁷²

Segundo Adelson Brüggemann, as configurações das colônias militares brasileiras foram diversas e não houve apenas uma versão de colônia militar no Império. Para este autor:

As colônias militares eram instaladas especialmente para defender uma parte da fronteira brasileira, outras eram criadas para consolidar o povoamento de uma determinada região, outras eram projetadas para tornar mais seguros os caminhos que iam para o interior, e ainda haviam aquelas que eram destinadas à catequização dos índios.⁷³

⁷⁰ WOJCIECHOWSKI, E. *Sem lei nem rei...* Op. cit., p. 49.

⁷¹ PERARO, M. A. *Bastardos...* Op. cit. p.50.

⁷² BARBOSA, P. A., *Las Jornadas Meridionales y la formación de los aldeamientos indígenas de las provincias de San Pablo, Paraná y Mato Grosso entre 1840 y 1889: profetismo y movilidad guaraní*, p.76,

⁷³ BRÜGGEMANN, A. A. *A sentinela isolada*, op. cit., p.40.

Este projeto do Império que promovia a criação de colônias militares foi respaldado por três instrumentos legais: a lei orçamentária nº 555 de 1850 que autorizou o Poder Executivo a investir na construção de colônias militares; a chamada Lei de Terras, de 18 de setembro de 1850, que previa o uso de terras devolutas como propriedade pública; e o regulamento nº 1.318, de 1854, que normatizou a execução da Lei de Terras, estabelecendo regras para a medição das terras das colônias que seriam criadas.⁷⁴

Somente na década de 1850 foram criadas mais de vinte colônias militares no Brasil, as quais estavam dispersas em diversas províncias desde o Pará até o Rio Grande do Sul⁷⁵. Apesar da recomendação para situar as colônias militares em áreas fronteiriças, a maioria delas foram criadas “em áreas internas, inclusive em províncias que não se confrontavam com outros países”⁷⁶.

Esta iniciativa Imperial alcançou também a província de Mato Grosso. A região de fronteira com o Paraguai foi escolhida para a criação da colônia de Nioac, situada às margens do rio homônimo, e da colônia militar de São José do Monte Alegre⁷⁷, às margens do rio Brilhante. O decreto nº 1.578 de 10 de março de 1855, assinado pelo Ministro do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz, criou conjuntamente as duas colônias:

Hei por bem criar duas Colônias militares na Província Mato Grosso, sendo uma no ponto onde termina a navegação do rio Brilhante, nas abas da serra de Maracaju, e outra onde começa a navegação do rio Anhoac, regendo-se as mesmas Colônias pelo Regulamento que oportunamente lhes será dado.⁷⁸

As localizações destas colônias militares eram estratégicas, pois se constituíam como pontos de contato para navegação entre as bacias do Paraguai (pelo rio Nioaque) e do Paraná (pelo rio Brilhante), além de serem, no momento, os destacamentos mais avançados na fronteira com o país vizinho. A importância destes pontos para a navegação também foi frisada pelo ministro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, que em seu relatório à Assembleia Geral de 1856 afirmou que o governo continuava com os trabalhos de construção das colônias de Nioac e do rio Brilhante “com o fim especial de segurar e proteger a navegação

⁷⁴ FARIA, R. H. M., *Organização militar e formação do campesinato no século XIX: o caso da Colônia Militar do Gurupi no Maranhão*, p. 2.

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Outra referência que aparece nas fontes é colônia do Brilhante.

⁷⁸ BRASIL. *Decreto nº 1.578 de 10 de março de 1855*.

fluvial entre a província de Mato Grosso e do Paraná”⁷⁹. A criação de colônias militares no território da província de Mato Grosso continuou ao longo do século XIX, como incentivo à ocupação de outras áreas da província.

Quadro 1. Colônias Militares na província de Mato Grosso – século XIX

NOME	DATA FUNDAÇÃO	LOCAL
Colônia de Nioac	10 de março de 1855	Rio Nioaque
Colônia de Brilhante	10 de março de 1855	Rio Brilhante
Colônia dos Dourados	10 de maio de 1861	Rio Dourados
Colônia de Itacayú	1871	Rio Araguaia
Colônia do São Lourenço	6 de março de 1877	Rio São Lourenço
Colônia da Conceição de Albuquerque	Abril de 1873	
Colônia de Miranda	1860	Rio Miranda

Fontes: (BRASIL. *Decreto nº 1.578 de 10 de março de 1855.*), (MELLO, R. S. *A Epopeia*, Op. cit. p. 171) e (BUENO, F. A. P. *Memória Justificativa dos trabalhos... 1880*, p.53).

As primeiras referências que temos acerca do local onde foi fixada a colônia de Nioac são de 1849, portanto ainda em momento anterior à criação da colônia militar. Nessa data houve a empreitada do sertanista mineiro e conhecedor da região Joaquim Francisco Lopes, que foi enviado pelo Barão de Antonina⁸⁰ para “verificar a possibilidade de abertura de uma via de comunicação entre o porto de Antonina, no Paraná, e a Província de Mato Grosso pelo baixo Paraguai”⁸¹, via essa que segundo o sertanista seria melhor aproveitada se passasse pelo rio Nioaque.

Na viagem o sertanista definiu um local no encontro deste rio com o ribeiro Urumbeva, onde foram fincados “dois padrões de cerne Piuva, uma na barranca do rio outro no campo; onde gravei a era de 1849, e as letras iniciais do nome B. de A.”⁸², referentes ao

⁷⁹ *Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa... 1856*, p. 93

⁸⁰ João da Silva Machado, o Barão de Antonina, promoveu entre 1844 e 1857 nove expedições de exploração na região meridional da província de Mato Grosso com o objetivo de estabelecer conexões fluviais entre Curitiba e Cuiabá, ligando a bacia do Paraná à do Paraguai. Estas expedições estavam sob a direção do sertanista mineiro Joaquim Francisco Lopes e do norte americano João Henrique Elliott (WISSENBACH, M. C. C., *Desbravamento e Catequese na constituição da nacionalidade brasileira: as expedições do Barão de Antonina no Brasil Meridional*).

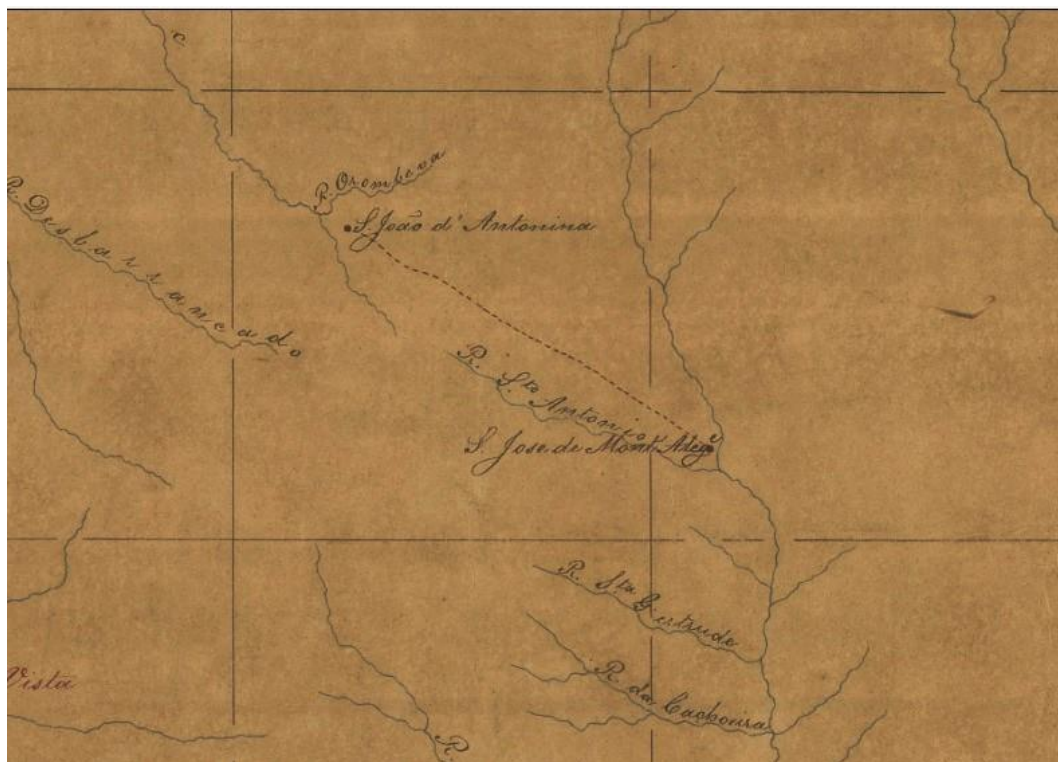
⁸¹ LOPES, J. F. *Itinerário de Joaquim Francisco Lopes, encarregado de explorar a melhor via de comunicação entre a Província de S. Paulo e a de Matto Grosso pelo Baixo Paraguay*, p.326.

⁸² *Idem*, p. 326.

título do Barão de Antonina que havia incumbido Lopes da expedição mencionada. Essa localidade deveria, portanto, servir de entreposto para um *varadouro*⁸³ que ligaria São João de Antonina, como ficou logo denominado o local em homenagem ao Barão, à localidade de São José de Monte alegre, situado no rio Brilhante (ver mapa 2). O varadouro, portanto, era um caminho terrestre aberto entre estes dois rios, que visava ligar a bacia do rio Paraná à do Paraguai, tornando viável aquela via fluvial traçada por Lopes.

A denominação São João de Antonina, que era a referência inicial adotada para designar a localidade de Nioac, logo caiu em desuso, assim como a via que Joaquim Francisco Lopes procurava abrir ligando o planalto do Paraná à bacia do rio Paraguai, pelas dificuldades impostas por este caminho fluvial, que percorria rios que possuíam pouco potencial de navegabilidade. Contudo, o fator de maior relevância que serviu de empecilho para o sucesso dessa via foi a abertura da livre navegação do rio Paraguai, obtida a partir de um acordo em 1856, “após a sequência de tentativas malogradas do império para liberar o caminho fluvial pelo rio Paraguai”⁸⁴.

Mapa 1. Varadouro entre os rios Nioaque e Brilhante



⁸³ Este varadouro distava cerca de 52 Quilômetros, sendo as cargas e canoas, nesse trecho, transportadas por terra (MELGAÇO, B. *Apontamentos para o Dicionário Chorográfico da Província de Mato Grosso pelo Barão de Melgaço* 1884, p.435).

⁸⁴ CORRÊA, L. S., *Corumbá: Um núcleo comercial...*, Op. cit., p.38.

Mapa 1. Mappa da fronteira do sul da Província de Mato Grosso, organizado pelo Chefe da Divisão Augusto Leverger. 1856. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervodigital/>>. Acesso: 19 mar. 2016.

Um ano após a passagem de Joaquim Francisco Lopes pela região, em 1850, “mandou o governo colocar um destacamento de 25 praças” em cada um dos pontos do referido varadouro, ficando sob a direção do major João José Gomes, comandante do distrito militar de Miranda.⁸⁵ Contudo, a morte repentina deste oficial fez com que houvesse pouca atividade no serviço do varadouro, até que em 1854 o destacamento militar estabelecido naquele varadouro “passou a ser dirigido pela presidência do Paraná e em 1856 tornou a ficar sob as vistas e ordens da de Mato Grosso”⁸⁶. Ainda segundo o Barão de Melgaço:

Neste intervalo de dois anos vieram do Paraná algumas expedições, umas particulares, outras conduzindo pessoal de guerra. Foi por essa via que chegaram em 1856 o comandante das armas e o segundo batalhão de artilharia a pé. O trajeto chamou a Nioac algumas pessoas que ali se estabeleciam, dando começo a uma pequena povoação⁸⁷.

Ao que parece, segundo a afirmação de Melgaço em seus *Apontamentos para o Dicionário Corográfico da Província de Mato Grosso* de 1884, este foi o início do processo que deu origem ao núcleo populacional estabelecido às margens do rio Nioaque. Sua característica inicial, portanto, é de um destacamento militar com forte presença da população civil, oriunda principalmente da província do Paraná, tendo assim as características de uma típica colônia militar.⁸⁸

No dia 3 de fevereiro de 1858, Epifânio Candido de Sousa Pitanga, 1º Tenente de Engenheiros, deslocando-se pela região compreendida pelo varadouro, após passar uma fazenda de gado meia légua distante do rio Nioaque, chegou à localidade situada à margem deste rio, e o descreveu da seguinte forma:

à margem direita do rio [Nioaque], é ele composto de ranchos de palha, havendo entre os tais um mais regular servindo de quartel. É completamente falto em tudo, não falando nas pequenas roças ali existentes, que, com quanto estejam em terrenos fertilíssimos, não garantem o sustento, sequer, a um só indivíduo. Os meios de transporte são ali totalmente nulos, e para poder transportar-me foi necessário que o comandante militar do lugar mandasse remendar uma prancha particular.

⁸⁵ MELGAÇO, B. *Apontamentos...*, Op. cit., p.435.

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ O Segundo batalhão de Artilharia a Pé que parece ter iniciado o efetivo processo de ocupação daquela colônia “viajou do Paraná, pela via fluvial Tibagi – Paranapanema – Ivinhema – Brilhante – Miranda, sob o comando do então tenente-coronel Alexandre Gomes de Argolo Ferrão” (PALERMO, M. *Nioaque: Evolução política e revolução de Mato Grosso*, p.35).

Não obstante, é regularmente saudável e tem grande importância como ponto militar.⁸⁹

A descrição do tenente Epifânio Cândido evidencia um local carente de recursos e estrutura. Infelizmente, temos poucas informações sobre a condição e o cotidiano desta colônia militar, o que inviabiliza entendermos aspectos da vida no local.

Outro depoimento é o de Joaquim Ferreira Moutinho, que ao se referir à localidade de Nioac no período anterior à Guerra com o Paraguai (1864-1870), afirmou que “era uma pequena povoação, sem maior importância além daquela que lhe dava o ser ponto fronteiro, e ter uma capelinha, quartel, vários ranchos de particulares e soldados”⁹⁰.

É interessante notar que esses cronistas que descreveram a localidade, não a nomearam como colônia militar. Talvez porque careciam da informação ou mesmo pelas características do local, semelhante a um pequeno povoado, pois além de possuir um marcante traço militar, por sediar um destacamento que era até então o mais avançado da fronteira, também possuía “vários ranchos particulares”⁹¹, que marcavam a vida civil na localidade.

Os indícios apontam para um importante papel desempenhado por proprietários de terras, que já viviam nas imediações do rio Nioaque, para a fixação da colônia na localidade. Nesse sentido, podemos citar o nome de Inácio Gonçalves Barbosa, paulista de Franca que rumou para o sul de Mato Grosso a partir da vinda de seu irmão Antônio Gonçalves Barbosa⁹². Sendo proprietário da fazenda Urumbeva na região da serra de Maracaju, Inácio auxiliou na construção da estrutura que servira de quartel e, segundo sugere o escritor Hélio Serejo, ainda forneceu regularmente provisões para os militares ali estacionados⁹³.

Os interesses provinciais em criar com a colônia militar um posto de guarda na fronteira, portanto, parecem ter se unido ao de proprietários de terras que viviam naquela região de fronteira, distantes da presença do Estado, como é o caso de Ignácio Gonçalves

⁸⁹ PITANGA, E. C. S. *Diário da viagem do Porto do Jatahi à villa de Miranda: compreendendo os rios Tibagi, Paranapanema, Paraná, Samambaia, Ivinhema e Brilhante, o Varadouro do Neoac, e os rios Neoac e Miranda*, p.183.

⁹⁰ MOUTINHO, J. F. *Notícia sobre a província de Mato Grosso*, p.264

⁹¹ Idem.

⁹² Pelo que as evidências apontam, estes proprietários que já viviam na região, auxiliaram na instalação não só da colônia de Nioac, mas também nas colônias de Miranda e dos Dourados, citadas a seguir. Nesse sentido, ver as correspondências entre o comandante do distrito militar em Nioac e a presidência da província, transcritas por Mello, R. S., *A epopéia...* p.170

⁹³ SEREJO, H. *Nioaque: um pouco de sua história*, p.256.

Barbosa, mas também de indivíduos de outros lugares que rumaram para Nioac.⁹⁴ A localidade mais próxima dali, e que concentrava algum ajuntamento populacional era a então freguesia de Miranda, onde também existia um destacamento militar. Portanto, a criação de uma colônia às margens do rio Nioaque, que naturalmente traria a vinda de civis para viver na localidade e de militares para servirem na proteção da fronteira, certamente interessava também aos fazendeiros que viviam ali há pelo menos uma década naquela região.

Neste mesmo período, em meados da década de 1850, ocorreu algo importante no que diz respeito à estruturação do aparato de defesa militar montado naquela região fronteira. O comando geral da fronteira, antes localizado no Forte Coimbra, foi desdobrado em dois distritos militares, o distrito do Baixo Paraguai, com sede em Corumbá, e o distrito de Miranda, com sede na vila homônima⁹⁵. Em 1859, no entanto, o quartel de comando deste último distrito foi transferido para a localidade de Nioac, assim como a parada do Corpo de Cavalaria, vindo também da vila de Miranda⁹⁶. Essa mudança alterou qualitativamente o *status* da então colônia de Nioac. O destacamento ali estabelecido passou a ser o *comando* das forças militares estabelecidas no perímetro de atuação daquele distrito militar, onde o oficial comandante ficaria destacado, com seus subordinados, em sua nova sede.

Segundo ofício de setembro de 1862, enviado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros do Império pelo presidente da província Herculano Ferreira Pena, o serviço das armas para policiamento das fronteiras em Mato Grosso era composto por novecentos e oitenta e seis praças, dos quais 228 estavam servindo no distrito do Baixo Paraguai e 212 no de Distrito de Miranda, com sede em Nioac.⁹⁷

Após o estabelecimento do comando do distrito militar em Nioac, houve a criação de mais duas colônias, cujo objetivo era claramente a defesa do território, mas também serviriam para auxílio da navegação dos rios e canais fluviais da região, e a ocupação permanente do espaço. As colônias criadas foram a de Miranda, em 1860 e a colônia dos

⁹⁴ Hélio Serejo afirma que nesse momento se dirigiram para localidade indivíduos vindos das províncias de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. Ainda, segundo este autor, Ignácio Gonçalves Barbosa havia doado parte de suas terras, pertencentes à fazenda Urumbeva para a instalação do destacamento militar (SEREJO, H. *Nioaque...* Op. cit., p.258).

⁹⁵ MELLO, R. S. *A Epopeia*, Op. cit., p.59. Segundo Francisco Doratioto, a província de Mato Grosso possuía, ao todo, cinco distritos militares dispersos em seu território. Cf. DORATIOTO, F. F. M. *Maldita Guerra*, p.99.

⁹⁶ MELGAÇO, B. *Apontamentos...*, Op. cit., p.436.

⁹⁷ Neste mesmo ofício, o presidente Herculano enfatiza a disparidade das forças militares na fronteira, pois a força paraguaia, segundo as informações obtidas pelo presidente, nas imediações da vila de Concepción era de “2400 homens de Cavalaria, não sendo difícil por ali reunir-se mais 3 ou 4 mil homens”. In. MELLO, R. S. *A Epopeia*, Op. cit., p.256.

Dourados, em 1861. Uma importante função que era atribuída a estas colônias, como também a de Nioac, era o contato e *pacificação* das populações indígenas que viviam nas imediações. Em suas “instruções para a fundação de uma colônia militar sobre o rio Dourados”, o presidente da província atribuía como uma das funções desta colônia “defender e proteger os moradores estabelecidos nessa parte do Império até a fronteira do Iguatemi contra as correrias dos selvagens, e atrair estes por meio da catequese e colonização”.⁹⁸

Torna-se importante enfatizar aqui que o papel desempenhado pelas colônias militares ao sul da província de Mato Grosso, ainda está por ser melhor investigado pela historiografia.⁹⁹ As referências às colônias aparecem, predominantemente, em trabalhos sobre a história militar e que tratam de forma paralela destes destacamentos, sem se constituírem em objeto de análise. O trabalho que primeiro tratou, de forma mais detida, das colônias militares em Mato Grosso foi o livro de Raul Silveira de Mello, *A Epopeia de Antônio João*¹⁰⁰. Apesar dos méritos deste autor em consultar uma densa documentação, o que lhe permitiu dedicar várias páginas aos projetos do Império de estabelecer estes destacamentos e seus objetivos no país e na província de Mato Grosso, a narrativa de Mello se concentrou de forma específica na colônia dos Dourados.

O forte apelo heroico em torno da figura do Tenente Antônio João, que servia nesta colônia, parece comprometer as análises do autor sobre a conjuntura militar na fronteira com o Paraguai. É necessário notar que este destacamento era apenas um dentre aqueles que compunham o Distrito Militar de Miranda. Mello, aliás, transcreve em sua obra muitos ofícios e correspondências entre o comando do distrito localizado em Nioac e a presidência da província¹⁰¹, datadas do período anterior à Guerra com o Paraguai, que apontam para certa centralidade do destacamento de Nioac na região. Ainda segundo o autor, as patrulhas sobre a fronteira com o Paraguai, por exemplo, eram feitas primordialmente por homens do destacamento de Nioac, então sede do distrito militar, e não pela colônia dos Dourados, que seria o destacamento responsável pela segurança do local. Um dos nossos intuitos aqui,

⁹⁸ Documento datado em 18 de setembro de 1860, MELLO, R. S. *A Epopeia*, Op. cit., p.176.

⁹⁹ Graciela Chamorro aponta para a relação entre os destacamentos militares da fronteira e o aldeamento de indígenas, sendo que os destacamentos “além de tentar identificar a população de fronteira, deviam combater os grupos indígenas ‘bravos’ e reunir os ‘mansos’ ou ‘amansáveis’ nas aldeias contíguas aos destacamentos”, CHAMORRO, G. *História Kaiowá: das origens aos desafios contemporâneos*, p.100.

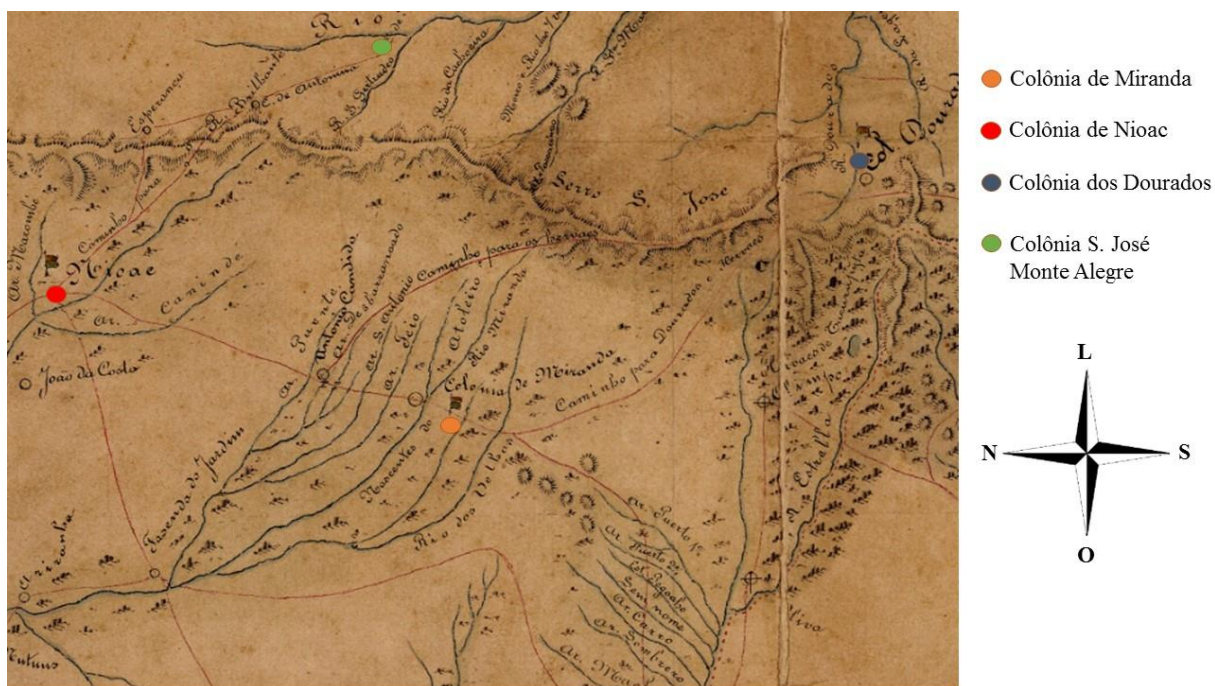
¹⁰⁰ MELLO, R. S. *A Epopeia*, Op. cit.

¹⁰¹ Entre estes documentos citados pelo autor, podemos citar como exemplo as correspondências entre o comandante do Distrito de Miranda, Major Agostinho Maria Piquet, e o presidente da Província de Mato Grosso Coronel Antônio Pedro de Alencastro, sobre as obras de construção da colônia militar dos Dourados, que foram realizadas sob fiscalização do mesmo comando.

portanto, visa deslocar o olhar que Mello concentrou na colônia dos Dourados, para a sede do comando, estacionado em Nioac.

A fundação das colônias de Miranda e Dourados e o próprio desdobramento do comando da fronteira em dois distritos militares (Corumbá e Nioac), expressaram a intenção do Império brasileiro em efetivar sua presença na região por meio do Exército, que tinha como finalidade garantir tanto a defesa das regiões limítrofes quanto manter a ordem interna. O mapa a seguir traz a localização das quatro colônias militares instaladas ao sul da província de Mato Grosso. Note-se que a região era cortada por caminhos terrestres (representados pelos traços vermelhos) que interligavam as colônias com o comando do distrito militar em Nioac.

Mapa 2. Localização das Colônias militares ao sul da província de Mato Grosso



Fonte: CROQUIS da parte da província de Mato Grosso imediata aos limites com a República do Paraguai, projetada para uma melhor inteligência de uma exposição que o acompanha. 1876.

Tanto a colônia de Miranda quanto a dos Dourados estavam diretamente submetidas ao comando do distrito em Nioac¹⁰², e deveriam recorrer a este em qualquer necessidade ou incidente na fronteira, como o ocorrido em fevereiro de 1862. Nessa data, um destacamento paraguaio com 61 praças, vindos da cidade de Concepción, e sob o comando do Tenente Pedro Pereira, adentrou o território que os brasileiros reivindicavam alcançando primeiramente a colônia dos Dourados¹⁰³ e um dia depois a de Miranda. Esta incursão não causou maiores confrontos entre os militares paraguaios e brasileiros, até porque estes últimos estavam em número inferior e sem as devidas precauções que um confronto armado demandaria. A incursão repentina do destacamento paraguaio por essas colônias militares gerou uma resposta imediata do Comando do distrito militar em Nioac, quando este recebeu a notícia daquela ação paraguaia. Partiu de Nioac uma força composta de doze praças com o intuito de encontrar a coluna paraguaia e intimá-la a que se retirasse do território, e no mesmo dia o Tenente Coronel José Antônio Dias da Silva enviou ofício dando parte da situação ao presidente da província Antônio Pedro de Alencastro¹⁰⁴. Como a empreitada paraguaia possuía o objetivo de reconhecimento do território, estes retornaram ao Paraguai após passagem pela colônia militar de Miranda, tendo se adiantado à força vinda de Nioac, o que inviabilizou o encontro das duas forças.¹⁰⁵

Além de demonstrar a articulação entre os destacamentos militares mais avançados na fronteira com o Paraguai, esse episódio evidencia a fragilidade da defesa das terras brasileiras que era garantida por aqueles destacamentos militares que foram instalados na região. O evento também demonstra as intenções do Paraguai em conhecer o território brasileiro e verificar efetivamente qual a força militar de defesa existente na região.

¹⁰² Os batalhões e unidades militares presentes na província eram subordinadas administrativamente ao presidente de província e militarmente ao comandante das Armas. Não raras vezes o presidente da província acumulava também o posto de comandante das Armas. (FARIA, A. G. *Ações militares em Mato Grosso: o Batalhão 21 de Infantaria e a Guerra com o Paraguai*, p.57).

¹⁰³ Raul Silveira de Mello, ao consultar o Arquivo Histórico do Itamarati, transcreve vários relatórios e ofícios que envolveram o episódio. Ao chegar aos Dourados, no dia 10 de fevereiro de 1862, a coluna paraguaia intimou o comandante daquela colônia que o estabelecimento desta naquele local era ilegítimo, pois pertencia ao território de seu país. Nesse momento a colônia dos Dourados tinha 60 praças e 5 famílias povoadoras, que ocupavam 18 ranchos de palha (MELLO, R. S. *A Epopeia*, Op. cit., p.202).

¹⁰⁴ MELLO, R. S. *A Epopeia*, Op. cit., p.213.

¹⁰⁵ Este episódio é parte das investidas paraguaias sobre a província de Mato Grosso, que também se utilizou da prática de espionagem em diversas localidades desta província, que posteriormente seriam invadidas (DORATIOTO, F. F. M. *Maldita Guerra*, p.99); além de demonstrar a falta de um acordo definitivo entre o Estado imperial e a república do Paraguai quanto à questão de limites.

Após dois anos, em dezembro de 1864, forças paraguaias se dirigiram novamente àquele território, desta vez com maior contingente militar e com intenções muito mais pretenciosas, o que efetivou um conflito que duraria até o ano de 1870.

1.2 A investida paraguaia sobre a Província de Mato Grosso

A investida paraguaia sobre Mato Grosso, ocorrida a partir de dezembro de 1864, se deu a partir de duas forças do exército paraguaio saídas das cidades de Assunção e Concepción, que se propunham adentrar ao território brasileiro por três eixos: um atingindo o Forte Coimbra e posteriormente Corumbá; outro eixo se dirigindo à Colônia de Miranda, chegando à Nioac e por fim a vila de Miranda; e um terceiro, que se desmembrou deste último para adentrar pela região de Ponta Porã e atingir a Colônia dos Dourados¹⁰⁶. Nos três casos as forças paraguaias tiveram êxito e conseguiram se estabelecer em território brasileiro.

A primeira, e maior investida paraguaia se deu via fluvial partindo de Assunção para atingir o Forte Coimbra, o que ocorreu em 26 de dezembro de 1864 sob o comando do coronel Vicente Barrios¹⁰⁷. O destacamento militar estacionado no Forte era composto por cerca de “150 soldados mal armados e com pouco munição”, que resistiram por dois dias, após os quais partiram para a vila de Corumbá, onde se localizava o comando das armas da província, na pessoa do coronel Carlos Augusto de Oliveira¹⁰⁸.

Ao chegarem a Corumbá e advertir a todos sobre a invasão paraguaia, o coronel Carlos Augusto de Oliveira decidiu abandonar, sem qualquer resistência, a vila e seguir em direção à capital Cuiabá. Essa operação foi realizada no vapor Anhambaí que, superlotado, tinha a linha de segurança submersa. O coronel Oliveira¹⁰⁹ deu preferência para o transporte de seu Estado maior e para a guarnição de Corumbá, deixando para trás famílias de civis e alguns soldados, que “abandonados buscaram escapar em lanchas, sobretudo na escuna argentina *Jacobina* rebocada pelo *Anhambaí*”¹¹⁰. “Depois de se apoderar de Corumbá, os

¹⁰⁶ MELLO, R. S. *A Epopeia*, Op. cit., p.61.

¹⁰⁷ DORATIOTO, F. F. M. *Maldita Guerra*, p.100.

¹⁰⁸ GARCIA, D. S. C., *Mato Grosso...* Op. cit., p. 63.

¹⁰⁹ Por esta operação classificada pelo presidente da província como desastrosa, o coronel Carlos Augusto de Oliveira foi afastado do serviço militar pelo governo imperial (DORATIOTO, F. F. M. *Maldita Guerra*, p.103).

¹¹⁰ DORATIOTO, F. F. M. *Maldita Guerra*, p.103.

paraguaios passaram a controlar os rios da região sul da província, da foz do São Lourenço para baixo”¹¹¹.

A outra frente das forças paraguaias, sob o comando do coronel Isidoro Resquin, invadiu por terra a região sul da província, sendo direcionadas às colônias militares, ao comando do distrito militar em Nioac e à vila de Miranda. A coluna que invadiu a colônia militar dos Dourados se desmembrou desta frente, cumprindo exatamente o roteiro que fizera dois anos antes o tenente Pereyra, quando este marchou sobre o território brasileiro, no episódio aqui citado. Na invasão, a força paraguaia estava em total vantagem sobre os quinze soldados e ao comandante Antônio João Ribeiro que faziam a guarnição da colônia. Ao saber um dia antes da invasão paraguaia, o comandante da colônia dos Dourados mandou que os moradores que ali residiam fugissem do conflito que seguiria e assim possibilitou a fuga de várias famílias que viviam na colônia. Ao permanecer com seus poucos soldados na colônia, Antônio João ofereceu resistência ao exército paraguaio que, em pouco tempo, tomou o lugar aprisionando doze soldados e matando o comandante e mais três soldados¹¹².

Outra coluna da frente paraguaia que seguiu por terra, se dirigiu para a colônia militar de Miranda, que foi rapidamente tomada pela pouca resistência oferecida, e depois marchou para Nioac. Nesse trajeto as forças paraguaias encontraram o contingente dos militares brasileiros que vinham de Nioac, na altura do rio Desbarrancado¹¹³, onde houve um confronto que teve como resultado a morte de soldados e voluntários e na desarticulação das forças brasileiras, que fugiram em sua maioria para Nioac e em seguida para a vila de Miranda, com o objetivo de evacuá-la.

Segundo relatório que descreve a tomada do território brasileiro, escrito pelo Coronel paraguaio Isidoro Resquin, ao marchar sobre a povoação de Nioac, as forças paraguaias “não encontraram mais que dois indivíduos, um espanhol e outro português europeu”¹¹⁴. Ao mandar que verificassem o estado do local, Resquin afirma que:

¹¹¹ GARCIA, D. S. C., *Mato Grosso...* Op. cit., p. 64.

¹¹² MELLO, R. S. *A Epopeia*, Op. cit., p.314. Este episódio se tornou emblemático na história da invasão paraguaia sobre a região sul de Mato Grosso, e serviu como fonte para a historiografia regional tradicional heroizar a figura do Tenente Antônio João Ribeiro, como representativa da resistência dos militares brasileiros no conflito. Nesse sentido, ver o estudo de Cremonese-Adamo sobre a criação e apropriação da figura do Tenente Antônio João Ribeiro no antigo sul de Mato Grosso (CREMONESE-ADAMO, C. *Frenteira, mitos e heróis: a criação e apropriação da figura do Tenente Antônio João Ribeiro no antigo sul de Mato Grosso*).

¹¹³ MOUTINHO, J. F. *Notícia...* Op. cit., p. 265

¹¹⁴ Idem. p. 267.

O povoado consta de 130 casas, sendo 30 principais, tendo um oratório e um espaçoso quartel, que cai ao oeste da praça sobre a rua Leverger. A comandância cai a leste da mesma praça sobre a rua de Santa Rita, podendo aquartelar 500 homens. [...] Na comandância não se encontraram mais do que seis carabinas de caça e seis espadas de tropa, depois se encontraram os armamentos, caixões de bala, pólvora e papéis enterrados no fundo do curral da comandância, e também algum armamento e munições se encontraram nas casas que com efeito mandei visitar. [...] No mais, não se acharam senão comestíveis e trastes, que não puderam levar na fuga.¹¹⁵

O movimento de fuga da população que habitava nas propriedades rurais da região foi realizado predominantemente pelos caminhos terrestres. No entanto, alguns permaneceram nas imediações da serra de Maracaju formando verdadeiras colônias compostas por indígenas e a população branca “que se alimentaram da coleta de frutos e da caça, mas logo partiram para o cultivo agrícola, semeando a pequena quantidade de sementes que dispunham”¹¹⁶.

Após o sucesso dos dois eixos da frente terrestre paraguaia, com a tomada das colônias militares, de Nioac e da Vila de Miranda, as duas colunas se uniram novamente e marcharam até Coxim, onde chegaram em 24 de abril de 1865. A investida sobre Coxim, que foi o ponto mais ao norte atingido pelos paraguaios, causou preocupação das autoridades provinciais que receavam uma invasão paraguaia sobre a capital Cuiabá¹¹⁷. Assim, como medida de prevenção, o presidente da província determinou o aquartelamento dos batalhões da Guarda Nacional em Cuiabá, Poconé e Vila Maria. No entanto, o exército paraguaio não levou a cabo o plano inicial que era chegar até a capital Cuiabá, pois a partir desse momento o governo paraguaio voltou suas atenções para a região sul do país, onde se dava outra frente de atuação das forças paraguaias, na província do Rio Grande do Sul, sendo o contingente da ocupação em Mato Grosso reduzido para pouco mais de dois mil homens¹¹⁸.

A penetração paraguaia, como pode ser visto, não pôde ser evitada pelo baixo contingente e a inexpressividade da força militar brasileira ali existente. Aliás, o episódio “escancarou, tanto para o Império quanto para a província, a fragilidade militar da fronteira

¹¹⁵Idem, p.266. A citação foi feita com a ortografia atualizada

¹¹⁶ DORATIOTO, F. F. M. *Maldita Guerra*, p.105.

¹¹⁷ Segundo Luiza Volpato, “Durante o período em que o sul da província esteve sob o domínio paraguaio, a insegurança social em Cuiabá foi muito grande: qualquer atitude diferente podia parecer suspeita, e qualquer estrangeiro era visto com muita desconfiança, sendo até considerado espião” (VOLPATO, L. R. R., *Cativos...* Op. cit., p. 60).

¹¹⁸ DORATIOTO, F. F. M., *Maldita Guerra*, p.106.

meridional mato-grossense”¹¹⁹. Segundo Ana Cláudia Santos, a situação das forças militares na província não era favorável a um enfrentamento sério com o país vizinho, sendo a fragilidade da defesa e a insuficiência das forças uma das principais reclamações dos presidentes de província desde anos anteriores à Guerra.¹²⁰

A invasão sobre a província de Mato Grosso causou indignação em todo o Brasil, que recebeu a atitude do governo paraguaio como uma ofensa a integridade nacional do império. A partir de então houve a mobilização de muitos voluntários vindos de várias partes do país, principalmente das províncias do norte e nordeste, o que reforçou as fileiras do exército brasileiro em seus vários combates durante a Guerra.

Com o objetivo de recuperar o território sul da província de Mato Grosso invadido pelos paraguaios, em 1865 iniciou-se um movimento de resistência por parte do exército brasileiro, com a formação de uma coluna expedicionária que atuaria na região, para reforçar as tropas mato-grossenses. Sobre esse episódio temos, dentre outros, o relato conhecido de Alfredo D’Escragnolle Taunay, o Visconde de Taunay, que em sua *A Retirada da Laguna* descreve os percalços enfrentados pela expedição que procurava “reagir contra o inimigo” invadindo a parte setentrional do país vizinho.¹²¹

A coluna que partira do Rio de Janeiro em abril de 1865 “foi organizada e constituída, estrategicamente, a partir das corporações vindas das Províncias de São Paulo e Minas Gerais, [como] um só grupo, fortalecido pela composição das diversas Armas”¹²². Após vários obstáculos enfrentados na longa viagem por terra, a coluna brasileira chegou a Miranda em 1º janeiro de 1867, encontrando vestígios da invasão paraguaia, que permaneceu no local por 113 dias. Após a permanência em Miranda a coluna brasileira se dirigiu à Nioac, que também havia sido invadida e destruída pelos paraguaios, que ali tinham se concentrado no ano anterior. Nioac se tornou a base de operações da coluna brasileira¹²³.

¹¹⁹ PERARO, M. A., *Bastardos...*, p.55.

¹²⁰ SANTOS, A. C. M., *O Exército nas fronteiras do Império: mobilização militar e defesa da província de Mato Grosso (1850-1864)*, p. 67.

¹²¹ TAUNAY, A. D., *A Retirada da Laguna*. O autor trata deste mesmo evento em outras obras, como por exemplo em TAUNAY, A. D. *Dias de Guerra e Sertão*. Para uma leitura sobre os usos, apropriações e reapropriações desse evento para constituição da memória Sul mato-grossense ver SQUINELO, A. P., MARIN, J. R.; *150 anos da Guerra do Paraguai: projetos, comemorações e apropriações em torno da retirada da Laguna*.

¹²² FARIA, A. G., *Ações militares em Mato Grosso: o Batalhão 21 de Infantaria e a Guerra com o Paraguai*. Segundo TAUNAY, A. D., *A Retirada...* Op. cit., p. 24, quando a expedição se encontrava em Uberaba, Minas Gerais, o contingente era de cerca de 3.000 homens.

¹²³ TAUNAY, A. D., *A Retirada...* Op. cit., p. 158.

Em Nioac, o Comando das operações começou a pensar na possibilidade de invasão do Paraguai, colocando em prática o projeto inicial feito na Corte, por Duque de Caxias, em 1865, que previa duas frentes de Batalha: uma entrando por Mato Grosso e que chegaria até Concepción e daí à Assunção; outra com a queda de Humaitá, dando então a entrada no território e desmobilização das forças paraguaias. Porém, este plano deveria ser orquestrado a partir do comando entre a Corte no Rio de Janeiro, as operações no Sul e finalmente as corporações no Mato Grosso¹²⁴.

O plano de invasão descrito acima foi mantido sem o consentimento geral do comando da expedição¹²⁵, que não via condições para o avanço da tropa sobre o Paraguai, pela falta quase absoluta de mantimentos e equipamentos bélicos que deveriam ser usados em caso de confronto. Ainda assim, e em 25 de fevereiro de 1867, os militares brasileiros partiram para a colônia militar de Miranda para depois atingir a região de Laguna¹²⁶ no Paraguai. Após essa investida sobre o território paraguaio e diversos confrontos, a coluna expedicionária brasileira precisou se retirar e pôr fim ao plano de tomar a cidade de Concepción, dentre outros fatores, pelas muitas perdas humanas nas batalhas, além da falta de alimentos e a presença de epidemias mortais entre o contingente, que vitimou inclusive o Comandante da operação, Coronel Carlos de Moraes Camisão, e o então guia da expedição por aquelas terras, José Francisco Lopes.¹²⁷

A retirada da tropa brasileira da região de Laguna não foi menos conflituosa, pois, em diversos momentos a Cavalaria paraguaia, que os acompanhava de perto, preparava emboscadas que resultavam em várias mortes. Isso fez com que o processo de retirada das terras paraguaias se tornasse ainda mais doloroso, dado as dificuldades de resistência da força brasileira, que permanecia com falta de alimentação e com graves epidemias vitimando muitos militares.

Ao retornarem, então, tendo como intuito chegar em Nioac, os militares encontraram o local novamente destruído pela Cavalaria paraguaia que se adiantou aos brasileiros e

¹²⁴ FARIA, A. G., *Ações militares...*, Op cit. p.97.

¹²⁵ Ficou conhecido, a partir da narrativa de Taunay, que o grande defensor desta ofensiva sobre o Paraguai era o próprio comandante da expedição brasileira, Coronel Carlos de Moraes Camisão, que queria se redimir do episódio de fuga ocorrido em Corumbá, no qual Camisão estava presente. Segundo o autor, Camisão via na invasão sobre o Paraguai “o modo de se reabilitar perante a opinião pública” (TAUNAY, A. D., *A Retirada...* Op. cit., p. 33).

¹²⁶ Laguna era uma fazenda de propriedade de Solano Lopez onde os brasileiros almejavam encontrar alimentos para a tropa que passava por dura privação naquela empreitada.

¹²⁷ Conhecido como Guia Lopes, José Francisco Lopes era irmão mais novo de Joaquim Francisco Lopes e proprietário da fazenda Jardim, situada nas proximidades do rio Miranda onde hoje é o município de Guia Lopes da Laguna.

alcançou o lugar, que havia sido evacuado contra as ordens do comando da expedição, pelo oficial encarregado de sua defesa. Nesse episódio, segundo a narrativa de Taunay, os paraguaios prepararam mais uma emboscada aos brasileiros depositando pólvora no interior da pequena igreja que existia na localidade, o que provocou uma grande explosão que fez várias vítimas, quando um soldado decidiu utilizar um isqueiro no interior do edifício¹²⁸.

Concordamos com Aluísio Faria, quando o autor afirma que “a *Retirada da Laguna* não representou um acontecimento de grandes proporções no contexto da Guerra com o Paraguai, como também não [foi] decisiva para o desenrolar da guerra”¹²⁹, pois de fato esse episódio não decidiu os rumos do conflito e nem sequer foi responsável pela retomada do território ao sul da província de Mato Grosso, que era seu objetivo inicial, pois a maior parte das forças paraguaias já havia se retirado da região. Também para Garcia o episódio foi uma medida equivocada da coluna brasileira.

Apresentada como um momento de heroísmo e de patriotismo, a retirada de Laguna pode ser definida como uma somatória de erros cujo resultado foi um desastre militar, que tornava patente a fragilidade estratégica da fronteira de Mato Grosso e os riscos, para a própria integridade territorial do Império, além das dificuldades de acesso terrestre para a província.¹³⁰

No entanto, do ponto de vista local, a passagem da coluna brasileira e os confrontos com as forças paraguaias, ou seja, as ocorrências da Guerra com o Paraguai na região sul da província de Mato Grosso, causaram grande impacto para as populações que estavam ali estabelecidas.¹³¹ Como exemplo, podemos visualizar a própria localidade de Nioac que foi invadida duas vezes pelos paraguaios convertendo-se “num montão de destroços fumegantes”, o que certamente causou amplas consequências para a pouca estrutura que até então havia ali¹³². Ainda, para a população local, o conflito foi drástico, pois muitos precisaram fugir de suas propriedades e aqueles que ficaram, em sua maioria, foram tomados como prisioneiros de guerra e levados para o Paraguai, além dos muitos abusos realizados pelas tropas paraguaias, que destruíram e saquearam também igrejas e capelas, desorganizando os serviços religiosos¹³³.

¹²⁸ TAUNAY, A. D., *A Retirada...* Op. cit., p. 161.

¹²⁹ FARIA, A. G., *Ações militares...*, Op. cit. p.105.

¹³⁰ GARCIA, D. S. C., *Mato Grosso...*, Op. cit. 70.

¹³¹ “Mato Grosso teve um terço de seu território ocupado por tropas paraguaias por quase três anos. A região sul da província esteve em mãos dos paraguaios até meados de 1868” (GARCIA, D. S. C., *Mato Grosso...*, Op. cit. 75).

¹³² TAUNAY, A. D., *A Retirada...* Op. cit., p. 159.

¹³³ MARIN, J. R.; SQUINELO, A. P., *Pela salvação das almas: a presença religiosa nos campos de batalha da Guerra do Paraguai*, p.203.

Ao descrever a precária situação econômica em que permaneceu a província durante a guerra, Garcia afirma que:

A produção da província foi duramente afetada durante a guerra, seja porque foi alvo direto do ataque dos paraguaios, como foi o caso das fazendas e sítios localizados na região sul da província, como pela retirada de milhares de agricultores de seu trabalho, deslocados para o serviço militar, no exército, nos corpos de Voluntários da Pátria e na Guarda Nacional. Soma-se a isso, a interrupção da ligação fluvial com o litoral e a Corte, o que provocou a interrupção no fornecimento de produtos essenciais como o sal, que foi racionado.¹³⁴

Além disso, com a grande maioria das vias de comunicação meridionais da província interceptadas pelos paraguaios, os caminhos terrestres utilizados no período colonial precisaram ser retomados, tornando ainda mais grave a crise de abastecimento que enfrentava a província, pois “os riscos de perda dos animais e das *fazendas* (mercadorias) que faziam parte desse *comércio da terra* acabavam por recair sobre os negociantes, que passavam os fretes e oneravam a população como um todo”¹³⁵. O estado de dificuldades econômicas pelo qual passava a província fica demonstrado em trecho publicado pela *Imprensa de Cuyabá* em 7 de julho de 1865, que criticava o governo imperial pela pouca atenção dada à província:

Que razões tinha o Governo Imperial para conservar nossas fronteiras no estado indefeso? Não sabia que Lopez preparava-se para a guerra, construía fortificações em Assunção, fortalecia o Humaitá, comprava vapores e municionemos bélicos, que formava tropas e as disciplinava? Que motivos para cortar os recursos pecuniários à Província, sem fundos na Tesouraria para as mais insignificantes despesas decretadas por lei? (...) Mato Grosso teme hoje mais o cortejo, da fome ventura que o próprio inimigo. Se forças vierem de Minas e S. Paulo e não trouxerem o que comer nós e elas havemos de perecer, porque o Governo deixou de ocupar militar e convenientemente as nossas fronteiras, e a Presidência; para guardar a Província tirou-nos os homens da lavoura, e com isto meteu-nos a guerra na barriga que é a pior guerra conhecida.¹³⁶

O definitivo encerramento do conflito só se deu em março de 1870 quando da ofensiva do exército brasileiro sobre o que restou das tropas paraguaias sob o comando de Solano Lopez em Cerro Corá, que resultou em sua morte. O saldo do conflito foi de um elevado número de perdas humanas, principalmente para o Paraguai, que saiu vencido da

¹³⁴ GARCIA, D. S. C., *Mato Grosso...*, Op. cit. 76.

¹³⁵ PERARO, M. A., *Bastardos...*, Op. cit., p.55 – grifos da autora.

¹³⁶ *A Imprensa de Cuyabá*, 7/06/1865.

Guerra. A região sul da província de Mato Grosso, que foi palco de diversos confrontos entre brasileiros e paraguaios, da mesma forma teve grandes prejuízos durante os quase seis anos do conflito que se refletiram nos anos posteriores a 1870. Muitos dos antigos moradores retornaram para recuperar o que ainda existia em suas propriedades, e vários militares que combateram na Guerra se estabeleceram na região após receberem terras do governo, que visava reestruturar e incentivar a dinamização da província de Mato Grosso no pós-Guerra.

1.3 A Província de Mato Grosso no pós-Guerra

A década de 1870 iniciou-se com o fim da Guerra do Paraguai, e também com o adensamento de fatores que indicavam uma severa crise no sistema monárquico. Além disso, o próprio exército passou por um processo de profissionalização, que gerou novos quadros políticos que viam no regime monárquico um modelo em descompasso com a realidade moderna. Esses fatores, entre outros, acabaram gerando posteriormente vários embates políticos que culminaram com a proclamação da república.

Para a província de Mato Grosso um dos efeitos imediatos após o fim do conflito foi a reabertura da navegação do rio Paraguai, que propiciou o retorno das atividades comerciais que em 1856 haviam se iniciado e por conta da Guerra foram interrompidas. O comércio com a região platina pôde ser retomado, o que marcou um importante período de reativação do mercado regional, com reflexos positivos sobre diversas localidades da província, como Corumbá¹³⁷, que teve isenção de tributos do governo imperial durante dois anos, e que foram prorrogados por mais cinco, para reestabelecer suas atividades comerciais importando e exportando uma variedade de gêneros pelo seu porto no rio Paraguai¹³⁸. A grande quantidade de casas comerciais instaladas na província de Mato Grosso são evidências desse movimento de reestruturação da economia local do pós-guerra, que estava fortemente vinculada à região platina. Segundo Queiroz, quase a totalidade da região meridional da província de Mato Grosso recebia gêneros de consumo pela via comercial que fora reaberta no rio Paraguai.

De fato, a abertura do rio Paraguai dinamizou, por sua vez, a navegação de seus principais afluentes sul-mato-grossenses, de tal modo que os portos fluviais de Miranda e Aquidauana (nos rios homônimos), bem como

¹³⁷ A alfândega fora reinstalada em Corumbá no ano de 1872, “para suprir a necessidades de armazenagem e arrecadação de impostos de exportação e importação” (CORRÊA, L. S., *Corumbá...*, Op. cit., p. 60).

¹³⁸ CORRÊA, L. S., *Corumbá...*, Op. cit., p. 58.

Coxim (no rio Taquari), tornaram-se importantes subpolos comerciais, articulados a Corumbá.¹³⁹

Os problemas de abastecimento enfrentados durante a Guerra passaram a ser contornados com a maior facilidade de conexão com outras regiões do país e, sobretudo, da bacia do Prata. No entanto, no período após a Guerra, foram poucos os setores que obtiveram um desenvolvimento considerável na província de Mato Grosso. Para Garcia, é possível destacar o caso da pecuária¹⁴⁰ e da produção extrativa da erva mate, poaia e seringa, como setores que lideraram a “atividade produtiva da província e formaram, direta ou indiretamente, à base de sua pauta de exportação”¹⁴¹.

Do ponto de vista social, a Guerra com o Paraguai acabou legando para a província um quadro sanitário que se “agravava quando as doenças de caráter epidêmico, como a varíola, a febre amarela e a cólera se manifestaram de forma violenta, ceifando a vida de milhares de mato-grossenses”, principalmente na capital Cuiabá.¹⁴²

A província de Mato Grosso era representada como uma região distante geográfica e culturalmente dos centros políticos e econômicos do império, tanto por estrangeiros que passavam em suas terras, como pelos próprios brasileiros vindos principalmente do litoral em viagens pela região. As imagens de *sertão* e *fronteira* eram elaboradas para representar a província que, segundo Lylia Geletti, era constantemente objeto do discurso depreciador de viajantes que viam na província um grande atraso material e moral que impedia seu avanço político e econômico.¹⁴³

Nesse quadro, e como que internalizando esses discursos, um fator importante foi o incentivo dado pelo governo provincial à vinda de imigrantes da Europa, que fazia parte de uma política demográfica que buscava ser eficaz na tarefa de modernizar os meios de produção da província e implementar novos exemplos de mão de obra, considerados civilizados¹⁴⁴. No entanto, a maior parte dos imigrantes que acabaram adentrando a província foram os paraguaios, que passavam por sérias dificuldades econômicas em seu país, e eram

¹³⁹ QUEIROZ, P. R. C., *Articulações econômicas*, Op. cit., p.40.

¹⁴⁰ “A pecuária é uma atividade que vai se consolidando progressivamente, se espalhando principalmente na região sul da província. Começava a trilhar um caminho que fará dela, durante a República, a principal atividade produtiva de Mato Grosso” (GARCIA, D. S. C., *Mato Grosso...*, Op. cit. 100).

¹⁴¹ GARCIA, D. S. C., *Mato Grosso...*, Op. cit. p. 88.

¹⁴² CAVALCANTE, E. D. A., *A Sífilis em Cuiabá: saber médico, profilaxia e discurso moral (1870-1890)*, p.50.

¹⁴³ GALETTI, L. S. G., *Sertão, Fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*.

¹⁴⁴ PERARO, M. A., *Bastardos...*, Op. cit., p.61.

pouco desejados pelas elites locais de Mato Grosso, e da mesma forma, pelas autoridades governamentais¹⁴⁵. Segundo Queiroz, nesse contexto do pós-Guerra, a região sul da província:

Passou por significativas transformações no sentido do desenvolvimento econômico e populacional. Antigos ramos econômicos são dinamizados e novos são criados, ao influxo da navegação, beneficiada ainda pela crescente utilização do vapor como força motriz das embarcações. O grande estoque bovino da província, até então subaproveitado, atrai importante investimento em uma indústria de transformação, voltada à produção de caldo e extrato de carne (Descalvados, 1873) [...] Tanto Corumbá como outras povoações de Mato Grosso receberam expressivos contingentes de estrangeiros, sobretudo imigrantes paraguaios.¹⁴⁶

A população total da província de Mato Grosso, conforme dados do censo realizado em 1872¹⁴⁷, era de 60.417 habitantes, que estavam dispersos em nove municípios. O município mais populoso era a capital Cuiabá, que era composto por sete freguesias que totalizavam 35.387 habitantes. É necessário levar em consideração que os eventos da Guerra com o Paraguai certamente influenciaram na soma final destes números¹⁴⁸, sem contar a imigração estrangeira, que já havia se iniciado naquela data. Segundo os dados trazidos pelo mesmo censo de 1872, portanto, Mato Grosso era a segunda¹⁴⁹ província menos populosa do império, o que contrastava com a amplitude do seu território, acentuando ainda mais a baixa densidade demográfica.

Nessa mesma data, na região sul da província eram três os municípios instalados, Corumbá, Miranda e Santana de Paranaíba, cada qual com sua respectiva freguesia. O quadro abaixo traz os dados populacionais referentes à população desses três municípios.

¹⁴⁵ CAVALCANTE, E. D. A., *A Sífilis em Cuiabá...*, Op. cit., p.54.

¹⁴⁶ QUEIROZ, P. R. C., *Temores e esperanças...*, Op. cit., p. 25.

¹⁴⁷ BRASIL, *Recenseamento de 1872*, p. 135-139. Segundo Maria Luiza Marcílio, o censo de 1872 inaugura a era estatística, “quando os levantamentos censitários de toda população nacional passam a ter objetivos exclusivamente demográficos e a serem realizados, periódica e sistematicamente, por serviços especializados do Governo, para esse fim” (MARCÍLIO, M. L., *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*, p. 32).

¹⁴⁸ Além das várias perdas nos combates da Guerra, muitas mortes foram causadas por epidemias, como a da varíola que levou muitas pessoas à morte em Cuiabá, em 1867 (VOLPATO, L. R. R., *Cativos...* Op. cit., 1993, p.56).

¹⁴⁹ A província do Amazonas possuía um total de 57.610 habitantes, segundo o censo. A população total do império foi registrada em 10.112.061 de habitantes (BRASIL, *Recenseamento de 1872*).

Quadro 2. População dos Municípios ao sul da província de Mato Grosso - 1872¹⁵⁰

MUNICÍPIO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
CORUMBÁ	1679	1407	3361
MIRANDA	1888	1822	3852
SANTANA DE PARANAÍBA	1546	1334	3234

Fonte: BRASIL, *Recenseamento de 1872*, p, 135-139.

Como é possível observar na tabela acima, o município mais populoso na porção meridional da província era Miranda, que no período estava se reestruturando, assim como outros povoados e propriedades rurais do sul da província, após a Guerra com o Paraguai, que afetou intensamente a região.

A localidade de Miranda surgiu a partir do presídio fundado em 1797 que serviu aos interesses da coroa para garantir a defesa do território na fronteira sul da capitania de Mato Grosso¹⁵¹. Na primeira metade do século XIX, era uma das poucas localidades ao sul da província de Mato Grosso e juntamente com Albuquerque e Santana de Paranaíba constituíam os três maiores núcleos populacionais da região, pertencentes ao termo de Cuiabá¹⁵². O panorama administrativo da região sul da província de Mato Grosso não sofreu grandes alterações até o período posterior à Guerra com o Paraguai.

Após 1870, com o fim dos eventos da Guerra, outras duas freguesias foram criadas na porção meridional da província em localidades invadidas pelos paraguaios, o que demonstra a crescente dinamização populacional no pós-Guerra com reestruturação desses locais, bem como o interesse do poder provincial em criar novas circunscrições para melhor administrar e gerir o território e as populações que estavam dispersas e distantes da presença do estado. Dessa forma, o povoado de Coxim foi elevado à freguesia em fevereiro de 1872 e Nioac em 24 de maio de 1877, este último sendo distrito da vila de Miranda.

Particularmente em se tratando de Nioac, que é nosso interesse aqui, a criação da freguesia se deu cinco anos após a efetiva reocupação do local, quando em 1872 foi ali

¹⁵⁰ Inclui-se nesses dados tanto livres e libertos quanto escravos.

¹⁵¹ TULUX, B. M., *O presidio de Miranda e a defesa do Império Português na fronteira sul da capitania de Mato Grosso (1797-1822)*. Conferir ainda sobre a localidade o trabalho de ALMEIDA, E. A. C., *Nos "confins do sertão" de Miranda: Ocupação da terra, economia e trabalho (1830-1892)*.

¹⁵² SENA, D. M., *Livres...* Op. cit., p.36. A freguesia de Albuquerque foi extinta em 1872, para fazer parte da freguesia de Corumbá.

instalado novamente o comando do Distrito Militar de Miranda e a Parada da Guarnição de fronteira¹⁵³. Juntamente com o retorno do comando do distrito, segundo Miguel Palermo que residiu em Nioac durante a década de 1890, houve a vinda de imigrantes de várias províncias do Brasil e famílias provenientes do Paraguai que se dirigiram ao sul da província e se estabeleceram definitivamente ocupando os povoados de Campo Grande, Vacaria, Nioac, Ponta Porã e Bela Vista, “nos quais se contam mais de duzentos estabelecimentos pecuários de alguma importância”¹⁵⁴. Em Nioac, o predomínio de propriedades que se dedicavam à pecuária bovina foi salientado também pelo Álbum Gráfico, que enfatizou as potencialidades do solo para a produção de gêneros de primeira necessidade¹⁵⁵.

No período pós-Guerra houve, portanto, um processo de reestruturação da localidade de Nioac, e também a vinda, para a região do planalto sul de Mato Grosso, de novos contingentes populacionais. No capítulo seguinte, discutiremos mais especificamente esse processo e trataremos de entender a criação de uma jurisdição eclesiástica ao sul da província, que foi a freguesia Santa Rita de Levergeria, que possuía sede no povoado de Nioac. Ao analisarmos essa freguesia é necessário lembrar do processo de formação da localidade, descrito neste capítulo.

Como procuramos enfatizar aqui, Nioac foi sede do comando de um distrito militar que era responsável por guarnecer boa parte da fronteira sul da província de Mato Grosso. Este aspecto é importante, pois, a nosso ver, foi justamente no momento anterior à Guerra que a localidade adquiriu uma centralidade na região, pois administrava as colônias militares e mantinha contato direto com o governo provincial, seja prestando contas ou solicitando demandas locais. Assim, o período anterior à Guerra tornou-se importante aos nossos propósitos aqui, pois ajuda a compreender a escolha de Nioac para constituir sede da freguesia Santa Rita de Levergeria, como demonstraremos no capítulo a seguir.

¹⁵³ MELGAÇO, B. *Apontamentos...*, Op. cit., p.435

¹⁵⁴ PALERMO, M. A., *Nioac: Evolução política e revolução de Mato Grosso*, p. 38. Miguel Ângelo Palermo escreveu esta obra ainda em 1896, quando residia em Nioac. Nela o autor se debruça sobre as divergências políticas ocorridas no período republicano em Mato Grosso, particularmente sobre os incidentes ocorridos em 1892 na região sul do estado.

¹⁵⁵ CABRAL, J. F., *O Município de Nioac*, p. 413.

CAPÍTULO 2: A CRIAÇÃO DA FREGUESIA SANTA RITA DE NIOAC E SUA CIRCUNSCRIÇÃO

A administração do Império era baseada em quatro esferas que constituíam o ordenamento territorial através de uma organização burocrática complexa que envolvia as circunscrições administrativas, militares, judiciais e religiosas. No âmbito administrativo e militar a organização se dava através das províncias e câmaras municipais; a justiça era disposta em comarcas, termos e distritos de paz; e a divisão eclesiástica, estava baseada em um arcebispado e doze dioceses com suas respectivas freguesias¹⁵⁶. As freguesias equivaliam aos distritos de paz no âmbito judicial, sendo a menor instância da administração civil. Cada freguesia, também denominada de paróquia, recebia o nome de um padroeiro (a), o que garantia a influência católica daquela jurisdição.

A estratégia de criação de novas jurisdições eclesiásticas foi uma prática corrente desde o período colonial para assegurar a conquista de territórios, que eram anexados às áreas de influência dos bispados portugueses, o que garantia a posse de grandes porções de terras, principalmente, no oeste do Brasil¹⁵⁷. A Igreja Católica, que estava vinculada ao poder temporal por meio do padroado régio, desempenhou um importante papel como aliada do império português e posteriormente à monarquia imperial brasileira, na tarefa de incorporação de novas terras, e da mesma forma, contribuiu com o ordenamento administrativo do território.

A instituição eclesiástica vivia sob o padroado, um regime definido como a soma de privilégios e vantagens concedidas pelo Papa ao grão-mestre da Ordem de Cristo em favor da dilatação da fé e da manutenção do culto. Este era o método pelo qual o governo português cumpria sua função de "proteção" sobre a Igreja, cabendo ao monarca promover a criação de dioceses, apresentar os nomes dos escolhidos para ocupar as prelazias e capelas, a obrigação de construir e conservar os edifícios de culto e remunerar o clero, promovendo assim a expansão da fé cristã.¹⁵⁸

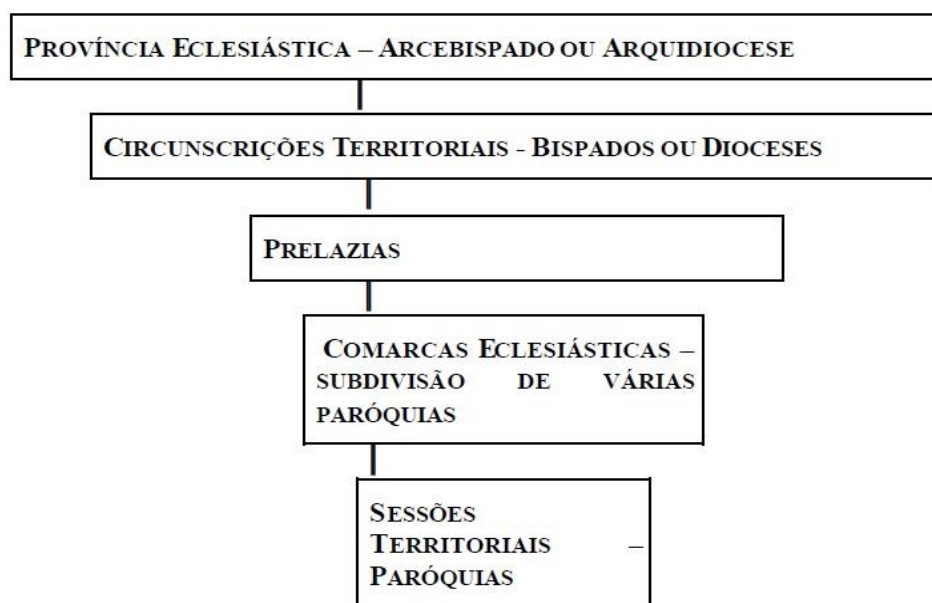
¹⁵⁶ GREGÓRIO, V. M., *Dividindo as províncias do Império: a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado Nacional brasileiro (1826-1854)*, p. 136.

¹⁵⁷ MARIN, J. R., *O acontecer e "desacontecer" da romanização na fronteira do Brasil com o Paraguai e Bolívia*, p.90.

¹⁵⁸ FRIDMAN, F., *Freguesias do Rio de Janeiro ao final do século XVIII*, p.2.

Segundo o Artigo V da Constituição de 1824¹⁵⁹ a religião católica permanecia como religião oficial do Império, sendo preservada as funções outorgadas pela Igreja ao imperador D. Pedro I, com base nas premissas do Padroado Régio. A continuidade da união da Igreja com o Estado imperial também dispensou, conforme enfatizou Castro, “a adoção do registro civil como forma de identificação legal do cidadão brasileiro e de garantia de seus direitos civis”, preservando a prática do registro de batismos (nascimentos), casamentos e óbitos em livros eclesiásticos, sob a responsabilidade dos sacerdotes locais¹⁶⁰. Assim, sendo a Igreja “no Brasil até o final do segundo reinado um ramo da administração pública”¹⁶¹, deve-se entender a *freguesia* enquanto jurisdição eclesiástica que exercia atividades civis e que era de grande importância também na província de Mato Grosso.

Quadro 3. Estrutura administrativa da Igreja Católica no Brasil Colônia e Império



Fonte: MORAES, S., *O episcopado de D. Carlos Luiz D'Amour (1878-1923)*, p.57.

A criação de novas freguesias se inseria, segundo Jérri Marin, na proposta romanizadora da Igreja Católica em Mato Grosso, que procurava instaurar os ideais

¹⁵⁹ BRASIL, *Constituição Política do Império de Brasil de 25 de março de 1824*.

¹⁶⁰ FARIA, S. C., *História da família e demografia histórica*, p.339.

¹⁶¹ GOMES, E. S., *A Separação Estado - Igreja no Brasil (1890): uma análise da pastoral coletiva do episcopado brasileiro ao Marechal Deodoro da Fonseca*, p.64.

ultramontanos e reverter a situação de *lateralidade* em que se encontrava a igreja em terras mato-grossenses.¹⁶²

A criação das freguesias era competência do poder provincial e devia ter o consentimento do bispo responsável pela circunscrição em que ela seria criada, instalando canonicamente a paróquia local, indicando pároco e fornecendo os instrumentos necessários para o ofício do sacerdote¹⁶³. Na província de Mato Grosso, o único bispado existente em todo o século XIX foi o de Cuiabá, criado em 1826¹⁶⁴, e que era responsável por todas as paróquias da região.

A falta de clero, as dificuldades financeiras e mesmo espirituais da Igreja em Mato Grosso, a grande extensão dos limites da província e sua parca população espalhada pelo território foram constantemente relatadas nos relatórios dos presidentes de província como fator que dificultava a atuação da Igreja. No ano de 1876, a província de Mato Grosso tinha dezesseis freguesias que se organizavam a partir da diocese de Cuiabá, conforme quadro abaixo.

Quadro 4. Divisão Eclesiástica da província de Mato Grosso – 1876

NOME DAS FREGUESIAS	INVOCAÇÃO	NOME DOS PÁROCOS	MODO DO PROVIMENTO
Sé	Senhor Bom Jesus do Cuiabá	Rev. Conego Joaquim de Souza Caldas	Colado*
Pedro 2º	São Gonçalo de Pedro Segundo	Antonio Henrique de Carvalho Ferro	Encomendado* *
Guia	Nossa Senhora da Guia	Vago	Vago
Brotas	Nossa Senhora das Brotas	Rvd. Frei Antonio de Mollinetto	Encomendado
Rosario	Nossa Senhora do Rosario do Rio Acima	Jacinto Ferreira da Carvalho	Encomendado
Diamantino	Nossa Senhora da Conceição do Diamantino	José Cavalli	Encomendado

¹⁶² MARIN, J. R., *O acontecer...*, Op. cit. Na segunda parte deste capítulo discutiremos o Ultramontanismo, que constituía em uma forte vertente da Igreja Católica no século XIX.

¹⁶³ Idem, p.100.

¹⁶⁴ Anteriormente a essa data Cuiabá era Prelazia, criada em 6 de dezembro de 1746, MARIN, J. R., *O acontecer...*, Op. cit. p.94

São Luiz de Cáceres	São Luiz de Cáceres	Cassimiro Ponce Martins	Encomendado
Mato Grosso	SS. Trindade de Mato Grosso	Vago	Vago
Corumbá	Santa Cruz de Corumbá	Rvd. Preg. Imp. Fr. Mariano de Bagnaia	Encomendado
Santo Antonio	Santo Antonio do Rio-abaixo	José Ignaio Seixas de Brito	Encomendado
Chapada	Sant'Anna da Chapada	Vago	Vago
Livramento	Nossa Senhora do Livramento	Rvd. Francisco Bueno de Sampaio	Encomendado
Herculania	São José de Herculania	Vago	Vago
Miranda	Nossa Senhora do Carmo de Miranda	Rvd. D. Julião Urquia	Encomendado
Poconé	Nossa Senhora Rosário do Poconé	Rvd. Manuel Francisco D'Araujo Bastos	Encomendado
Sant'Anna do Paranyhyba	Sant'Anna do Paranyhyba	Rvd. Francisco de Salles Souza Fleury	Encomendado

Fonte: (Fala com que o Excelentíssimo senhor Hermes Ernesto da Fonseca abriu a 2ª Sessão da 21ª Legislatura da Assemblêia Provincial de Mato Grosso, 1877, p.13)

*Padre "Colado" eram sacerdotes responsáveis pela realização dos serviços religiosos em determinada paróquia; ** Já os padres "Encomendados" eram escolhidos pelo bispo para exercer os trabalhos de pároco até a vaga ser provida definitivamente. MORAES, S., *O episcopado de D. Carlos Luiz D'Amour (1878-1923)*, p.58.

A partir desse quadro, é possível observar que na porção meridional da província havia em 1876 quatro freguesias sendo a de Santa Cruz de Corumbá (atual Corumbá), São José de Herculânia (atual Coxim), Nossa Senhora do Carmo de Miranda (atual Miranda) e Sant'Anna do Paranyhyba (atual Paranaíba). Das dezesseis paróquias organizadas na província naquele ano, quatro estavam sem sacerdotes fixos no local, como apontado no quadro 4. As dificuldades com que os párocos locais se mantinham em suas respectivas freguesias foram apontadas constantemente nas falas presidenciais, como em 1878 quando o presidente João José Pedrosa citou um relatório do cônego Manuel Pereira Mendes¹⁶⁵, onde este afirmou que a:

Côngrua que o Estado lhes proporciona para sua subsistência nesses lugares ermos e sem abrigos, onde jazem como exilados, longe da

¹⁶⁵ Com a morte do bispo D. José Antonio dos Reis em 11 de outubro de 1876 foi eleito vigário capitular o cônego Manuel Pereira Mendes (MARIN, J. R. *O acontecer e o desacontecer da romanização na fronteira do Brasil com o Paraguai e a Bolívia*. p. 108)

sociedade sem o menor cômodo de vida – é uma pequena quantia de 300\$000 por ano paga pelos cofres gerais; e pela provincial gratificação de igual soma quase incerta, marcada pela Assembleia, e que, reunida a primeira, forma a de 50\$000 por mês, para todos os misteres da vida. Pode V. Exc.^a. sem maior esforço, ajuizar mesmo durante o pequeno espaço de tempo de estada aqui – se porventura um homem nas condições de um pároco em freguesias paupérrimas, como são as nossas, pode subsistir com esse mesquinho e diminuto vencimento.¹⁶⁶

Apesar de ocorrer mudanças no quadro eclesiástico, com transferências de sacerdotes para outras paróquias e remoções no clero, pelo menos durante as décadas de 1870 e 1880, momento em que a igreja ainda permanecia unida ao Estado, a situação continuou sem grandes alterações. O panorama apresentado pelo cônego Manuel Pereira Mendes é ilustrativo da realidade do atendimento eclesiástico em fins do século XIX na província de Mato Grosso. Mas não somente isso. Ainda na citada fala¹⁶⁷, o cônego Manuel Pereira Mendes mencionou a criação de uma nova freguesia no ano de 1877, que não havia sido ainda “*canonicamente* instalada por falta de pároco e de meios necessários para compra de todas as alfaias e livros para os assentamentos dos batismos casamentos e óbitos”¹⁶⁸. A freguesia em questão era a de Santa Rita de Levergeria, criada no povoado de Nioac em 24 de março de 1877.

Segundo o artigo 1º da Lei provincial nº 506 de 1877 a localidade de Nioac foi “elevada à categoria de freguesia com a denominação de Levergeria e sob invocação de Santa Rita”¹⁶⁹. Daquele ano em diante a sua jurisdição eclesiástica ficaria desmembrada territorialmente da vila de Miranda, porém unida à comarca que esta vila constituía desde 1858. O novo patamar adquirido, que é antes de tudo religioso, também deve ser entendido como sendo de cunho civil-administrativo, já que a nova paróquia passava a concentrar os registros dos eventos vitais (batismo, casamento, óbito) dos indivíduos residentes na sede da freguesia e região. O período do pós-guerra (década de 1870), portanto, baliza para a localidade o estabelecimento efetivo da Igreja, que passou a ser reconhecida pela estrutura

¹⁶⁶ Anexo In. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. João José Pedrosa presidente da província de Mato Grosso abriu a L^a Sessão da 22^a legislatura d respectiva assembleia*, 1878, p.9

¹⁶⁷ Após três meses como presidente da província, João José Pedrosa insere em anexo de seu relatório as informações recebidas sobre os “negócios eclesiásticos” do cônego Manuel Pereira Mendes, que estava no momento como procurador do bispo recém nomeado D. Carlos Luiz D’Amour.

¹⁶⁸ *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. João José Pedrosa... 1878*, p.3, grifo meu.

¹⁶⁹ O título de Levergeria fora dado em homenagem a Augusto Leverger (1808-1880), o barão de Melgaço (PALERMO, M. A., *Nioac... Op. cit.*, p.34.). Embora seja ele atribuído como título oficial da freguesia recém-criada, o nome Nioac era o mais adotado e sempre esteve associado à localidade que ficava à margem do rio homônimo. A freguesia também era chamada de Santa Rita de Nioac, forma que adotaremos neste trabalho.

eclesiástica. Este processo também garantiu o estabelecimento de mais uma força, qual seja, a Igreja, instituição regulamentadora do espaço e das práticas sociais. Ela se constituiu em unidade administrativo-religiosa ligada ao destacamento militar pela figura do seu pároco responsável.

2.1 Circunscrevendo a Freguesia Santa Rita de Nioac

A alteração no quadro administrativo-religioso da região sul da província certamente provocou mudanças com a instalação da paróquia Santa Rita de Nioac e isso, podemos considerar, tanto para a própria localidade de Nioac quanto para outros povoados e propriedades da região do planalto sul da província de Mato Grosso. Esse processo é bastante significativo quando consideramos aquilo que afirma Murilo Marx sobre a condição de freguesia.

Não era somente o acesso garantido então à desejada e necessária assistência religiosa que se obtinha, mas também o reconhecimento da comunidade de fato e de direito perante a Igreja oficial, portanto, perante o Estado. Não era apenas o acesso ao batismo mais próximo, ao casamento mais fácil, ao amparo aos enfermos, aos sacramentos na morte, mas também a garantia do registro de nascimento, de matrimônio, de óbito, registro oficial, com todas as implicações jurídicas e sociais.¹⁷⁰

É necessário destacar aqui que é possível notar a presença, esporádica, da Igreja na região da freguesia Santa Rita de Nioac ainda no momento anterior à década de 1870, sendo que neste período as populações que ali residiam eram servidas por párocos de Miranda. No entanto, consideramos o ano de 1877 como baliza para o estabelecimento da Igreja no lugar, pois é somente a partir dessa data que os serviços religiosos ali realizados ganharam uma circunscrição territorial própria para zelar e passaram a ser oferecidos por pároco residente no próprio local.

A partir de então, a freguesia Santa Rita de Nioac deveria ser responsável por um extenso território que ia desde o rio Paraná a leste, passando pela fronteira com o Paraguai ao sul e fazendo limite com a freguesia de São José de Herculânea ao norte. Segundo a Lei nº 506 de 1877, assim se constituíam os limites da freguesia de Santa Rita de Levergeria:

Partindo da Confluência dos rios Miranda e Nioac, uma reta ao morro a sul, na margem esquerda do Aquidauana, deste ponto, Aquidauana acima, pela margem esquerda, até a sua mais alta origem no lugar denominado –

¹⁷⁰ MARX, M., *Cidade no Brasil: Terra de quem?* p.18.

Pontinha – no caminho para Camapuã: - da Pontinha – uma reta as cabeceiras do rio Sanguessuga e por este abaixo pela margem direita até a sua foz no rio Paraná; por este abaixo, margem direita até os limites do Império com a República do Paraguai: deste ponto os mesmos limites até o marco assentado nas cabeceiras do rio Apa, daqui uma reta as cabeceiras do rio Miranda e por este abaixo, margem direita até a sua junção com o rio Nioac.¹⁷¹

Conforme as delimitações descritas acima, a freguesia Santa Rita de Nioac compreendia grande parte da porção sul de Mato Grosso, coincidindo com a área de atuação do distrito militar o qual foi constituído sede ainda na primeira metade do século XIX. Se perguntarmos o porquê da escolha de Nioac como sede daquela freguesia, a resposta parece estar imbricada com o fato de que a localidade foi durante vários anos comando de um distrito militar. Dessa forma, a localidade de Nioac já era conhecida do governo provincial, pois o comandante ali estabelecido mantinha comunicação periódica com a capital, Cuiabá. Também, por já possuir uma estrutura local, o Estado teria menos gastos levando o aparato religioso para aquele ponto que se constituía como um dos mais distantes da fronteira da província de Mato Grosso.

No censo realizado em 1890, o primeiro em que foi feita uma contagem específica dos habitantes da freguesia, sua população era de 8.013 pessoas¹⁷². A soma total dos habitantes inclui também os povoados de Vacaria e Campo Grande, que estavam inseridos no território de jurisdição da freguesia. O censo de 1890 indica uma importante concentração populacional nessa região, o que constituiu a segunda maior população da porção sul da província de Mato Grosso. A contagem também aponta Corumbá com 9.870¹⁷³ habitantes e as vilas de Miranda e Santana de Paranaíba com 3.384 e 4.947 habitantes, respectivamente.

No extenso recorte espacial compreendido pela freguesia Santa Rita de Nioac estavam ainda as colônias militares dos Dourados e colônia de Miranda, reinstaladas após a Guerra com Paraguai. Elas foram mantidas pelo governo provincial, que conservava seu objetivo inicial de *colonização do território*, mas também, nesse momento, exerciam papel de guarnição das fronteiras e agências fiscais. Em fala a Assembleia Legislativa no ano de

¹⁷¹ PALERMO, M. A., *Nioac...* Op. cit., p.37.

¹⁷² BRASIL. *Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890*. No Censo 1872, não veremos os dados específicos sobre Nioac, pois a localidade ainda não era uma freguesia, sendo que sua população foi contada juntamente com a da vila de Miranda.

¹⁷³ Os números de Corumbá incluem, além da vila, os povoados de São José de Herculânia, Ladário e São Lourenço. Em Miranda aparece também os habitantes de Bela Vista (BRASIL. *Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890*, p.45).

1878 o presidente da província João José Pedrosa deixou claro o aspecto de povoamento que as colônias ainda conservavam. Segundo ele:

[...] esses estabelecimentos militares, desde que tenham organização conveniente, podem tornar-se não só centros de atração para a catequese e aldeamento dos selvagens, como ainda verdadeiros núcleos de emigração na província, pois que a sua sombra os agricultores encontrariam proteção e segurança.¹⁷⁴

A colônia militar dos Dourados, por exemplo, que estava localizada ao sul dessa região perfazendo limite com o Paraguai, tinha em seu território várias famílias ali residentes sob direção do comandante da colônia. Havia ali instalado uma agência fiscal que tinha por objetivo primordial arrecadar tributos provinciais de boiadeiros que exportavam gado e passavam pela região. No ano de 1876 o capitão Rogaciano Monteiro de Lima conseguiu “arrecadar até o mês de outubro a quantia de 1:107\$000”. Por predominar o descaminho e a fuga desses boiadeiros por outras regiões esta agência fiscal foi transferida para o destacamento de Bela Vista¹⁷⁵.

Além das colônias militares, várias propriedades rurais estavam instaladas na região compreendida pela freguesia de Santa Rita de Niaoç. Para ter uma visão destas localidades utilizaremos o diário da visita pastoral do bispo de Cuiabá, D. Carlos Luiz D’Amour. Esta foi a primeira visita pastoral de um bispo à região sul da província de Mato Grosso, e ocorreu em meados de 1886. O autor do diário, cônego Bento Severiano da Luz, era secretário particular do bispo e registrou suas impressões acerca dos aspectos naturais, sociais e religiosos que encontrava nos lugares onde passava.

Sobre essa fonte é importante salientar o que afirma Jérri Marin:

O Mato Grosso que o cônego Bento Severiano da Luz representou aproximava-se da concepção do mundo e de homem que conhecia, embora redefinissem sua própria identidade ao incorporar novos elementos culturais e linguagens. Ao fazê-lo, através da intervenção modificadora e transculturadora, o sul da Província de Mato Grosso também recebeu modificações no seu caráter original ao incorporar essas representações à sua identidade¹⁷⁶.

¹⁷⁴ *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. João José Pedrosa... 1878*, p. 61.

¹⁷⁵ *Fala com que o Excelentíssimo senhor Hermes Ernesto da Fonseca abriu a 2ª Sessão da 21ª Legislatura da Assemblèia Provincial de Mato Grosso: Cuiabá, 1877*, p.13.

¹⁷⁶ MARIN, J. R., *Recristianização e civilização dos sertões mato-grossenses: a visita pastoral de D. Carlos Luiz D’Amour ao sul da diocese de Cuiabá, 1886*, p. 189.

Dessa forma, o olhar do autor do diário estava inclinado aos objetivos daquela viagem e demonstra, dentre outros fatos, a distância do ideal religioso proposto pela diocese daquele encontrado nas visitas às paróquias. Vários casos de *irreverência* e falta de familiaridade aos rituais litúrgicos católicos foram relatados no diário¹⁷⁷. No entanto, o que nos interessa neste momento é levantar informações sobre o território que compreendia a freguesia Santa Rita de Nioac, no qual existiam diversas propriedades e alguns aglomerados populacionais.

Segundo o cônego Bento Severiano da Luz, na sede da freguesia de Nioac residiam aproximadamente 300 pessoas, e “estas reunindo-se a dos campos adjacentes, das colônias e das serras ter-se-á uma população de 3000 almas”¹⁷⁸. Apesar da evidente imprecisão desses números, fica claro, a partir do testemunho do Cônego Bento Severiano, que a maior parte dos indivíduos residentes na freguesia estavam localizados nos *campos adjacentes*. Essa informação é importante para termos uma visão panorâmica do recorte espacial em questão, pois para o compreendermos, como já foi dito, é preciso considerar que sua população estava dispersa na freguesia.

Uma das propriedades que estavam localizadas nessa região era a fazenda Santa Rosa (ver mapa 3), também chamada de porto de Santa Rosa, de propriedade de um dos “mais abastados fazendeiros que habitavam os campos da Vacaria”, Capitão João Caetano Teixeira Muzi¹⁷⁹.

Fica a margem direita do Brilhante, 12 léguas a baixo de sua vertente. Seus terrenos são acidentados, fertilíssimos, e tem abundancia de águas altas, arroios correntosos, proporcionados para fornecer regos d’água que poderão tocar grandes máquinas; [...] A casa de vivenda é ótima: bem construída espaçosa e ornada de elegantes móveis. [...] Há outras casas próprias para mantimentos; um engenho de cana, olaria, tenda de ferreiro, e estava em começo uma casa de serraria bem montada¹⁸⁰.

Além da família de Muzi, estavam presentes na fazenda quando da visita do bispo, vários criados e camaradas. O capitão Muzi havia combatido na Guerra com Paraguai e, até onde se sabe, comandou guarda avançada no porto de Santa Rosa onde permaneceu depois de deixar os serviços militares. Pedro Ângelo da Rosa informou que além de possuir gados

¹⁷⁷ LUZ, B. S., *Visita pastoral do sul*, p.153.

¹⁷⁸ LUZ, B. S., *Visita...*, Op. cit., p.164.

¹⁷⁹ LUZ, B. S., *Visita...*, Op. cit., p.165. O capitão Muzi acabou por se tornar um líder político na região, criando, inclusive um partido denominado Autonomista, no período republicano.

¹⁸⁰ LUZ, B. S., *Visita...*, Op. cit., p.173.

nos campos da Vacaria, Muzi também era comerciante e tinha “trinta carretas, que viajavam para Concepción levando couros, chifres e produtos do campo, trazendo, na volta, sal e mercadorias para consumo dos fazendeiros e da vila de Nioaque”¹⁸¹.

Outra propriedade que possuía certo destaque na região era a fazenda Passa Tempo, cujo dono Joaquim Gonçalves Barbosa Marques era filho de Inácio Gonçalves Barbosa, que rumou para a região ainda na primeira metade do século XIX. Aliás, grande parte das fazendas que existiam no território da freguesia tinha sido criada ainda no período anterior à Guerra com o Paraguai. Em Passa Tempo foi oferecido em oferta ao bispo um “cálice de ouro de primoroso lavor, cravejado de ametistas no valor de 1:400\$000, que mandaram fazer na Corte”, entregue por João Caetano Teixeira Muzi, que juntamente ao cálice apresentou um discurso de agradecimento aos serviços prestados pelo bispo e sua comitiva, em nome dos *Vacarianos*¹⁸². A fazenda Passa Tempo estava situada nas proximidades da fazenda de Santa Rosa, na região denominada Vacaria.

É interessante observar a referência feita por Muzi em seu discurso ao bispo sobre os *vacarianos*, como que identificando os indivíduos que viviam naquelas cercanias como um povo. Essa mesma identificação é feita pelo autor do diário quando diz que a saudação ao prelado seria feita em nome dos *vacarienses*. Em outro momento, quando da passagem da visita pastoral pela região da fazenda Canta Galo, em cerimônia de recepção “com alguns foguetes, salvas de ronqueira e bacamarte” além de sinos de festejos, o proprietário Gustavo Adolfo Ferreira Machado fez uma eloquente alocução em que afirmava sua gratidão com a presença do bispo àquelas paragens e ainda enfatizava que o *povo serrano* estava por demais orgulhoso com a visita do *Augusto Pastor*¹⁸³. A alusão ao povo serrano, certamente se refere às diversas fazendas existentes na área compreendida pela serra de Maracaju, nas proximidades da sede da freguesia de Nioac.

A ênfase nas falas de Muzi e Gustavo Machado com relação aos *vacarianos* e ao povo serrano, e mesmo a própria referência do autor do diário da visita pastoral, evidenciam a existência de microrregiões com certa concentração populacional que estavam inseridas no território da freguesia de Nioac. Em um desses locais, inclusive, existia uma “escola de instrução elementar sustentada por alguns pais de família, que cotizam-se para esse fim,

¹⁸¹ ROSA, P. A., *Resenha histórica de Mato Grosso: fronteira com o Paraguai*.

¹⁸² LUZ, B. S., *Visita...*, Op. cit., p.176.

¹⁸³ Idem, p.171.

dando ao professor, além do sustento, a gratificação mensal de 20\$000”¹⁸⁴. Embora essa característica seja verificada na freguesia, estes locais não parecem estar totalmente desvinculados da sede estabelecida no povoado de Nioac, pois como visto em citação anterior o próprio capitão Muzi comercializava mercadorias trazidas do Paraguai com o povoado de Nioac.

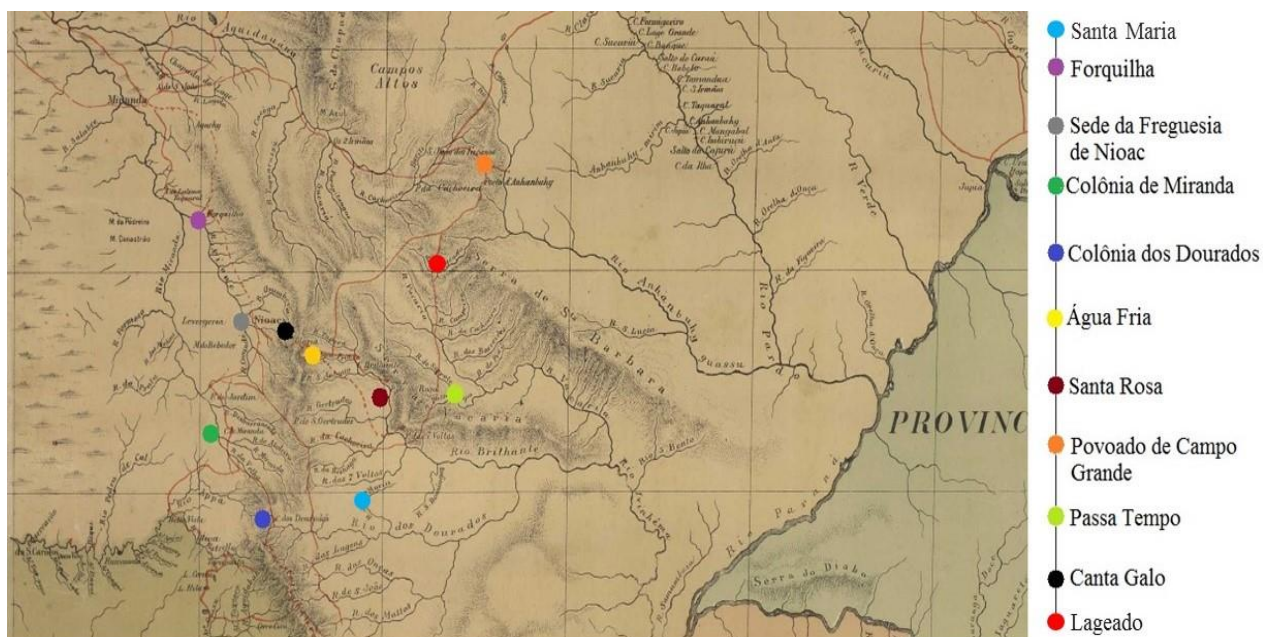
Em Campo Grande, povoado que teve início com a vinda de famílias provenientes de Minas Gerais no início da década de 1870, havia 86 casas e uma Igreja cujo padroeiro era Santo Antônio, e que foi construída em 1876 por “José Antônio Pereira, a quem o povo auxiliou com serviços e esmolas, não entrando nessas obras um aceno ao menos do governo provincial”¹⁸⁵. Na pequena povoação de Campo Grande, aliás, foram realizados “um sem números de batizados”, e ainda 420 crismas, em sua maioria de mulheres, e 37 casamentos. Esses números assinalam para a dinamização populacional que ocorria naquele momento no povoado de Campo Grande, e da mesma forma, em diversos pontos no interior da freguesia. Dois anos depois, em outra visita a Campo Grande, desta vez realizada pelo próprio pároco de Nioac, padre Benedicto Conti, foram registrados outros 81 batizados de crianças, todas nascidas entre os anos de 1888 e 1889, o que demonstra uma considerável taxa de natalidade¹⁸⁶.

¹⁸⁴ *Idem*, p.172.

¹⁸⁵ *Idem*, p. 182.

¹⁸⁶ *Livro nº1 de registros de batismos*.

Mapa 3. Alguns povoados e propriedades no território da freguesia Santa Rita de Nioac¹⁸⁷



Adaptado da “Carta da Província de Mato Grosso organizada em 1880”. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervodigital>>.

É importante salientar que o diário da viagem e a documentação analisados¹⁸⁸ apontam para a existência de outras diversas propriedades, tanto na região da *vacaria* como na *região serrana*, como a fazenda Boa Esperança. Segundo o que afirma o cônego Bento Severiano da Luz¹⁸⁹, a comitiva da visita pastoral subiu a serra de Maracaju para chegar à fazenda Boa Esperança, de propriedade de Antônio Figueiredo Rodrigues Coelho. Descrevendo o local como “assaz aprazível e bonito”, Luz afirma que a fazenda distava do povoado de Campo Grande 25 léguas, mas que para chegar até lá seria necessário percorrer o seguinte caminho:

Dali à Estancia Nova, propriedade do senhor tenente Atanásio de Almeida Mello, uma e meia légua; dali passando o rio Brilhante à fazenda deste nome, do senhor Diogo José de Souza, duas e meias léguas; desta à fazenda de São Bento, propriedade do senhor Vicente de Brito, 4; dali ao sítio do

¹⁸⁷ O mapa 5 foi construído com o fim de fornecer a localização de alguns pontos citados no *Livro nº1 de registros de batizados da paróquia Santa Rita de Nioac*. Não foram inseridos os demais locais por não se ter ainda uma localização exata dos mesmos.

¹⁸⁸ Além da bibliografia (principalmente SEREJO, H. *Nioaque: um pouco...* Op. cit. e PALERMO, M. A., *Nioac...* Op. cit.), assinala também sobre isso o *Livro nº1 de registros de batismo da Paróquia Santa Rita de Nioac*, e os registros de casamentos e nascimentos encontrados no Cartório da cidade de Nioaque.

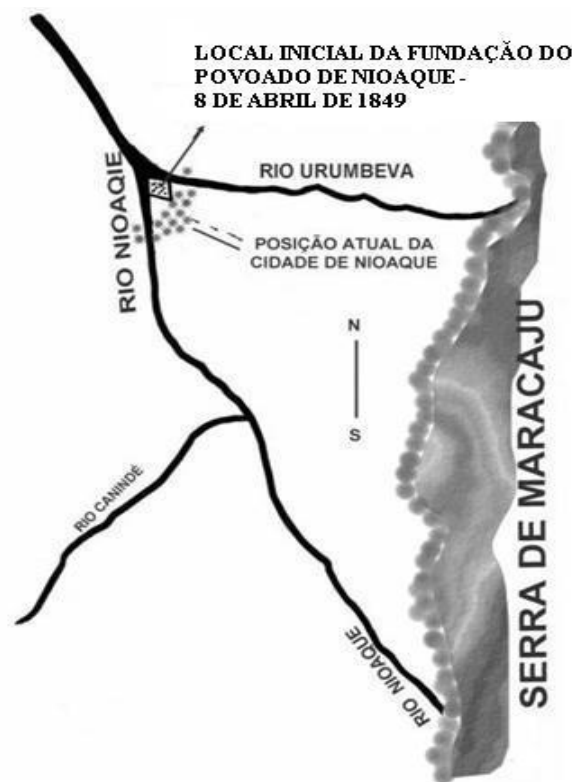
¹⁸⁹ LUZ, B. S., *Visita...*, Op. cit., p.168.

senhor Hermenegildo Alves Pereira, nas cabeceiras do rio Vacaria, 4; deste sitio ao lugar denominado Olho d'água, 5; e dali a Campo Grande¹⁹⁰.

Como podemos ver, existiam muitas propriedades apenas no caminho que ligava a fazenda Boa Esperança ao povoado de Campo Grande, onde residiam muitas famílias. Os indivíduos ali afazendados mantinham contato pelos caminhos terrestres existentes que cortavam o território, ligando também à sede da freguesia, em Nioac.

A sede da freguesia de Santa Rita de Nioac estava localizada próximo ao entroncamento do rio Nioaque com o córrego Urumbeva, alguns metros acima do local em que o povoado estava instalado no momento anterior à Guerra e onde atualmente está localizada a cidade de Nioaque.

Mapa 4. Sede da Freguesia Santa Rita de Nioac



Fonte: DALMOLIN, J. V., *Nioaque no contexto da história de Mato Grosso do Sul e do Brasil – século XIX*, p.26.

A visita pastoral que ora descrevemos de forma breve, focalizando os povoados e propriedades localizadas nos limites territoriais da freguesia Santa Rita de Nioac, também

¹⁹⁰ Idem, p. 169.

passou pela sede do povoado de Nioac, onde se localizava a Igreja Matriz. Este episódio, relatado no diário, nos auxilia a entender um pouco da realidade social e a dinâmica interna do povoado. A eminência política de alguns indivíduos que ocupavam cargos de destaque no âmbito militar e civil fica clara no relato.¹⁹¹ No diário dessa visita pastoral constam os encontros do bispo com o comandante do 1º corpo de cavalaria tenente coronel Pedro José Rufino e seus oficiais. Rufino inclusive estava “ansioso para proporcionar ao Sr. Bispo os meios de transporte para aquela localidade” além de tomar para si “todas as despesas com a recepção e hospedagem do ilustre Prelado”¹⁹². Além de Pedro José Rufino, receberam o bispo com sua comitiva, que chegou ao povoado de Nioac na noite do dia 28 de julho de 1886, o Sr. Vicente Anastácio, João Anastácio Monteiro, João Augusto da Fonseca, José Alvares Sanches Surga e o capitão honorário do exército Manoel de Castro Pinheiro. Estes indivíduos eram proprietários e comerciantes que residiam em Nioac e tinham destaque na região, como o Sr. Vicente Anastácio que era dono de uma das casas comerciais mais antigas de Nioac, que inclusive possuía filial em Aquidauana, e operava na importação e exportação de produtos, via porto de Corumbá.

A primeira visita pastoral de um bispo àquelas terras foi marcada com “muito fogo do ar e repiques de sinos”, além de “concerto com a música militar que rompeu com entusiasmo o hino da independência”¹⁹³. O cônego Bento Severiano da Luz assim descreve suas impressões acerca de Nioac no ano de 1886:

O local em que se acha a povoação de Nioac é de agradável perspectiva, muito aprazível; está numa eminência à borda do rio de mesmo nome, e pode-se dizer que é já um prenúncio de que se vai adentrar nas ameníssimas plagas que se desenrolam além da serra do Maracaju. O clima é temperado, o terreno é enxuto, fértil e sadio. Quando chove as ruas cobrem-se de lamas escorregadias e penoso torna-se então o trânsito pela grande quantidade de barro que pega nos calçados fazendo volume e grande peso, de modo que o transeunte sente os pés como metidos em tamancos de chumbo. Há grande abundância de água. Além do rio que banha o povoado, passa muito perto um regato com o nome de Correguinho. As ruas propriamente ditas são duas, formando um ângulo reto ao sul. [...] estas ruas são cortadas por outras mais pequenas e não tem nomes. As melhores casas são a do honrado e muito estimado negociante Sr. D. Vicente Anastácio, e a do distinto S. Capitão do estado-maior de 2ª classe do exército desta, que

¹⁹¹ D. Carlos Luiz D'Amour, bispo da diocese de Cuiabá, permaneceu na sede da freguesia de Santa Rita de Nioac durante nove dias, administrando sacramentos, visitando indivíduos eminentes da região, além de vistoriar a confecção dos registros da paróquia, o cemitério, as condições de culto, etc. efetivando a finalidade de sua visita, conforme as análises de MARIN, J. R., *Recristianização...*, Op. cit.

¹⁹² LUZ, B. S., *Visita...*, Op. cit., p.156-167.

¹⁹³ Idem, p. 162.

serviu de paço episcopal; há um grande limeiral e goiabal, plantação do primeiro homem que ali estabeleceu-se¹⁹⁴.

A extensão da citação é justificada por sua importância, pois este relato se constitui em um dos únicos documentos encontrados que faz uma descrição, mesmo que breve, de características do povoado de Nioac no período pós-Guerra. Neste e em outros trechos do relato, os apontamentos feitos sugerem que a localidade era de tamanho reduzido, ainda com estrutura incipiente e marcada por um estilo de vida predominantemente rural, cujos membros da elite local eram produtores rurais, proprietários de fazendas na região e o oficialato do exército, cujo expoente principal era o comandante do 7º Regimento de Cavalaria. Miguel Palermo sublinha que a figura do comandante era de maior relevância no povoado, pois estes influenciavam “direta ou indiretamente em tudo quanto se revelava na vida pública e privada dos cidadãos; nas escolhas dos públicos empregos, nas eleições, nos festejos, nos bailes, nas disputas, nos delitos, nos crimes, etc. etc”¹⁹⁵. A fala de Palermo, no entanto, deve ser relativizada, pois apesar do autor ter testemunhado vários desmandos de comandantes militares na localidade, sua narrativa foi construída a partir de uma visão de ideal civilizador e com forte influência da política partidária praticada no início da república em Mato Grosso.

Ainda assim, a presença militar em Nioac, nesse período, deve ser considerada estrutural, pois sua influência pode ser percebida até mesmo na administração paroquial, que era exercida por militares ligados ao destacamento instalado na localidade.

Durante o período da criação da freguesia até sua sacralização com o estabelecimento efetivo de um pároco responsável, a localidade era atendida por sacerdotes que tinham presença esporádica na região, como é o caso de Frei Jeronimo de Montefiori, missionário apostólico Capuchinho, que ministrou sacramentos de 20 de julho a 24 de setembro de 1878.¹⁹⁶ O primeiro pároco residente na localidade de Nioac chegou ali neste mesmo ano, era o capelão tenente Simão Moreira da Rocha, que assumiu a responsabilidade da paróquia dando início ao trabalho de registrar os batismos, casamentos e óbitos, dentre outras atribuições de seu cargo¹⁹⁷. Simão Moreira da Rocha era natural de Portugal, e antes de se

¹⁹⁴ Idem, p.163.

¹⁹⁵ PALERMO, M. A., *Nioac...* Op. cit., p.39.

¹⁹⁶ SGARZELA, A., *A história de Frei Mariano: o missionário do pantanal*, p.316.

¹⁹⁷ Em setembro de 1878 Simão Moreira da Rocha registra batismos realizados na Igreja Matriz (*Livro nº1 de registros de batismos 1878-1891*)

tornar Capelão em Nioac era Coadjutor da Sé em Cuiabá.¹⁹⁸ O padre Simão parece ter permanecido na freguesia até o ano de 1886, pois a partir desse ano seu nome deixa de aparecer nos registros da paróquia. Após sua saída, somente em 1888 é que chegou àquela freguesia o novo sacerdote, que ficaria então encarregado da administração paroquial, o padre Benedicto Conti, também capelão e tenente do corpo de eclesiásticos do exército¹⁹⁹.

A atividade de capelão militar era regulamentada pelo decreto nº 747 de 1850, que normatizava a repartição eclesiástica do exército. Nesse dispositivo legal a função de capelão foi considerada em grau de igualdade com a de um militar comum, possuindo “foro militar” e estando “sujeitos em tudo a disciplina do Exército, e subordinados aos seus superiores, podendo ser presos por ordem d'estes, quando deixarem de cumprir as suas obrigações”²⁰⁰. Além disso:

Os Capelães Militares são considerados como verdadeiros Párocos dos Corpos em que servem, e seus deveres principais são: dizer Missa as Tropas, confessá-las, dirigi-las em todos os atos religiosos, bem como nos princípios da boa moral, convencendo-as sobretudo com o seu exemplo; acudir com os socorros da Religião aos enfermos e moribundos, encomendar e acompanhar os mortos a seus jazigos, sem que por tais atos recebam estipendio algum.²⁰¹

Segundo Jérri Marin e Ana Paula Squinelo, os capelães militares tiveram importante papel suprimindo a falta de sacerdotes na região e colaborando na assistência religiosa para além dos militares, atuando também entre os civis que não tinham acesso aos serviços religiosos.²⁰² Essa afirmação dos autores se confirma no caso dos capelães que atuaram na paróquia de Nioac, pois segundo os registros levantados nessa paróquia esses oficiais religiosos atenderam diuturnamente também à população civil da freguesia, realizando visitas de desobriga para ministrar os sacramentos em fazendas, povoados e colônias militares. Nesse aspecto, é importante ressaltar que a freguesia Santa Rita de Nioac teve como responsável pela administração paroquial, durante o recorte temporal aqui analisado (1878 a 1891), dois capelães militares que eram ao mesmo tempo tenentes do 7º Regimento

¹⁹⁸ PERARO, M. A., *Bastardos...*, Op. Cit., p.84.

¹⁹⁹ *Livro de batismos*.

²⁰⁰ DECRETO nº 747, de 24 de dezembro de 1850, Artigo 12. Rio de Janeiro. II Império. Acessado em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-747-24-dezembro-1850-560178-publicacaooriginal-82804-pe.html>>.

²⁰¹ Artigo 9º do DECRETO n. 747, de 24 de dezembro de 1850.

²⁰² MARIN, J. R.; SQUINELO, A. P., *Pela salvação das almas...*, Op. cit., p.199.

de Cavalaria ali instalado, o que reforçava a importância deste destacamento militar para aquela sociedade.

Os desafios dos párocos responsáveis pela freguesia de Nioac eram grandes. O primeiro deles era relativo à própria circunscrição da freguesia, que era bastante extensa, demandando muitas horas de deslocamento e às vezes dias nas *visitas de desobriga*, que se davam quando o sacerdote se dirigia aos povoados, fazendas e colônias militares para ministrar sacramentos, deslocando-se para fora do ambiente da Igreja Matriz, indo até locais distantes. O fato do destacamento instalado em Nioac ser de Cavalaria certamente ajudou nesse processo, pois estes regimentos costumavam possuir bons cavalos para transporte²⁰³.

O segundo desafio era mesmo o de lidar com uma população heterogênea do ponto de vista cultural, composta por migrantes vindos de outras províncias, sobretudo Minas Gerais e São Paulo, também de outros países como Paraguai, escravos, e ainda indígenas de diferentes etnias que estavam em contato com a população não indígena da freguesia.

Dando seguimento em nossa intenção de circunscrever a freguesia Santa Rita de Nioac, a seguir trataremos de explorar propriamente os registros de batismos, que também nos ajudam nessa tarefa. Os batismos realizados em oratórios privados pelos párocos locais auxiliam-nos a entender aspectos da composição espacial da freguesia Santa Rita de Nioac, pois apresenta a existência de muitas fazendas e localidades, os quais correspondem aos locais que eram considerados pertencentes àquela jurisdição eclesiástica.

2.1.2 O oratório privado

Os oratórios privados tiveram papel relevante na prática católica da população no Brasil, tanto no período colonial quanto no império. As dificuldades da Igreja em oferecer os serviços religiosos e mesmo a infraestrutura necessária para a população foi largamente suprida pelo uso destes espaços de fé, que acabaram por se tornar bastante comuns em casas, fazendas e destacamentos militares durante o período. Sendo a sede da devoção doméstica e familiar os oratórios privados eram altares construídos pelos anfitriões a fim de ser utilizado em momentos de meditação, orações, novenas, etc., o que mantinha a prática da religiosidade doméstica, e lhe dava um caráter cotidiano.²⁰⁴

²⁰³ BUENO, F. A. P. *Memórias Justificativas dos trabalhos...* 1880, p.53.

²⁰⁴ O sentido do oratório como altar para prática da fé doméstica e comunitária, pode ser identificado com a prática cristã primitiva que era marcada por celebrações de culto em casas particulares, RUSSO, S. M. T.,

Os oratórios eram objetos entalhados em madeira e poderiam ser monocromáticos ou, dependendo do gosto e mesmo das posses do seu possuidor, policromáticos e com detalhes que o ornamentavam ainda mais. Guardava o santo protetor, o qual a família se devotava e, na maioria das vezes, outros utensílios da religiosidade doméstica como velas, ramos de procissão, bentinho, etc. Eram colocados em um cômodo específico da casa ou em capelas particulares construídas em anexo a residência.²⁰⁵

Imagem 1. Oratório de Mesa em Madeira – Cuiabá século XVIII



FONTE: Museu de e Arte Sacra, Cuiabá – MT. Disponível em:
http://www.museudeartesarant.com.br/bens_moveis.php?cod=253&cat=12

Além da função devocional, segundo Silveli Russo, os oratórios privados possuíam ainda a incumbência de servirem como ambientes litúrgicos (estes eram denominados de oratório ermida) especialmente preparados para as celebrações oficiais da Igreja Católica.²⁰⁶ Estes locais deveriam possuir autorização do clero para funcionarem como tal, estar em bom estado de conservação, adornados e preparados para tal fim.²⁰⁷

Espaço doméstico, devoção e arte: a construção histórica do acervo de oratórios brasileiros, séculos XVIII e XIX, p.10.

²⁰⁵ RUSSO, S. M. T., *Espaço doméstico*, Op. cit., p.174.

²⁰⁶ RUSSO, S. M. T., *Espaço doméstico*, Op. cit., p.11.

²⁰⁷ O pároco Benedicto Conti em muitos de seus assentos acrescentava a expressão “no bem descende oratório”, como forma de enfatizar a qualidade do local para realização do sacramento, *Livro nº 1 de Registros de batismos*.

Imagem 2. Oratório-ermida – século XIX



Madeira recortada e entalhada, policromia. Imagem: crucifixo no nicho central, Pernambuco. (FONTE: Museu do oratório, Ouro Preto – MG)

Imagem 3. Oratório-ermida – século XIX



Madeira recortada e entalhada. Policromia. Imagem de Santo Antônio de Lisboa, Nordeste. (FONTE: Museu do oratório, Ouro Preto – MG)

Durante o período de abrangência do *Livro nº1 de Registro de Batismo* (1878-1892) a prática de realização do sacramento do batismo em oratórios privados foi bastante comum. Ao analisar os dados trazidos pelo *Livro de batismos* é notório que grande parte dessas

cerimônias ocorriam nestes espaços, que eram marcados pela presença familiar e a proximidade comunitária.

Sendo uma paróquia extensa em seu território e dispersamente povoada, as visitas de desobriga realizadas pelo pároco eram comuns e, portanto, tornavam o espaço doméstico ainda mais representativo para a religiosidade e sociabilidade na freguesia. A partir disso, podemos supor de antemão que os indivíduos que tinham em suas propriedades este local adequado para realização da cerimônia do batismo certamente possuíam algum destaque na região onde estavam inseridos, pois teriam em sua casa a realização de práticas importantes para a Igreja e a comunidade em geral. Procuramos selecionar os locais onde ocorreram estas cerimônias com o fim de apresentar os nomes dos indivíduos que possuíam oratórios reconhecidos pelo clero local e as fazendas conforme aparecem nos registros. O quadro a seguir traz os oratórios onde ocorreram batizados na freguesia. Note-se que estes espaços estavam todos localizados em desobriga, ou seja, fora da sede da freguesia em Nioac.

Quadro 5. Oratórios privados registrados na freguesia Santa Rita de Nioac (1878-1889)

LOCAL	BATIZADOS REALIZADOS	ANO
Oratório Privado de Lucio Cândido de Oliveira	15	1878
Oratório Privado de Apolinario José Torres	1	1879
Oratório da Diretoria da Colônia Militar de Miranda	15	1889
Oratório do Sr. Francelino Rodrigues Ramos em Santa Maria	32	1889/1982*
Oratório do Sr. José Joaquim da Silva	6	1889
Oratório do Sr. José Martins Barbosa	1	1889
Oratório do Sr. Antônio Francisco Rodrigues Coelho, Boa Esperança	13	1889/1891*
Oratório do Sr. Mizael de Souza, Fazenda Agua Fria	4	1889/1892*
Oratório do Sr. Isaias José de Souza Agua Fria	5	1889
Oratório do Sr. Joaquim Gonçalves Barbosa, Faz. Passa Tempo	21	1889
Oratório do Sr. Enrique Martins, Vacaria	2	1889
Oratório do Sr. Manuel Pereira Martins, Vacaria	5	1889
Oratório de Luiz Basso em Santa Cruz	7	1889
Oratório de Dolores Garcia, Agua Fria	1	1889
Oratório de Vicente Ferreira de Souza, Vacaria	1	1889
Oratório de José Luiz, Vacaria	1	1889

Oratório de Belchior de Souza, Vacaria	1	1889
Oratório de José Caetano, Lageado	1	1889
Oratório do Sr. Diodado Ananias/São Bento	3	1891
Oratório do Sr. Hermenegildo Alves Pereira (Gigi)	2	1891
Oratório de Francisco Pereira Martins, capeçera de vacaria	3	1891
Oratório de Barbara Francisca Pereira, no Potreiro	8	1891
Oratório de Thobias Antonio Neves, Mbirosu	14	1891
Oratório do Sr. Henrique José Pires Martins, Faz. do Campeiro	17	1891/1892*
Oratório do Sr. Antonio Gonçalves Barbosa Marques, Alegrete da Vacaria	27	1891
Oratório do Sr. João Gonçalves Barbosa Marques, Ar Novo	11	1891/1892*
Oratório do Sr. Gustavo Adolpho Ferreira Machado, Canta Galo	10	1891
Oratório da Sra. D. Maria Joana de Melo, retiro de São João	4	1892
Oratório do Sr. Jesuino Ribeiro da Rocha, Caximbina	2	1892
Oratório do Sr. Antonio Ignacio da Trindade, Faz. Estrela	3	1892
Oratório do Sr. João Lima, Faz. Dependencia	7	1892
Oratório de João d'Oliveira Barros, São João	3	1892
Oratório de Joaquim Antonio dos Santos, Samambaia	6	1892
Oratório do Sr. José Gonçalves Teixeira, Buriti	7	1892
Oratório do Sr. João Lima, Faz. Dependencia	2	1892
Oratório de Gabriel Machado, Santa Virginia	10	1892
TOTAL	271	

*O número de batismos realizados é a soma dos dois anos.

(Fonte: *Livro nº1 de Registros de batismos*)

É preciso salientar que em muitos assentos aparece apenas a designação genérica de desobriga, o que torna quase impossível a exata localização destas cerimônias, e por esta razão o número de oratórios privados expostos acima não é maior. Apesar disso, é interessante notar a quantidade de batismos realizados em casas particulares. As residências de Lucio Candido de Oliveira, Francelino Rodrigues Ramos, Joaquim Gonçalves Barbosa, Thobias Antonio Neves, Henrique José Pires Martins e Antonio Gonçalves Barbosa Marques tiveram mais de dez batizados realizados. Desses nomes apenas Lucio Candido e Antonio Gonçalves levaram seus filhos ao batismo em sua residência – cada um apenas 1 filho – o que nos leva a pensar que a escolha desses locais parece ter sido mesmo pela qualidade do oratório e importância da família e da residência na localidade em que estavam inseridas, não sendo, portanto, pelo único desejo dos proprietários dos oratórios de levarem seus filhos

ao batismo. Por outro lado, em todos esses casos os proprietários dos oratórios apadrinharam crianças, sejam com suas esposas ou parentes, o que enfatiza o interesse em laços relacionais de compadrio com estes indivíduos.

Outro fator que chama atenção nesses dados é a expressividade dos nomes masculinos como proprietários dos oratórios que, entre outras coisas, demonstra a chefia familiar do homem na propriedade e a proeminência desses indivíduos na comunidade que estava inserido. Em apenas dois casos aparecem mulheres como proprietárias de oratório, Barbara Francisca Pereira e Maria Joana de Melo. Como os outros casos citados, Barbara Francisca e Maria Joana de Melo não levaram filhos ao batismo, o que nos leva a inferir que poderiam ser senhoras viúvas proprietárias de fazenda, pois além disso o pároco acrescentou o adjetivo Dona ao se referir a elas.²⁰⁸

As diversas propriedades relacionadas no quadro acima compunham a freguesia Santa Rita de Nioac, e como é possível observar em muitas delas ocorreram mais de uma dezena de batismos. Certamente não participavam destas cerimônias apenas os proprietários e seus familiares. Vizinhos, amigos e parentes se dirigiam para estes locais que se tornavam espaços comunitários de fé e sociabilidades. Dessa forma, podemos considerar algumas fazendas da freguesia como locais que adquiriram alguma importância em sua região e que acabavam por consolidar a influências de alguns indivíduos, sobretudo, os proprietários de terras.

Como procuramos enfatizar até aqui, o povoado de Nioac, que surgiu a partir de movimentos de ocupação não indígena e forte atividade militar ocorridos na porção sul da província de Mato Grosso em meados do século XIX, foi elevado à freguesia no período pós-guerra com o Paraguai, momento que a região passou a receber diversas levas de migrantes. Indivíduos que combateram na guerra e receberam terras como recompensa do império, famílias animadas com as potencialidades que a região oferecia e diversos estrangeiros rumaram, novamente ou pela primeira vez, para o sul da província de Mato Grosso e ali se estabeleceram. O período subsequente à Guerra com o Paraguai, portanto, foi bastante dinâmico do ponto de vista social. Nesse aspecto, podemos entender a elevação de Nioac à freguesia em 1877 como forma de melhorar a administração do Estado imperial e

²⁰⁸ O adjetivo Dona aparece no *Livro de batismo* de forma recorrente para várias mulheres. Não é possível descobrir qual critério específico que o escritor utilizou, se para descrever mulheres abastadas, com idade adulta, etc. Porém, certamente ele se referia a mulheres casadas ou que já foram casadas, pois ao descrever as mães de filhos naturais, ou seja, as mães solteiras, o adjetivo nunca aparece.

da Igreja sobre a população que ali se estabelecia e estava até o momento apartada de serviços elementares de ordem religiosa e civil. As dimensões do território de responsabilidade da freguesia, que cobriam grande parte da porção sul da província de Mato Grosso, demonstram as dificuldades em se oferecer o devido suporte público e religioso aos moradores daquela extensa região.

Com o predomínio de diversas propriedades rurais, aglomerados populacionais e destacamentos militares a freguesia de Santa Rita de Nioac se constituiu em caso peculiar na província de Mato Grosso em fins do século XIX. A forte presença militar, tendo a própria Igreja matriz “encravada no quartel”²⁰⁹ e a responsabilidade pelos serviços da paróquia a cargo de um capelão tenente, sinalizam características importantes do local e a relevante participação do exército, materializado no 7º Regimento de Cavalaria, no processo de constituição da freguesia. Da mesma sorte, o crescimento populacional verificado na região do planalto sul da província de Mato Grosso, a partir da década de 1870, parece ter sido também um dos fatores que motivou a elevação de Nioac à freguesia. Essa escolha, a nosso ver, guarda relação com a história de constituição do povoado que, desde a segunda metade do século XIX, teve importante centralidade na região em função do comando do distrito militar estabelecido na localidade em 1859.

O estabelecimento da freguesia em Nioac, portanto, anuncia a dinamicidade da localidade no pós-guerra, bem como sua importância no cenário regional no fim do século XIX. Neste aspecto, é relevante destacar que foi nesse momento que começou a se formar o que podemos chamar de uma nova ‘elite local’ constituída de famílias vindas de outras províncias do Império, sobretudo Rio Grande do Sul e Minas Gerais, ligada às propriedades rurais, e de militares oficiais que se tornaram comandantes do 7º Regimento de Cavalaria ou também proprietários de terras obtidas a partir de honrarias oferecidas pelo governo imperial por lutarem na Guerra com o Paraguai.²¹⁰

É também no período posterior a 1870 que é possível verificar na localidade maior estrutura urbana, com construções de casas residenciais de alvenaria, comércio e instalações públicas.²¹¹ A casa de comércio de Vicente Anastácio, por exemplo, que trabalhava na

²⁰⁹ LUZ, B. S., *Visita...*, op. cit. p.164.

²¹⁰ Podemos citar, a título de exemplo, os nomes do Coronel Pedro José Rufino, que residia em Nioac e foi comandante do 7º Regimento, se tornando figura importante na localidade; e o Capitão João Caetano Teixeira Muzi proprietário da fazenda Santa Rosa.

²¹¹ Ver: MARQUES, R. M. C., *Trilogia do patrimônio histórico e cultural Sul-Mato-Grossense*. Nesse trabalho o autor faz catalogação de prédios históricos em Mato Grosso do Sul e dedica capítulo específico à cidade de

exportação de couros vacuns, crina, borracha, paina e penas de Garça e importava fazendas, armarinhos, ferragens, modas e novidades, foi criada pelo comerciante em Nioac no ano de 1871. Vinculado às atividades do porto de Corumbá a localidade de Nioac recebia, dessa forma, incrementos que se tornaram importantes para a vida social da localidade e de toda a freguesia.

Com isso não afirmamos que a sede da freguesia Santa Rita de Nioac se constituía com um viver urbano acentuado ainda nas décadas de 1870 e 1880. O próprio status de freguesia era característico de um viver marcado por uma urbanização ainda incipiente, com fortes traços rurais. Ao que tudo indica, no entanto, esse processo se deu a partir do estabelecimento da freguesia na localidade enquanto unidade administrativo-religiosa, com importância central da presença militar.

Em 1890, primeiro ano da república, em decreto estadual do dia 18 de julho, a freguesia de Santa Rita de Nioac foi elevada à categoria de vila.

Artigo 1.º - Fica elevada a categoria de Vila, constituindo termo unido á Comarca de Miranda e Município próprio a Freguesia de Levergeria.

Artigo 2.º - Ficam alterados os limites que a mesma freguesia marcou a Lei 506 de 1877 para os seguintes: Numa reta que partindo da confluência do rio Miranda e Nioac, vá ter ao morro azul à margem esquerda do Aquidauana, margem esquerda desde alta a sua mais alta origem no lugar denominado Pontinha, na estrada de Camapuã e da Pontinha outra reta que vá ter as cabeceiras do rio Sanguessuga e pela margem direita deste até sua foz no rio Paraná e pela margem direita do Paraná até Iguatemi, seguindo-se a linha da fronteira até o marco das cabeceiras do rio Apa, margem esquerda deste até o rio Pedra de Cal e por este acima até suas cabeceiras e daí as do ribeirão Prata até a sua confluência no rio Miranda e margem direita desde até a foz do Nioac.

Artigo 3.º - Revogam-se as seguintes disposições em contrário.²¹²

A elevação à vila, preservando a primeira denominação de Levergeria, além de confirmar o processo de dinamização que passava a localidade ao longo das décadas finais do século XIX, assinala ainda para um importante traço que permaneceu ligado ao povoado de Nioac, que é a relação de influência político-econômica de militares. Criada a intendência municipal no mesmo mês de elevação à vila, os cinco membros nomeados e indicados por meio de ofício do governador do Estado de Mato Grosso para posterior eleição para o cargo de intendente e vice intendente municipal eram todos ligados ao exército. Realizada as

Nioaque. É possível verificar que a maior parte das construções históricas se deram entre as décadas de 1870 e 1890.

²¹² DALMOLIN, J. V., *Nioaque no contexto...* Op. cit. capítulo XVII, p.4.

eleições em novembro de 1890, o vencedor do cargo de presidente do conselho de intendência municipal foi o Tenente Coronel Zózimo Francisco Gonçalves, tendo como vice o Alferes Luiz José Pinto de Figueiredo.²¹³ Dessa forma, a influência militar na localidade permaneceu constante inclusive no início do período republicano.

Nos capítulos seguintes trataremos de discutir propriamente a maior parte dos dados levantados no *Livro de Batismo*. O foco será posto sobre os sujeitos que viviam na freguesia Santa Rita de Nioac, a partir da principal fonte utilizada na pesquisa.

²¹³ Idem, p.5.

CAPÍTULO 3: PONDO-LHES OS SANTOS ÓLEOS: ANÁLISES SOBRE FAMÍLIAS, ILEGITIMIDADE E COMPADRIO

3.1 A instituição do Batismo católico e seus significados religiosos

O batismo é uma das práticas mais antigas da fé cristã, e foi reelaborado/reinventado ao longo dos séculos pelas diversas perspectivas teológicas da cristandade. A palavra *batizar* tem origem no grego *baptô*, *baptízô* e significa imergir, submergir. Segundo Renato Franco e Adalgisa Campos há indícios de que o batismo seja um rito de origem judaica que foi apropriado pelo cristianismo, que lhe deu novos significados atribuindo-lhe uma nova função cultural.²¹⁴ Desde pelo menos o século IV, com a teologia patrística de Santo Agostinho, a prática litúrgica do batismo aparece fixada, sendo ministrado principalmente a adultos e possuindo o status de sacramento cristão, ou seja, um sinal visível da graça invisível instituído para a salvação do crente.

O sacramento pode ser entendido como sinal sensível que possibilita conhecer outra realidade. É também ritual simbólico que se constitui da unidade moral entre elementos físicos: coisas e palavras. Sem eles não se pode significar a graça. Trata-se da utilização da materialidade para simbolizar a imaterialidade do numinoso.²¹⁵

Pouco a pouco a relação do sacramento do batismo com a ideia de purificação do *pecado original* foi reforçada pela teologia católica tornando comum a prática do batismo infantil, que visava livrar desde cedo o indivíduo das consequências eternas deste pecado que atingia todo homem. O Concílio de Trento (1560-1565) e posteriormente, sob sua inspiração, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, como já foi mencionado, atribuíam uma ampla função ao batismo que ia desde perdoar pecados cometidos antes do ritual – nesse caso para aqueles que não tivessem sido batizados quando criança – até tornar o indivíduo “filho de Deus e feito herdeiro da Glória e do Reino do Céu”, sendo que “de tal maneira se abre o Céu aos batizados, que se depois do Batismo recebido morrerem, certamente se salvam”²¹⁶.

²¹⁴ FRANCO, R.; CAMPOS, A. A. *Notas sobre os significados religiosos do batismo*.

²¹⁵ Idem. p. 23.

²¹⁶ *CONSTITUIÇÕES primeiras*, TÍTULO X, § 34.

O batismo, portanto, aparece como um rito de iniciação e de passagem, responsável por inserir o neófito ao universo religioso católico e torná-lo apto como os demais a desfrutar dos benefícios espirituais que esta prática lhes proporcionava.²¹⁷ Além disso, é imprescindível considerar, para entendermos a prática do batismo no Brasil, a especificidade funcional que o rito adquiriu na sociedade da época, pois “além de ser o rito de iniciação à vida religiosa, constituía-se também numa forma de reconhecimento social, num período de mútua ingerência entre o estado e a religião”.²¹⁸ Esse aspecto certamente contribuiu para o valor da cerimônia na vida cotidiana das famílias brasileiras.

Os momentos cerimoniais do batismo deveriam ser conduzidos pelo sacerdote, o qual concentrava as ações que ditavam a performance do ritual. Os demais participantes – padrinhos, madrinhas e batizando – interagiam em momentos específicos da cerimônia. Nesse sentido, é necessário enfatizar a instituição do batismo enquanto ritual simbólico que legitima a autoridade da esfera religiosa e envolve símbolos a serem interpretados e habilidades a serem adquiridas.²¹⁹ Assim, os participantes do ritual deveriam estar conscientes de seus papéis no ato para que ele ocorresse de forma adequada.

Antes de levar o inocente a pia batismal o pároco era instruído a lavar as mãos e vestir-se com sobrepeliz e estola roxa, sendo este o paramento sacerdotal indicado para a cerimônia. Em seguida, ele deveria benzer a água que seria usada no batismo e informar-se sobre quem seriam os padrinhos e sobre o nome que seria atribuído ao batizando.²²⁰

Papel importante para a efetivação adequada desse sacramento era exercido pelos padrinhos e madrinhas. Estes eram pessoas escolhidas para firmarem uma relação que duraria por toda a vida, de parentesco espiritual com o batizando e de compadrio com os pais da pessoa batizada. Vale lembrar que essa escolha também era condicionada pelas normatizações trazidas pela Igreja nas Constituições.

Ao trazer as reflexões do antropólogo Stephen Gudeman sobre a instituição do batismo, Marta Hameister observou que a função dos padrinhos acompanhou as mudanças pelo qual passou o rito ao longo dos séculos, sendo que a figura do padrinho (pai espiritual) foi dissociada do pai carnal e do sacerdote representante da Igreja, como era comum nos

²¹⁷ FRANCO, R.; CAMPOS, A. A. *Notas sobre os significados religiosos do batismo*, p. 22.

²¹⁸ Idem. p. 23.

²¹⁹ NACIF, P. C. M., *Diante da pia batismal: as alianças de compadrio em Minas Gerais durante o período colonial*, p. 64.

²²⁰ *CONSTITUIÇÕES primeiras*, TÍTULO XII, § 41.

séculos IV e V a partir da teologia de Santo Agostinho.²²¹ A perspectiva teológica que embasava a instituição do compadrio, e que foi claramente exposta no Concílio de Trento, afirmava que os novos parentes espirituais eram encarregados de elevar a criança à condição de cristã. Enquanto os pais carnis eram responsáveis por trazer a criança ao mundo, os padrinhos os conduziriam, por meio do batismo, à graça de Deus, dando-lhes um nome.²²² Dessa forma, os responsáveis por levar a criança ao batismo, segundo os preceitos da Igreja, eram os padrinhos e madrinhas que, inclusive, exerciam maior protagonismo no rito que os próprios pais da criança.

Na condução da cerimônia o pároco deveria indagar os padrinhos acerca das bases da fé católica, os quais respondiam como representantes do batizando. Após isso o sacerdote deveria imergir a criança na água contida na pia batismal pronunciando as palavras formais do rito, em latim: *Ego te baptizo in nomine Patris et, Filii, et Spiritus Sancti*, ou em português: *Eu te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo*.²²³ Após submersa na água a criança deveria ser retirada da pia batismal e levada aos padrinhos que deveriam tocá-la e recebê-la, sendo instruídos pelo padre sobre suas novas funções como “fiadores para com Deus pela perseverança do batizado na fé” e acerca do parentesco constituído naquele momento.²²⁴ A partir daí o ingênuo era envolvido em panos para o prosseguimento do ritual, que era dado pela unção com *santos óleos*, simbolizando que a partir de então o neófito estaria inserido no corpo de Cristo. Outro elemento que era comumente usado nesse momento era o sal que, ao ser colocado na boca da criança, significava “a libertação da corrupção do pecado através da sabedoria da fé e o dom da graça”, seguido de frases direcionadas a esconjurar maus espíritos²²⁵.

Diferentemente do batismo infantil, que ocorria mais frequentemente, o batismo de adultos era um caso específico, pois, distintamente da criança, o adulto teria a capacidade de

²²¹ HEMEISTER, M. D., *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)*, p.204.

²²² O termo compadre é derivado de co-padres ou co-pais, sendo que “para os hispânicos há a expressão *padres de gracia* como sinônimo de padrinhos”. HEMEISTER, M. D., *Para dar calor...*, op. cit. p. 202 – grifo da autora).

²²³ *CONSTITUIÇÕES primeiras*, TITULO X, § 33. As Constituições, TITULO XII, § 41, permitiam o batismo por *Efusão*, que consistia na aspersão de água sobre a cabeça, rosto ou corpo da criança, em caso de fraqueza do padre, debilidade da criança ou inexistência de água suficiente. Porém, a forma recomendada era mesmo a imersão da criança na pia batismal. O principal elemento do rito – a água, sem a qual não há batismo – traz a ideia de purificação/limpeza da alma, simbolizando também uma representação sacramental da morte e ressurreição de Cristo.

²²⁴ *CONSTITUIÇÕES primeiras*, TITULO XVIII, § 65.

²²⁵ FRANCO, R. CAMPOS, A. A. *Notas sobre...* Op. cit., p. 29.

"uso da razão", o que implicava que o mesmo deveria ter a intenção de ser batizado e ainda estar instruído na fé e em arrependimento dos pecados²²⁶. Isso seria comprovado por meio da indagação feita pelo clérigo e da resposta correta do batizando aos princípios elementares da religião católica.

Sendo o batismo um meio de se obter a salvação da alma do infante, era aconselhável que sua realização não fosse postergada por muito tempo, com o intuito mesmo de livrar o ingênuo de uma possível morte eterna, caso a criança viesse a falecer antes de ser levada ao batismo. Por isso as Constituições, em seu Título XI § 36, prescreviam uma data limite de oito dias para que os inocentes fossem levados a pia batismal, o que dificilmente ocorria nas paróquias brasileiras, dada as condições de acesso aos locais de batismo e o número escasso de sacerdotes que o ministravam.²²⁷

Somente o pároco da freguesia era autorizado a ministrar o sacramento, porém em casos excepcionais – como em morte eminente – As Constituições liberavam qualquer pessoa “ainda que seja mulher ou infiel” para que conduzissem o ritual. Ainda assim, nenhum dos elementos fundamentais poderia faltar à cerimônia e a pessoa a ministrar deveria ter a intenção de assim o fazer.²²⁸

Com forte presença de elementos simbólicos e ritualísticos fica patente o diálogo entre a matéria representada pela água, o óleo da unção, o sal e demais utensílios, e a dimensão do divino onde se encontravam forças espirituais que influenciavam a vida prática do sujeito. Nesse sentido, as manifestações de fé populares muitas vezes atribuíam ao ato significados que extrapolavam seus sentidos teológicos dogmáticos trazidos pela Igreja, como descrito por Luiz Câmara Cascudo em seu *Dicionário do Folclore brasileiro*²²⁹. Segundo o autor, era comum a convicção de que “se o menino chora durante a cerimônia do batizado, não morreria criança [...] era preciso chorar quando caia a água lustral na cabecinha” ou “se vomitasse o sal, seria idiota ou analfabeto”.²³⁰ Além disso, Câmara Cascudo assinalou para a crença enraizada na cultura brasileira de fins do século XIX e início

²²⁶ *CONSTITUIÇÕES primeiras*, Título XIV.

²²⁷ CHAGAS, P. R. *Idade ao nascer, idade ao batizar: prática religiosas na sociedade curitibana setecentista. (Séculos XVIII e XIX)*. p.15

²²⁸ *CONSTITUIÇÕES primeiras*, TÍTULO X, § 33.

²²⁹ Esta obra de caráter nacional teve sua primeira publicação em 1954, e reúne verbetes classificados por ordem alfabética, que descrevem o mundo folclórico dos folguedos populares, das figuras indígenas, dos instrumentos musicais, das danças, e de tantos outros temas da cultura brasileira. CASCUDO, L. C., *Dicionário do folclore brasileiro*.

²³⁰ CASCUDO, L. C., *Dicionário*, op. cit., p.149

do século XX, de que a criança que não fosse levada a pia batismal estaria “exposta a todos os perigos, inclusive ao limbo”, receio que reforçava o interesse de muitas famílias brasileiras pelo ritual.²³¹

3.1.2 A religiosidade Católica na porção sul da Província de Mato Grosso

Embora a prática do batismo fosse normatizada pela Igreja e possuísse um sentido teológico preciso e claro para a cristandade, as convicções religiosas individuais e mesmo as tradições familiares acabavam por ressignificar os modos e interesses pelo rito. Nosso intuito neste momento é buscar compreender os significados e como se dava a prática do batismo e para isso procuramos referências ao rito na província de Mato Grosso em fins do século XIX para compreendermos esse sacramento considerado importante na vida religiosa e civil daquela sociedade.²³² Apesar dos dados serem exíguos e as informações dispersas, esta descrição se faz necessária para descortinar aspectos da religiosidade católica na região.

O período inicial que marca o recorte temporal deste trabalho, que se inicia com a criação da freguesia Santa Rita de Nioac em 1878, coincide com a chegada do novo bispo à diocese de Cuiabá, D. Luiz Carlos D'Amour. Seu episcopado iniciou-se em 1879 e permaneceu até o ano de 1921. Segundo Sibeles de Moraes o período em que D. Carlos esteve à frente da administração da Igreja em Mato Grosso foi marcado por sua reestruturação no âmbito do modelo normatizado pelo Concílio de Trento, representado pelo projeto ultramontano,²³³ que visava uma maior centralização hierárquica do clero, obediência às regras prescritas pela legislação canônica e o combate de desvios dos dogmas e das práticas doutrinárias da Igreja.²³⁴ Torna-se importante ressaltar que a perspectiva Ultramontana começou a consolidar-se no Brasil na segunda metade do século XIX.

Com o gerenciamento das questões religiosas pelo Estado, o clero brasileiro permaneceu, até o advento da República, apartado de Roma. Nessas condições, os membros do clero se comportavam mais como

²³¹ Idem.

²³² Foram consultados para essa análise o relato de visita pastoral do bispo de Cuiabá a região sul da província de Mato Grosso, disponível em: LUZ, B. S., *Visita pastoral do sul*; edições do jornal de Corumbá O Iniciador; e o Livro nº1 de Registros de batismos da paróquia Santa Rita de Nioac.

²³³ “O movimento ultramontano, surgido no final do século XVIII na Europa, tinha por base a reação da Igreja Católica às ideias pregadas pelo discurso do mundo moderno, com enfoque na consolidação da autoridade papal, em matéria de crença e disciplina”, MORAES, S., *A visão Ultramontana de D. Carlos Luiz D'Amour, bispo de Cuiabá: o clero em Mato Grosso (1878-1921)*, p.119.

²³⁴ MORAES, S., *O episcopado de D. Carlos Luiz D'Amour (1878-1923)*.

funcionários do Estado do que como membros da hierarquia eclesiástica católica subordinada a Roma.²³⁵

As condições oferecidas pelo Estado brasileiro ao estabelecimento eficaz da Igreja na sociedade eram alvos de diversas críticas por parte do clero, sendo possível notar que já em fins do século XIX a instituição do padroado régio estava entrando em declínio. No caso da Igreja em Mato Grosso, que possuía diversas especificidades que dificultavam ainda mais a atuação do clero, essa situação se tornou patente, pois era notória a falta de suporte oferecido pelo Estado.²³⁶ Além disso, a situação do clero da diocese era frequentemente criticada pelo bispado em Cuiabá, sendo que em muitos momentos os sacerdotes eram alvos de reclamações de insubordinação, erros doutrinários e condutas duvidosas.²³⁷

Em trabalho fundamental para estudos sobre a presença da Igreja Católica em Mato Grosso, Jérri Roberto Marin investigou o processo de romanização na fronteira do Brasil com a Bolívia e o Paraguai, analisando mais detidamente a diocese de Corumbá²³⁸. O autor analisou aspectos importantes da religiosidade Católica popular e da política da Igreja durante o fim dos oitocentos e primeiras décadas do século XX na região de fronteira. A perspectiva da *romanização* que marcou a política da Igreja Católica nesse período foi levada a cabo pelo episcopado brasileiro com o intuito de obter maior vinculação com a Santa Sé, propondo um “movimento de reeuropeização do catolicismo de características centralizadoras e sob a autoridade papal”.²³⁹ Nesse contexto, segundo Jérri Marin, o viver religioso da população da província de Mato Grosso apresentava-se como um desafio ao episcopado romanizador, pois exibia fortes características populares que dificultavam esse processo²⁴⁰.

Em seu relato sobre a visita do bispo, D. Luiz Carlos D’Amour, em Nioac, o cônego Bento Severiano da Luz fez críticas à falta de reverência de parte da população do local que, segundo ele, era resultante da ignorância religiosa e incivilidade dos fiéis. Em uma descrição

²³⁵ Idem, p.12.

²³⁶ Idem, p.64.

²³⁷ O não cumprimento do celibato e a cobrança de valores exagerados por serviços religiosos eram algumas destas práticas criticadas, MORAES, S., *O episcopado*, p.73.

²³⁸ MARIN, J. R., *O acontecer e “desacontecer” da romanização na fronteira do Brasil com o Paraguai e Bolívia*.

²³⁹ ARAUJO, J. C., *Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica*, p.22. Apud. MARIN, J. R., *O acontecer...* Op. cit., p. 12.

²⁴⁰ MARIN, J. R., *O acontecer...* op. cit.

pitoresca, o cônego e secretário do bispo relatou o encontro de um morador de Nioac com sua santidade:

À hora do almoço apareceu, querendo mapiar com S. Exa., um indivíduo que bem podia servir de estudo àqueles que buscam o valor intelectual de um homem no peso da massa cerebral. Entrou, sentou-se numa cadeira, dobrou uma perna sobre a outra e acendeu um cigarro [...]. O capitão Alencar fez-lhe ver que não podia ter ali a liberdade que quisesse, e depois mostrando-lhe no mapa da sala a serventia desta para a praça, deu-lhe voz de: direita volver, marche e rua.²⁴¹

Essa descrição, apesar de cômica e marcada pela visão do autor sobre aquela população, evidencia o conflito entre vivências distintas, uma permeada pelo dogmatismo e hierarquização dos papéis religiosos e outra pela proximidade relacional, que rejeitava a distância imposta pela rigidez do clero. Este conflito entre paradigmas religiosos e comportamentais distintos muito provavelmente permeava a população da freguesia e ficou apenas patente quando da presença do bispo naquelas terras, levando em consideração a heterogeneidade cultural dos sujeitos residentes na freguesia. No caso citado quem adverte a irreverência do sujeito é mesmo outro paroquiano, capitão Alencar, que se sentiu incomodado com aquela atitude. Nesse sentido, segundo Marin:

A situação fronteiriça e a heterogeneidade social e cultural dela decorrente geraram uma especificidade na inserção do catolicismo na sociedade mato-grossense e no processo de romanização da Igreja Católica[...] Ali o catolicismo ocupava uma posição de lateralidade, tornando a presença da igreja católica fluida e o controle da sociedade pouco eficaz.²⁴²

O autor conclui ainda que a formação histórica da região fronteiriça na porção sul da província de Mato Grosso colaborou para uma postura de indiferença perante as normatizações eclesiásticas, fomentando um sentimento anticlerical.²⁴³ Marin aponta para as características materiais e culturais da região que influenciaram fortemente o viver religioso daquela população. Era marcante a presença da vida campeira e extrativa, de indivíduos acostumados a lidar com animais e com as peculiaridades da vida rural que enfatizava a valentia, a bravura, a altivez, permeada pela cultura masculina que predominava.²⁴⁴ Aliás, a afirmação de papéis propriamente masculinos também levou o

²⁴¹ LUZ, B. S., *Visita...*, Op. cit. 192-193.

²⁴² MARIN, J. R., *O acontecer...* Op. cit., p. 26-27.

²⁴³ Idem, p.73. O autor fundamenta sua análise principalmente em relatos de viagens e memorialistas que descrevem características da religiosidade na região em destaque.

²⁴⁴ MARIN, J. R., *O acontecer...* Op. cit., p. 70.

autor a considerar as diferenciações de tarefas exercidas por homens e mulheres no que tange ao universo religioso.

Nas religiosidades populares, havia uma distinção dos papéis sexuais e o homem ocupa, sem ameaçar sua masculinidade, o espaço central. Atitudes mais contemplativas e devocionais estavam reservadas as mulheres e crianças. Nas folias do divino, por exemplo, a tarefa de percorrer as fazendas e casas para coleta de donativos, levantar mastros para a bandeira do divino, carregar andores, soltar foguetes, participar dos leilões, jogos, cavalhadas e rodeios eram eminentemente masculinas.²⁴⁵

Se analisarmos mais detidamente as informações trazidas no censo de 1890 no que diz respeito a divisão por gênero em Mato Grosso, é possível observar que a população masculina era superior, em números gerais²⁴⁶. Em relação às paróquias situadas ao sul de Mato Grosso todas elas apresentam essa mesma tendência, com a presença de homens pouco superior a de mulheres. Chama a atenção, no entanto, os números da população da freguesia Santa Rita de Nioac que possuía uma presença de homens bastante superior à de mulheres, se comparado às demais paróquias.

Quadro 6. População geral das paróquias ao sul de Mato Grosso dividida por gênero – 1890

PARÓQUIA	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Santa Cruz de Corumbá	4335	4079	8414
São José de Herculeana	786	680	1456
Nossa Senhora do Carmo de Miranda	1738	1646	3384
Santa Rita de Nioac	4418	3685	8113
Santana do Paranaíba	2611	2336	4947

Fonte: BRASIL. Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1898. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

Dada as características da região fronteira, os diálogos culturais com a população paraguaia que se dirigia para o Mato Grosso também foram relevantes na constituição das convicções religiosas na região. Segundo Jérri Marin, a região de fronteira constituía um espaço dinâmico de intercâmbio de experiências religiosas com influências mútuas entre os dois países. É possível verificar isso, por exemplo, na devoção de Nossa Senhora de

²⁴⁵ Idem, p. 72.

²⁴⁶ Os números gerais apresentam uma população de 92.827 pessoas, sendo 47.196 homens e 45.631 mulheres.

Caacupé, padroeira do Paraguai, que possuía devotos dos dois lados da fronteira, que se reuniam para festas em sua homenagem.²⁴⁷ Aliás, notamos em muitos momentos a presença de paraguaios nos registros de batismos da freguesia Santa Rita de Nioac, o que aponta para uma certa vinculação dessa região com o país vizinho. Em todo o Livro de batismo foram registrados 10 assentos de batismos ocorridos em diversos lugares da freguesia, sobretudo fazendas, em que estavam presentes pessoas descritas como paraguaio(a). É possível notar ainda muitos nomes em espanhol e que não possuem a descrição de nacionalidade, o que indica a presença de vários outros indivíduos que também vieram da república vizinha, sobretudo de mulheres.²⁴⁸

Para Jérri Marin, o desafio da Igreja na região fronteira da porção sul de Mato Grosso era mesmo o de inserir na população a perspectiva doutrinária de um catolicismo romanizado e práticas religiosas dogmáticas que eram, na maioria das vezes, rejeitadas pela população, dada sua formação histórico-cultural.

Certamente a inserção de uma prática católica dogmática e ortodoxa esbarrou em especificidades locais que conferiam à população da região dificuldades na aceitação de normas eclesiásticas rígidas e práticas romanizadoras. No entanto, em nossa perspectiva, é necessário relativizar a alegação de que as características culturais da região fronteira conferiram à população insensibilidades ao catolicismo, pois a relação entre enunciação oficial – pela Igreja – e prática social – da população em geral – é mesmo problemática e descontínua²⁴⁹ em todo o Brasil e, portanto, não parece ser um caso específico da província de Mato Grosso. Nesse sentido, análises como as que realizamos neste estudo e que se concentram nas práticas dos sacramentos na região, ajudam a descortinar a religiosidade da população, pois demonstram que os sacramentos eram largamente praticados e constituíam momentos importantes na vida do fiel católico, onde ocorre a exteriorização da fé de homens e mulheres.

Sendo um lugar próprio do sagrado, porém muitas vezes realizado concomitantemente a festejos e outras formas de sociabilidades, a cerimônia do batismo produzia agregação comunitária, além do prolongamento de relações familiares na instituição do compadrio. A seguir temos um quadro em que expomos a distribuição mensal

²⁴⁷ MARIN, J. R., *O acontecer...* Op. cit., p.47.

²⁴⁸ São nomes como o de Evarista Moralis, Plácida Cristaldo, Maria Aguilar, Margarida Ortiz, Castorina Arguelo e muitos outros.

²⁴⁹ GUDEMAN, S. SCHWARTZ, S., *Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII*.

dos batismos. Nele é possível observar os meses em que as cerimônias ocorreram com mais frequência.

Quadro 7. Distribuição mensal de batismos – freguesia Santa Rita de Nioac (1878-1892)

	jan.	fev.	mar.	abr.	mai.	jun.	jul.	ago.	set.	out.	nov.	dez.
Total de batismos no mês	41	57	27	64	116	170	162	336	90	139	66	18

Fonte: *Livro de batismo*.

Curiosamente os meses em que mais ocorreram batismos na freguesia foram nos meses de inverno – junho, julho e agosto – quando são registradas as menores temperaturas. Para entender esses dados é preciso lembrar que a quantidade de batismos realizadas era influenciada pelas visitas em desobriga feitas pelo pároco local, o que indica que estes meses foram os meses que os padres da freguesia mais fizeram visitas para ministrar o batismo. Dessa forma, considerando que no período de inverno ocorre diminuição das chuvas na região, sendo que nos meses de julho e agosto o índice pluviométrico é abaixo dos demais meses²⁵⁰, provavelmente, o deslocamento do pároco local era facilitado neste período, pois seu transporte era feito predominantemente a cavalo e costumavam demorar por vários dias. Em dezembro, por exemplo, que é um dos meses chuvosos na região²⁵¹ foram registradas as menores frequências de batizados, não ocorrendo nenhuma cerimônia em visita de desobriga, sendo que todas as celebrações foram realizadas na Igreja matriz em Nioac.

A maior parte das referências encontradas sobre as celebrações de batismo em outras fontes investigadas, como jornais e mesmo as referências de memorialistas, são de cerimônias coletivas, que eram realizadas em festejos, visitas de desobriga ou mesmo em cerimônias nas igrejas da paróquia e oratórios privados. A título de exemplo, podemos citar os batismos realizados na freguesia Santa Rita de Nioac durante o ano 1889. Dos 245 assentos de batismos apenas 21 foram realizados de forma individual, sendo que em muitos dias o número de crianças batizadas excedia a 10.²⁵² Essa característica de cerimônia coletiva também aparece durante a visita pastoral do bispo de Cuiabá à região em 1886, quando foram

²⁵⁰ MARCUZZO F. F. N.; COSTA, H. C. *Estudo da Sazonalidade das Chuvas no Estado do Mato Grosso do Sul e Sua Distribuição Espaço-Temporal*, p.80.

²⁵¹ Idem.

²⁵² *Livro nº 1 de Registros de batismos*.

relatados batismos coletivos em fazendas, vilas e freguesias da província. No ano de 1882, também em visita pelas freguesias do sul da província de Mato Grosso, o vigário forâneo frei Mariano de Bagnaia ao passar pela freguesia de São José de Herculânea nos dias da festa do Divino Espírito Santo realizou batismos de várias crianças daquela paróquia durante a festividade²⁵³. Da mesma forma, em 5 de dezembro de 1880 o jornal corumbaense ‘O Iniciador’ trazia a notícia de que o vigário local iria oferecer o sacramento do batismo em uma festa do divino Espírito Santo, na data de 12 de janeiro. O recado alertava aos leitores para que não perdessem a oportunidade.²⁵⁴

Os festejos organizados por famílias proprietárias de fazendas em honra aos santos de devoção eram comuns. Emilio Barbosa descreve um desses momentos.

Reuniram-se os irmãos e mais moradores das cinquenta léguas ao redor [...] Nioaque foi transformada em tapéra por nove dias; reunidos cerca de um milhar de pessoas na fazenda, acampados em barracões e embaixo das árvores, em verdadeira alegria, com crismas e batizados, jogos de prendas e touradas, cavalhadas e tudo o que foi divertimento para aquela época.²⁵⁵

É preciso considerar, no caso da freguesia Santa Rita de Nioac, que se constituiu em caso bastante peculiar por possuir um extenso território com núcleos populacionais dispersos e culturalmente heterogêneos, que o oferecimento dos serviços religiosos estavam aquém da demanda, o que dificultava a frequência assídua às missas, realização da comunhão, casamento, crisma e batizado dos moradores da freguesia e acabava por fortalecer a ênfase em práticas de fé populares, tradicionais, marcadas pela influência do meio rural, distante das cidades.

Essas informações apontam para uma vivência da fé católica mais fortemente vinculada às missas, procissões e festas santas, do que de interioridade, de frequência às missas oficiais e realização dos atos sacramentais, “o que permitiu a configuração de uma religiosidade mesclada pela multiplicidade das crenças dos vários atores sociais”.²⁵⁶

Consideramos, portanto, a realização do batismo como um dos momentos propiciadores de sociabilidades, contatos e reforço de laços familiares e de amizades da população da freguesia Santa Rita de Nioac. Nesse sentido os próximos tópicos do presente capítulo concentrarão a análise propriamente sobre os sujeitos, considerando os dados

²⁵³ Jornal O Iniciador de 5 de janeiro de 1883.

²⁵⁴ Jornal O Iniciador de 5 de dezembro de 1880.

²⁵⁵ BARBOSA, E. G. *Panoramas do sul de Mato Grosso*. p.9 Apud. MARIN, J. R., *O acontecer...* Op. cit., p. 76.

²⁵⁶ MORAES, S., *A visão Ultramontana...* Op. cit. p.120.

trazidos pelo *Livro de batismo*, e dialogando sobre temas como a família, ilegitimidade e apadrinhamento de pessoas livres.

3.2 Na trama dos sujeitos: família, ilegitimidade e compadrio de livres na freguesia Santa Rita de Nioac

O estudo da ilegitimidade constitui-se em indicador de práticas sociais constitutivas de formas de organização familiar diferenciadas, revelador de uniões consensuais duradouras e esporádicas inseridas no universo normativo da Igreja Católica.²⁵⁷

Ao registrar um assento de batismo, o pároco responsável inseria naquela breve descrição a situação de nascimento do batizado, ou seja, o sacerdote rotulava, de acordo com os critérios religiosos e também legais daquele contexto, a condição do relacionamento que trouxe aquela pessoa ao mundo. Dessa forma, ao nascer, o indivíduo poderia ser considerado como legítimo, natural, exposto ou de pais incógnitos. As duas primeiras categorias costumavam aparecer de forma mais recorrente nos assentos, sendo que as crianças batizadas expostas²⁵⁸ e de pais incógnitos, ou seja, desconhecidos, apareceram raras vezes nos registros.

Uma criança legítima era aquela concebida a partir de uma relação de casamento legalizada pela Igreja, portanto com pais ligados pelo laço do matrimônio. Os nascidos legítimos aparecem nos registros com os respectivos nomes do pai e da mãe, diferentemente da categoria dos naturais. Para a Igreja e para a legislação da época os filhos naturais eram aqueles tidos fora do casamento legal, por relações consensuais esporádicas ou mesmo estáveis, mas que não haviam sido reconhecidas pela Igreja pelo ato do matrimônio.

O estado *natural* de muitos nascituros, segundo aponta Maria Adenir Peraro, revela “uma *condição* ou um *estado*, o de ter nascido fora do matrimônio; enfim, bastardo”.²⁵⁹ Nestes casos o pai não era identificado no assento, salvo raras exceções, e isso por norma estabelecida nas *Constituições*.

E quando o batizado não for havido de legítimo matrimônio, também se declarará no mesmo assento do livro o nome de seus pais, se for cousa

²⁵⁷ PERARO, M. A. *Bastardos...* op. cit., p.189.

²⁵⁸ As crianças expostas eram aquelas que haviam sido deixadas pelos progenitores aos cuidados de terceiros, geralmente parentes ou até mesmo instituições públicas como as conhecidas Rodas dos Expostos, ver PERARO, M. A., *Bastardos...*, Op. cit. p.133.

²⁵⁹ PERARO, M. A., *Bastardos...*, Op. cit. p.78 [grifo da autora].

notória, e sabida, e não houver escândalo; porém havendo escândalo em se declarar o nome do pai, só se declarará o nome da mãe, se também não houver escândalo, nem perigo de o haver. E havendo algum enjeitado, que se haja de batizar, a que se não saiba pai, ou mãe, também se fará no assento a dita declaração, e do lugar, e dia, e por quem foi achado.²⁶⁰

Ao tratar do tema do escândalo que tal nascimento poderia trazer, as *Constituições* traziam à tona um aspecto importante acerca do aparato de controle que a Igreja buscava ter sobre uma grande parte da população que vivia amancebada e em relações consensuais esporádicas. O ‘escândalo’ que o nascimento de criança ilegítima poderia causar era fruto de um processo de convencimento que a própria Igreja empreendia, com o discurso de que o relacionamento entre o homem e mulher válido e verdadeiro era aquele mantido a partir da união matrimonial firmada perante o altar, sendo assim o único propício a gerar crianças legítimas.²⁶¹ O fenômeno da ilegitimidade, portanto, está imbricado com a existência de famílias não formais, os amasiados na linguagem dos oitocentos, ou de relacionamentos esporádicos que não eram permeados pelas lógicas da Igreja, e que frontalmente as infringiam.

A atitude do Estado imperial em normatizar as famílias revela a existência de um cotidiano avesso aos códigos da moral burguesa e da moral cristã. Exemplo disso seriam os filhos ilegítimos. As crianças ilegítimas e abandonadas constituíram-se, ao longo dos séculos, em fenômeno característico da sociedade brasileira. Esse fenômeno é revelador de uniões consensuais estáveis e esporádicas não sintonizadas com os discursos da Igreja e do Estado, que enfatizavam a importância do casamento para a legitimação da prole. Revelador também de uma sexualidade não reconhecida pela Igreja Católica e não regulamentada pelo Estado, mas *reconhecida* pela sociedade.²⁶²

Nesse sentido, é importante notar que o Estado e a Igreja possuíam interesses distintos, que conduziam a mesma prática, ao incentivar o casamento legalizado. O casamento como instituição cristã, moral e teologicamente correta, e como um sacramento a ser praticado por todo fiel era, em suma, o discurso mais praticado pela Igreja, na tarefa de incentivar a população ao que consideravam a verdadeira união. Já o Estado estava muito

²⁶⁰ *Constituições...* op. cit. Título XX §73.

²⁶¹ SILVA, G. C. *Um só corpo, uma só carne: casamento, cotidiano e mestiçagem no Recife colonial (1790-1800)*.

²⁶² PERARO, M. A., *Bastardos...*, p.119 [grifo da autora]

mais interessado em projetar o casamento como uma instituição higiênica, alinhada com os padrões de civilidade modernos que deveriam ser responsáveis pelo progresso da nação.²⁶³

Ao tocarmos na temática da família, juntamente com o fenômeno da ilegitimidade, nossa intenção é contribuir com as discussões que a historiografia brasileira tem levado a cabo, sobretudo a partir da década de 1970, com a ampliação do interesse de diversos historiadores sobre o tema. Importantes trabalhos foram produzidos e relevantes análises construídas sobre a família no Brasil, o que tem sido feito a partir de novos referenciais teóricos e perspectivas metodológicas que inovam nas análises sobre esse tema. Teses consagradas da historiografia brasileira foram revistas a partir destes trabalhos que se utilizaram de novas tipologias documentais, avançando sobre realidades antes não entendidas pelos historiadores. As perspectivas que enfatizavam o predomínio da família patriarcal e extensa²⁶⁴ na sociedade brasileira foram revistas com estudos que avaliavam principalmente fontes censitárias e paroquiais, e que apontam para a complexidade das relações familiares do Brasil.²⁶⁵

Segundo Eni de Mesquita “a família brasileira é regionalmente diferente e em especial no sul do país a partir da segunda metade do século XVIII”. Para esta mesma autora, são várias as possibilidades de arranjos familiares, de sistemas de organização de famílias em distintos grupos sociais e regiões do Brasil. Esta variação das formas de organização familiar inclusive, levou muitos historiadores a usarem o termo família no plural (famílias), no intuito de melhor descrever os inúmeros arranjos familiares presentes na sociedade brasileira.²⁶⁶

As abordagens historiográficas que analisam a temática da ilegitimidade em Mato Grosso ainda não avançaram de forma significativa, apesar das potencialidades que o tema levanta. O trabalho de Maria Adenir Peraro, *Bastardos do Império*, ao que tudo indica, foi o primeiro a se dedicar a análise dessa questão durante o período imperial. Peraro analisou os registros da paróquia Senhor Bom Jesus do Cuiabá durante os anos de 1853 a 1890 sobre as múltiplas dinâmicas envolvendo o público e o privado, no que se refere a questão da bastardia. Para esta autora a condição de Mato Grosso, legada ainda do período colonial,

²⁶³ Idem.

²⁶⁴ Esse conceito apareceu, fundamentalmente, nas obras clássicas de Gilberto Freyre, sobretudo em *Casa Grande e Senzala*, e de Oliveira Vianna em *Populações meridionais*.

²⁶⁵ SAMARA, E. M.; *A Constituição da família na população livre (São Paulo no século XIX)*.

²⁶⁶ SCOTT, A. S. V., “Descobrimos” as famílias no passado brasileiro: uma reflexão sobre a produção historiográfica recente. p.15.

enquanto *Antemural do Brasil*, teria forjado naquela população de fronteira um marcante traço de itinerância, dado a forte presença militar na região. As práticas de recrutamento e convocações compulsórias da população masculina ocorreram ao longo do século XVIII e XIX e, segundo Peraro, foram responsáveis por interferir nas composições familiares, possibilitando as taxas de ilegitimidade evidenciadas em sua pesquisa.

Neste sentido, a condição de fronteira e a retirada de homens do interior de suas famílias podem ter forjado uma reorganização e substituição de papéis entre homens e mulheres. Podem ter forjado também na população características de vida maleáveis e amoldadas às circunstâncias do imprevisto e do imediato. Nesse aspecto, as condições de privacidade não podiam ser diferentes, estando sempre sujeitas aos embates do cotidiano.²⁶⁷

Os índices de ilegitimidade verificados na paróquia Senhor Bom Jesus do Cuiabá eram elevados, constituindo cerca de 43,5% dos batizados. Também, salienta a autora, que os filhos ilegítimos não estavam presentes apenas entre as mulheres de condições sociais mais baixas ou somente no universo social da escravidão. Embora não constituísse uma marca entre as mulheres de elite, a presença de filhos ilegítimos também foi verificada entre indivíduos abastados.

Neste trabalho não temos o intuito de fazer um estudo exaustivo acerca da ilegitimidade na freguesia Santa Rita de Nioac, o que demandaria um levantamento de outras tipologias documentais e aportes teóricos mais sofisticados. Nossa intenção é trazer algumas informações que ajudam a entender aspectos da dinâmica social daquela freguesia, descortinando uma sociedade heterogênea formada no pós-guerra na região de fronteira sul da província de Mato Grosso.

Os dados levantados acerca da ilegitimidade na freguesia Santa Rita de Nioac ajudam a entender um pouco a organização familiar daquela sociedade, marcada pelo movimento de pessoas que chegaram àquelas terras a partir da década de 1870, de militares vindos de outras localidades da província e do Império para servirem nos destacamentos localizados no território da freguesia, e de indígenas de diversas etnias que mantiveram contatos permanentes com a população que passou a reocupar àquela região no pós Guerra.

O contexto aqui analisado, portanto, constitui justamente um período de reconfiguração social em que a região recebeu novos contingentes populacionais, após o fim

²⁶⁷ PERARO, M. A., *Bastardos...*, p.124.

do conflito armado em 1870, e assim passou a se reestruturar em torno de uma economia voltada, sobretudo, para a pecuária bovina.

A presença de escravos, indígenas, livres e pobres, indivíduos com posses, militares, etc. constituiu uma sociedade que se formou a partir de relações de amizades, de conflitos e tensões que se materializam na grande quantidade de nomes, sobrenomes, alianças e nascimentos registrados no *Livro de batismo*. Ao tratarmos dos padrões de ilegitimidade na freguesia Santa Rita de Nioac fica claro a heterogeneidade dos sujeitos, os laços familiares distintos e as vivências marcadas por diversas alianças.

Chegamos a essa conclusão por meio da tipologia documental analisada. Nela foi registrada um largo espectro da população e não somente uma parcela específica, isto é, aqueles que tinham uma maior presença nas negociações oficiais e por isso têm seus nomes fartamente registrados em documentos, monumentos e na própria memória oficial. Ao analisar os registros de batismos, portanto, temos o interesse de discutir a população da freguesia com um todo, privilegiando os esquecidos que lutaram para sobreviver em meio às dificuldades impostas pelo contexto de profunda desigualdade econômica e influência, muitas vezes violenta, das relações de poder presentes no Império.

3.2.1 As taxas de ilegitimidade na freguesia Santa Rita de Nioac

A historiografia que discute a temática da família no Brasil levanta um aspecto importante, que é a presença marcante da ilegitimidade no processo de formação familiar. As informações analisadas, obtidas principalmente nos registros paroquiais, tanto do período colonial como no Império, apontam para altas taxas de ilegitimidade em várias regiões do Brasil. Segundo estudos de Eliane Cristina Lopes, cerca de 30% dos nascimentos em São Paulo no século XVIII eram de filhos ilegítimos.²⁶⁸ Índices como esses podem ser encontrados em outras localidades do Brasil o que revela a dinâmica de composições familiares as mais diversas. Nesse sentido, trazemos o quadro a seguir que traz as taxas de ilegitimidade em diversas paróquias brasileiras ao longo dos séculos XVIII e XIX.

²⁶⁸ LOPES, E. C., *O revelar do pecado; os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII*.

Quadro 8. A Ilegitimidade em diversas paróquias brasileiras – Séculos XVIII e XIX

Localidade	%
Paroquia Senhor Bom Jesus de Cuiaba (853-1890) ¹	43,5
Vila Rica (MG) - 1804 ²	46,3
Curitiba 1801-1850	27,4
S.J. dos Pinhais (Pr) 1776-1852	25,2
Sao Paulo 1741-1845	23,2
Lapa (Pr) 1770-1829 ³	22,4
Jacarepagua (RJ), segunda metade sec. XVIII ⁴	18,5
Ubatuba (SP) 1800-1830	16,4
Sorocaba (SP) 1679-1845	9,5
Santo Amaro (SP) segunda metade sec. XVIII	5,5
Sao Cristovao (RJ) 1858-1867 ⁵	33,9

Fonte: PERADO. M. A., *Batarados...* op. cit., p.121.

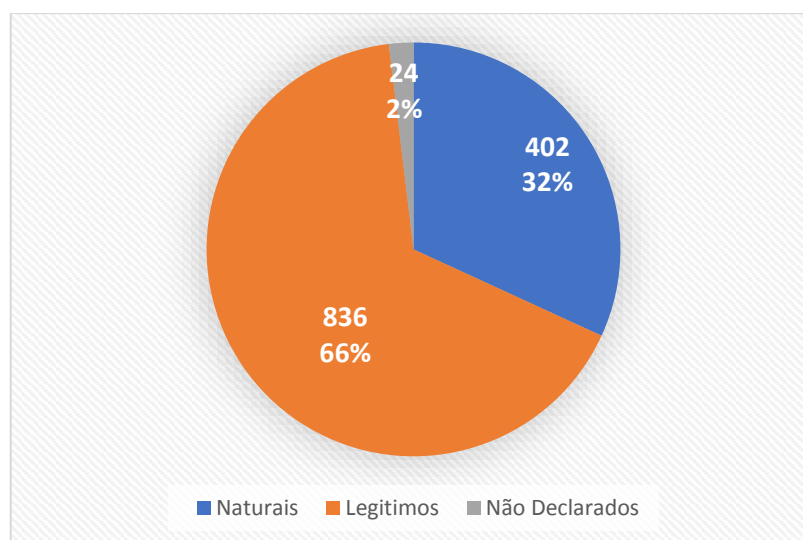
Ao descrevermos a condição dos ilegítimos, é importante frisar que existiam distinções de categorias de filiação no universo da ilegitimidade. Aliás, a denominação comumente utilizada pelos párocos quando queriam se referir a filhos ilegítimos era a de *natural*. No entanto, existiam categorias específicas de filhos ilegítimos (naturais) que incluíam os *sacrílegos*, frutos de relações entre um leigo e um clérigo; os *adulterinos*, tidos por ligações fortuitas no qual um dos membros ou os dois eram casados; os filhos de pais *incógnitos*, quando os pais não eram conhecidos no ato do batismo; e os *incestuosos*, frutos de relações entre parentes ligados por consanguinidade.²⁶⁹ É interessante observar que estas categorias, com exceção dos filhos de pais incógnitos, não estão presentes nos registros aqui analisados. Isso se deve, a nosso ver, não pela inexistência de tais relações que gerariam filhos que se enquadrassem nessas categorias, mas por representarem moralmente prova de relações pecaminosas, ilícitas ao olhar religioso/institucional. Assim, como também observou Letícia Guterres ao analisar registros de batismos da segunda metade do século

²⁶⁹ PEREIRA, A. L. C., *A ilegitimidade nomeada e ocultada na vila de Nossa Senhora da Conceição do Sabará*, p.2.

XIX da região de Santa Maria, na província de Rio Grande de São Pedro, as referências a estas categorias são difíceis de ser encontradas nos registros.²⁷⁰

Considerando as informações totais levantadas a partir do banco de dados confeccionado na pesquisa, a taxa de ilegitimidade para a freguesia Santa Rita de Nioac chegou a 32%, sendo que foram registrados 402 filhos ilegítimos de um total de 1257 registros de batismos. Estes dados são referentes à população livre e indígena, excluindo os escravos que serão tratados posteriormente. Se compararmos este dado com a tabela exposta anteriormente é possível afirmar que a taxa de nascimentos ilegítimos na freguesia em questão é significativa.

Gráfico 1. Situação do nascituro – Livres e Indígenas



Fonte: *Livro de batismo*.

A existência de 32% de filhos ilegítimos retrata a sociedade da freguesia de Nioac, pois, pelo que estes dados indicam, a existência de relações informais era largamente praticada na região. Como afirmamos anteriormente, ao registrar o nascimento de filhos naturais, na maioria das vezes, o pároco não incluía o nome do pai. Porém, em 29 casos de nascimentos de filhos naturais o nome do pai foi registrado pelo pároco responsável. Estes casos foram registrados, certamente, por não terem sido considerados *escandalosos* pelas pessoas presentes na pia batismal trazer o nome do pai, como aconselhava as Constituições. Esse dado sinaliza para a existência de famílias estáveis não alinhadas com os padrões

²⁷⁰ GUTERRES, L. B. S., *Escravidão, família e compadrio ao sul do império do Brasil: Santa Maria (1844-1882)*, p.330.

matrimoniais em vigor. Mas também revelam um importante dado sobre relações esporádicas consensuais mantidas por vários indivíduos.

Se considerarmos que os assentos que não tiveram os registros dos pais como progenitores foram assim feitos para resguardar a identidade do pai, na tentativa de evitar censuras e repreensões pela prática considerada imoral, o número de relações consensuais torna-se bastante elevado. Ou seja, 373 dos 402 casos de filhos ilegítimos foram tidos a partir de encontros esporádicos entre vizinhos, amigos ou mesmo de patrões com suas empregadas, o que era comum em ambientes rurais onde predominava o mandonismo de proprietários de terra.

É importante notar que os 29 casos, do que podemos considerar como resultantes de uniões estáveis, foram registrados em diversos lugares da freguesia, ou seja, a prática não estava restrita apenas à sede em Nioac ou a alguma propriedade rural específica. Aliás, a existência de pessoas ‘amancebadas’, como eram tratados pela Igreja aqueles casais que viviam juntos sem a união do matrimônio, era comum na província de Mato Grosso.

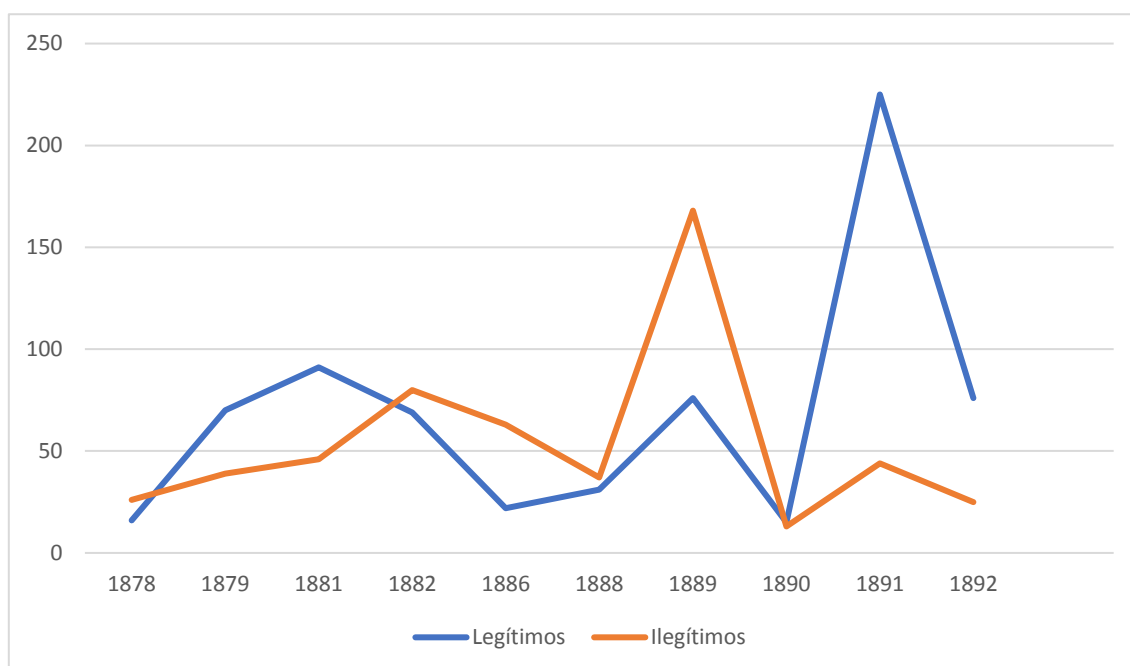
A esse respeito, notamos de forma recorrente nos relatos do diário de visita do bispo em 1886, menções à existência de vários casais que constituíam famílias apartadas dos critérios do matrimônio católico. A expressão: “viviam em torpe concubinato”, foi empregada pelo cônego Bento Severiano da Luz ao descrever estas composições familiares, que em muitos casos possuíam vários filhos.²⁷¹ Esse foi o caso de José D’Arruda e Rita, progenitores das pequenas Marta e Aleandra, com 3 e 2 anos, respectivamente. José e Rita tiveram suas duas filhas registradas como naturais por não serem casados legalmente, apesar de viverem juntos por pelo menos três anos, levando em consideração a data do nascimento de sua primeira filha.²⁷² Caso semelhante a este é o do casal João Candido Cardoso e Conceição, que em 7 de julho de 1890 levou ao batismo, na Igreja matriz em Nioac, a pequena Gabriela de 2 anos e o pequeno Jacinto de 1 ano, os dois filhos do casal.

A ilegitimidade constituiu fenômeno presente em toda a freguesia Santa Rita de Nioac, e da mesma forma em todos os anos de registro do *Livro de batismo*. Porém, surgem alguns dados interessantes quando analisamos o movimento dos nascimentos de filhos legítimos e ilegítimos anualmente. O gráfico a seguir expõe este panorama.

²⁷¹ LUZ, *Visita...*, Op. cit., p.85.

²⁷² *Livro de batismo*.

Gráfico 2. Movimento de batismos de filhos legítimos e ilegítimos entre a população livre incluindo indígenas (1877-1892)



Note-se que os números totais de batismos realizados na freguesia fizeram um movimento oscilante, porém crescente, passando de uma frequência de 42 batizados em 1878 ao total de 269 no ano de 1891.²⁷³ Nesse gráfico também é possível notar que nos anos iniciais, com exceção do primeiro ano de batismos em 1878, o número de filhos legítimos é superior ao de ilegítimos. Contudo, a medida que os anos se passaram a taxa de ilegitimidade aumentou.

Para compreendermos esses dados é necessário lembrar que a presença efetiva da Igreja na localidade se deu somente após a instalação da freguesia em 1877, quando a partir de então um pároco se tornou responsável especificamente por aquela região. Também é preciso considerar que a década de 1870 constituiu para a freguesia Santa Rita de Nioac um período de reocupação por famílias vindas de outras províncias e de outras localidades de Mato Grosso. Assim, quando os batismos começaram a ser realizados pela própria paróquia de Santa Rita, os índices de legitimidade foram superiores aos de ilegítimos. Porém, a partir de 1882, a curva dos filhos ilegítimos se tornou superior ao de legítimos. As taxas permaneceram assim até a década de 1890, quando os legítimos voltam a ser superiores.

²⁷³ Este movimento oscilante também foi observado por BELINAZZO, T. M, *A população da paróquia de Santa Maria da Boca do Monte 1844-1882*, p. 82.

Em um primeiro momento, portanto, a maior parte dos relacionamentos eram organizados formalmente, já unidos pelo matrimônio católico, o que nos leva a pensar que estes indivíduos não eram originários da própria região, e se transferiram para aquela localidade já casados. Isso porque existiam diversos fatores que dificultavam a união matrimonial das pessoas que ali viviam, como a inexistência suficiente de sacerdotes para atender aquela população, mesmo as longas distâncias que deveriam ser percorridas ou mesmo a própria falta de iniciativa daqueles sujeitos em buscarem o casamento²⁷⁴.

Em seguida, com o desenvolvimento dos contatos e sociabilidades na freguesia entre a população que se dirigiu para aquela região e as que ali já estavam na década de 1870, a curva inverte, sendo que os batismos de ilegítimos se tornaram mais frequentes. A partir da década de 1882, então, é possível pensar que se deu maior formação de famílias e nascimento de crianças no interior da própria freguesia, e como é possível visualizar nas taxas expostas acima, a maior parte dos nascimentos são de crianças ilegítimas.

Nos primeiros anos da década de 1890 a taxa volta a sinalizar inversão, sendo que os nascimentos de legítimos são maioria. Infelizmente, os assentos do *Livro de batismo* encerram no mês de junho de 1892, o que nos inviabiliza ter informações mais consistentes ao longo da década de 1890.

Estes dados são importantes, pois nos ajudam a compreender o perfil das famílias que passaram a viver na freguesia e as formas de composição familiar que foram construídas na região a partir da reocupação no pós-guerra. As taxas de ilegitimidade são indícios importantes que confirmam a existência de composições familiares não alinhadas ao projeto de casamento católico e também apontam para uma realidade silenciada pelas obras que tratam da história da região, isto é, os espaços familiares dirigidos por mulheres solteiras.

Com os dados que possuímos é difícil afirmar com segurança quais eram as famílias compostas apenas por mães e filhos(as). Porém, as ausências dos nomes paternos na maior parte dos registros de filhos naturais, apontam para a existência dessa realidade na sede em Nioac, nos povoados, nas fazendas e nas colônias militares pertencentes à freguesia de Nioac. Lembramos que se trata de um registro importante, que possuía valor oficial e, portanto, implicava responsabilidades aos progenitores que ali eram inseridos.

²⁷⁴ Apesar de não analisarmos aqui neste trabalho, sabemos da existência de um *Livro de Registros de Casamentos* que traz assentos cerimônias realizadas na freguesia Santa Rita de Nioac durante os anos de 1878 a 1896. Esta fonte pode nos ajudar, em trabalhos futuros, a entender outros aspectos acerca da temática das famílias na região durante fins do século XIX.

Muitos eram os casos de mães que reiteradamente levavam filhos naturais ao batismo, e nos quais eram suprimidos a identificação do pai. Foram registradas 37 mães que levaram mais de um filho ilegítimo ao batismo.²⁷⁵ Este é o caso de Dorotea Jara, que no ano de 1889 levou 4 filhos ao batismo: Pascal (7 anos), Frutuoso (3 anos), Ramão (1 ano) e Remigio (7 meses).²⁷⁶ Esses batismos citados foram realizados na colônia militar de Miranda, local de presença marcante de militares. Nessa mesma oportunidade, outras 3 mães levaram filhos naturais ao batismo, Ana de Souza Ribeiro, Joana da Cruz Nunes e Ana Claudina.²⁷⁷

Como já tratamos em capítulo anterior a freguesia Santa Rita de Nioac possuía diversos espaços onde existiam aglomerados populacionais. As regiões da Vacaria, Campo Grande, colônia de Miranda e colônia dos Dourados compunham parte significativa da população da freguesia. A seguir temos um quadro com as taxas de ilegitimidade nesses respectivos locais.

Quadro 9. Condição dos nascimentos em diversos locais da freguesia Santa Rita de Nioac*

Local	Total de batismos	Filhos legítimos e porcentagem	Filhos ilegítimos e porcentagem
Campo Grande	216	189 87,5%	27 12,5%
Vacaria	321	245 76,3%	76 23,7%
Colônia dos Dourados	16	9 56,25%	7 43,75%
Colônia de Miranda	15	8 53,4%	7 46,6%

Fonte: *Livro de Batismo*.

*Este quadro foi confeccionado a partir da seleção dos assentos em que constam os locais de realização da cerimônia. Como já dissemos aqui, em muitos assentos não aparece descrito o local do batismo, o que torna difícil a localização.

Como é possível perceber há grande diferença nas taxas de ilegitimidade nos locais da freguesia. O aglomerado populacional que possuía a menor taxa de filhos ilegítimos era Campo Grande (12,5%), e isso se deve, possivelmente, pelas características de ocupação do

²⁷⁵ Nestes números estão suprimidas as mães indígenas e escravas que levaram mais de um filho ilegítimo ao batismo.

²⁷⁶ *Livro de Batismos, fólhos 113 e 114.*

²⁷⁷ *Idem.*

lugar, que foi realizado predominantemente por famílias vindas da província de Minas Gerais. Ao que tudo indica, a maior parte destas famílias eram compostas por progenitores que já se deslocaram para a região unidos pelo matrimônio ou que casaram-se na freguesia, o que fez declinar os índices de filhos ilegítimos.

A região denominada de Vacaria, que compreendia várias propriedades rurais, algumas, inclusive, de indivíduos proeminentes na região, possuía índices de filhos ilegítimos em torno de (23,7%), portanto, maiores do que o povoado de Campo Grande. Aliás, nesta região da Vacaria, foi possível notar a presença importante de paraguaios, em sua maioria mulheres. Os assentos trazem um total de 10 nomes de pessoas discriminadas como paraguaio (a), e deste número 9 eram mulheres²⁷⁸. Provavelmente existiam mais pessoas vindas do país vizinho e que viviam na freguesia, pois é possível notar muitos nomes em espanhol que não trazem a nacionalidade, sobretudo de mães. As 9 mulheres paraguaias foram mães de filhos ilegítimos e o que chama a atenção é a idade da maioria dos seus filhos que tinham apenas meses de vida, o que indica que foram gerados a partir de relacionamentos construídos na própria freguesia.

Contudo, as maiores taxas de ilegitimidade foram encontradas nas colônias militares. Embora a quantidade de batismos seja pequena, a proporção de nascimentos ilegítimos é bastante significativa e compõe um cenário em que boa parte das famílias ali estabelecidas eram informais. O traço marcante da localidade era justamente a presença militar, que consistia em sua maioria de homens destacados ali para servirem nos serviços da colônia.

Ao considerar distintamente os locais da freguesia, torna-se importante também enfatizar a sede da freguesia em Nioac, onde havia uma significativa presença de militares servindo no 7º Regimento de Cavalaria. Ademais, o maior número de batismos registrados no livro foi realizado na Igreja matriz, que na época estava localizada dentro daquele destacamento militar. Selecionando somente os batizados descritos como ocorridos na Igreja matriz tem-se os números a seguir.

²⁷⁸ *Livro de Batismo.*

Quadro 10. Condição dos nascimentos na sede da freguesia Santa Rita de Nioac 1878-1892

Local	Total de batismos	Filhos legítimos e porcentagem	Filhos ilegítimos e porcentagem
Igreja matriz	427	219 51,2%	208 48%

Fonte: *Livro de Batismo*.

Chama a atenção o alto índice de ilegitimidade na sede da freguesia, pois as pessoas que viviam naquela localidade tinham maior acesso ao batismo, dada a presença cotidiana da Igreja e do pároco local. Não é possível considerar, portanto, que a falta de acesso aos sacramentos, sobretudo o casamento, tenha determinado os índices de ilegitimidade na freguesia, pois fica claro que a maior parte dos filhos ilegítimos, e consequentemente dos casais informais e dos relacionamentos esporádicos, estavam justamente na sede da freguesia.

Estas informações apontam para diferenças substanciais no que diz respeito a realidade social dos espaços populacionais da freguesia. Comparando os dados da sede em Nioac com os outros lugares da freguesia, citados anteriormente, é possível supor que um dos fatores predominantes para a existência de filhos ilegítimos era a presença militar, pois as taxas mais elevadas aparecem precisamente nos locais onde a vivência militar era marcante. Os deslocamentos, transferências e mudanças dos homens militares pode ter influenciado nesses índices, contribuindo para a constituição de um perfil peculiar às famílias da localidade. Dessa forma, a especificidade da vida militar na sede da freguesia permeava aquele universo social, e influenciava diretamente a própria composição familiar da localidade.

3.2.3 O Compadrio

Neste momento passaremos a analisar especificamente os dados do *Livro de batismo* que se referem aos padrinhos/madrinhas presentes naquelas cerimônias. Como já destacamos aqui, esses sujeitos eram fundamentais do ato do batismo, e mantinham, na maioria das vezes, relações de proximidade com os progenitores do batizando. Ao tornar-se compadre, portanto, esses indivíduos firmavam uma aliança religiosa e social que acabava influenciando em diversos momentos da vida.

Embora o compadrio fosse uma prática comum naquele contexto é necessário lembrar que, por ser uma instituição religiosa, o compromisso firmado na pia batismal conservava alguns elementos que conduziam as escolhas daqueles sujeitos. As regras para escolha dos padrinhos deveriam ser conhecidas pelos párocos e da mesma forma pelo pai, mãe ou pessoa responsável pela criança e, no caso de adulto, pelo próprio batizando. Segundo o título XVIII das Constituições, deveriam ser escolhidos apenas um padrinho e uma madrinha não menores de 14 e 12 anos, respectivamente, salvo em uma licença especial. Os novos parentes espirituais também não poderiam ser pai e mãe do batizado e nem indivíduos que não praticassem a fé católica e não confessassem sua doutrina. Os excomungados, os surdos e mudos e algumas classes de sacerdotes também estavam impedidos de se tornarem parentes espirituais daqueles que adentravam a Santa Madre Igreja, pelo batismo²⁷⁹.

O parentesco espiritual gerava ainda impedimentos e responsabilidades entre o batizando os seus respectivos padrinhos/madrinhas. Como nesse ato se contraía um *parentesco*, ficava proibido o matrimônio²⁸⁰ entre padrinhos/madrinhas e seus afilhados. No entanto, esse *parentesco* era somente firmado com o afilhado e não incluía os padrinhos entre si, permitindo que estes fossem já casados ou viessem a se casar posteriormente²⁸¹. As responsabilidades que deveriam ser exercidas pelos novos parentes espirituais, segundo as Constituições, giravam em torno da instrução e do acompanhamento da prática religiosa de seu afilhado, ficando como “fiadores para com Deus pela perseverança do batizado na fé”²⁸².

No entanto, é preciso considerar que essas normas foram reinterpretadas de diversas formas para preservar interesses ou mesmo por ignorância das regras publicadas nas Constituições. Como dito no capítulo anterior, a inserção do catolicismo no sul da província de Mato Grosso esbarrou em especificidades locais que conferiam à região dificuldades na aceitação das normas eclesiásticas e da ortodoxia rígida da Igreja. A própria dificuldade da assistência religiosa dada pelos párocos pode ser considerada como uma das causas dessa realidade, além dos fatores de ordem cultural já citados, expostos por Marin²⁸³.

²⁷⁹ CONSTITUIÇÕES, p. 26.

²⁸⁰ Essa proibição se deu ainda no século IV, com o código de Justiniano (HEMEISTER, M. D., *Para dar calor...*, Op. cit., p.205).

²⁸¹ CONSTITUIÇÕES, p. 27.

²⁸² Idem, p. 26.

²⁸³ MARIN, J. R., *O acontecer e “desacontecer” da romanização na fronteira do Brasil com o Paraguai e Bolívia*.

Nesse contexto, de fluidez da ortodoxia católica e de baixo nível de comprometimento e conhecimento dos significados teológicos e até mesmo religiosos do compadrio, as relações firmadas ou asseguradas no ato do batismo parecem ser ainda mais seculares, permitindo que alianças, solidariedades e compromissos que extrapolavam os limites religiosos fossem praticadas com maior frequência. Como afirmam Gudeman e Schwartz o vínculo entre padrinho e afilhado:

é sempre inserido ou projetado em um determinado contexto social. Um padrinho e um afilhado são sempre algo mais que parentes ‘espirituais’. São atores cuja relação total inclui características extra eclesiais.²⁸⁴

Para que se tenha uma visão mais clara do contexto estudado é importante concentrarmos nas informações dadas pelas fontes, procurando enxergar as ressignificações da doutrina católica sobre o compadrio na realidade da freguesia Santa Rita de Nioac. Nesse aspecto, em alguns casos é possível notar o distanciamento do modelo trazido nas Constituições.

Um caso exemplar foi o que ocorreu no dia vinte e nove de agosto de 1879, quando foi levada a pia batismal numa visita em desobriga a menina Adelina, de dois anos e filha legítima de José Elias de Almeida e Benedicta Maria da Conceição. Seus padrinhos foram Vicente Lopes de Azambuja e Joaquim Silverio Ornellas.²⁸⁵

Segundo já descrito aqui, o título XVIII das Constituições proibia a prática da escolha de dois padrinhos do mesmo sexo, devendo obrigatoriamente ser um homem e uma mulher apenas. Sendo assim, a escolha de dois homens para apadrinhar a pequena Adelina entrou em conflito com a regulamentação da Igreja. O curioso é que em outro caso semelhante, a escolha dos padrinhos envolveu os mesmos indivíduos. Vejamos.

Dois meses depois do batismo de Adelina, no dia vinte de novembro de 1879, foi a vez de Vicente Lopes de Azambuja levar sua filha Emerenciana, com dois meses de idade, ao batismo. Sua mãe era Maria Amada do Espírito Santo, e a escolha para apadrinhar Emerenciana também foi de dois homens, sendo um deles justamente o compadre da família, José Elias de Almeida, o pai de Adelina.

Outro caso semelhante a esses, cujos padrinhos são dois homens, aparece no *Livro de batismos*, no batizado do indígena Terena Manoel, de quatro anos de idade, que foi

²⁸⁴ GUEDEMAN, S. SCHWARTZ, S., *Purgando...*, Op. cit., p. 46.

²⁸⁵ *Livro de Batismo*.

apadrinhado por não indígenas, sendo omitida a informação dos progenitores da criança, constando apenas dos padrinhos.

Apesar desses três casos estarem registrados, é preciso frisar que esse padrão de escolha de padrinhos não aparece de forma recorrente nos assentos de batismo, sendo exceções encontradas. Infelizmente, não podemos saber se isso ocorreu por iniciativa voluntária de escolha, se esses indivíduos eram aparentados ou mesmo por falta de possibilidade em se encontrar mulheres no momento do batismo, já que as celebrações foram realizadas em desobriga. Apesar disso, o que acabou predominando, no que diz respeito às regras para escolha dos padrinhos/madrinhas, foram as normas descritas nas Constituições.

Ao analisarmos as escolhas feitas para apadrinhamento dos filhos deve-se levar em conta que essa atitude iria firmar vínculos de compromissos e solidariedades entre os pais do batizando e os padrinhos/madrinhas escolhidos, gerando um laço de compadrio entre sujeitos de posições sociais distintas ou simétricas. Aliás, a Igreja não trazia indicação sobre o *status* social do indivíduo a ser escolhido como novo compadre, mas apesar disso, a própria instituição do compadrio deixava implícito que o vínculo firmado deveria ser com um indivíduo de posição social igual ou superior, já que o novo parente deveria ser responsável pelo batizando²⁸⁶.

Em suas memórias sobre *Mato Grosso de outros tempos*, Astúrio Monteiro de Lima descreveu episódios que lhe parecem relevantes da história da região sul de Mato Grosso em fins do século XIX e início do XX, principalmente da região de fronteira com o Paraguai, onde viveu²⁸⁷. Ao construir sua representação em uma narrativa até certo ponto pitoresca, lembrando estórias e eventos locais, Astúrio cita o proprietário da Cia. Mate Laranjeira, Thomaz Laranjeira, que, segundo o autor, ao chegar à região sul da província “não tardou em fazer-se compadre de quase todos os chefes de família, por mais humildes que fossem”²⁸⁸. Apresentando-o como um “capitalista humano”, Astúrio enfatizou as qualidades de bom compadre de Laranjeira, que “gostava imensamente de presentear os afilhados e compadres: cinco novilhas a uma afilhada; um petiço ao afilhado; um touro ao compadre, ou um belo cilhão para a comadre”²⁸⁹.

²⁸⁶ GUDEMAN, S. SCHWARTZ, S., *Purgando...*, Op. cit., p. 46.

²⁸⁷ LIMA, A. M., *Mato Grosso de outros tempos, pioneiros e heróis*.

²⁸⁸ LIMA, A. M., *Mato Grosso...*, Op. cit., p. 14.

²⁸⁹ Idem, p. 14.

Dessa forma, o autor apresenta o compadrio, especialmente no caso de Laranjeira, como prática que garantia relações que extrapolavam os limites religiosos e efetivavam hierarquias sociais que preservavam interesses de alguns indivíduos, como era o caso de Thomaz Laranjeira, mas também daqueles que buscavam receber presentes ao terem como padrinho um nome proeminente como o de Thomaz. Aliás, Astúrio Monteiro de Lima também não deixou de notar que seu padrinho, Abel Lima, que residia em Concepción no Paraguai e era do alto comércio daquela cidade, além de defende-lo das correções de seu pai quando menino enchia-o de presentes, o que para o autor era sinal de bom cumprimento de sua função como padrinho, sendo que Abel Lima era para ele “o melhor padrinho que eu conheci”²⁹⁰.

As memórias de Astúrio Monteiro de Lima nos ajudam a descortinar um aspecto importante na escolha do compadrio, que são as relações assimétricas de alianças e compromissos buscadas na pia batismal. Obviamente, nem todos os casos tinham como causa única o interesse sobre a capacidade financeira dos padrinhos em oferecer presentes e bajulações ou ainda algum prestígio social aos afilhados e compadres. Porém, como procuraremos demonstrar neste capítulo, a instituição do compadrio na freguesia Santa Rita de Nioac era um meio de se firmar laços sociais e religiosos com indivíduos de posição social igual ou superior naquela sociedade.

Portanto, o compadrio resguarda um significado religioso e é construído a partir de regras religiosas, porém o seu sentido não se esgota no âmbito da fé. Como apontam Gudeman e Schwartz, o compadrio enquanto instituição cristã também foi de suma importância para a construção de relações sociais que extrapolavam os limites da Igreja.

A formulação da Igreja não dá conta da totalidade desta instituição. Uma dimensão peculiar do compadrio é que ele é produzido na Igreja entre indivíduos que o carregam para fora da instituição formal. O compadrio é projetado para dentro do ambiente social.²⁹¹

O estudo das relações firmadas na pia batismal via compadrio, busca reconstruir parte das relações sociais tecidas pelos sujeitos que viviam na freguesia. Ainda que houvesse exceções, a maior parte dos compadres convidados era de estratificação social igual ou superior à dos pais das crianças. Além disso, as análises das redes de compadrio podem

²⁹⁰ Idem, p. 10.

²⁹¹ GUEDEMAN, S. SCHWARTZ, S., *Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII*, p.37.

“acessar as relações de reciprocidade vertical e horizontal que formavam parte importante dos caminhos por onde circulavam recursos e se estruturavam hierarquias, naquelas sociedades préindustriais”.²⁹²

Contudo, é importante lembrar, como salienta Luís Augusto Farinatti, que o batismo não tornava todos os compadres e todos os afilhados igualmente próximos, sendo uma dentre as diversas formas de relação social.²⁹³ Ainda assim, o estudo das alianças de compadrio serve-nos como um quadro parcial que revela, por exemplo, aspectos relacionados a hierarquia social vigente.

Tendo em vista a importância do padrinho/madrinha nesse contexto, os sujeitos que desfrutavam de certo prestígio social costumam aparecer de forma recorrente nos assentos sendo, portanto, *compadres preferenciais*. Ao pensar em indivíduos que eram considerados como compadres preferenciais, estamos afirmando que esses sujeitos eram buscados como padrinhos/madrinhas pela influência que tinham na região em que viviam. Assim, esses atores sociais possuíam determinados recursos que levavam seus vizinhos, parentes e amigos a convidá-los como compadres.

A seguir, trazemos dois quadros com os *compadres e as comadres preferenciais*, e para isso, arbitramos um número de no mínimo 6 afilhados, ou seja, todos os nomes constantes nos quadros abaixo foram escolhidos como compadres e comadres no mínimo 6 vezes.

Quadro 11. Compadres preferenciais

Padrinhos	Número de afilhados
Francelino Rodrigues Ramos	12
Simão Moreira da Rocha (Padre)	12
Francisco de Paula e Souza	12
Misael José de Souza	11
José Antônio Pereira	11
Antônio Gonçalves Barbosa Marques	9
João Teixeira Ferreira Muzi (capitão)	8
Joaquim Gonçalves Barbosa Marques	8

²⁹² FARINATTI, L. A., *espada e a capela: relações de compadrio dos oficiais de milícia na fronteira meridional do Brasil (1816-1835)*, p. 296.

²⁹³ Idem, p.296.

José Rodrigues Ramos	8
José Justiniano de Souza	7
João de Moraes Ribeiro	7
João José Pires Martins	7
Marcos Gonçalves Barbosa Marques	7
João Pedro Ferreira Ribeiro	6
José Alves Tavares	6
Lucio Candido de Oliveira	6
Antonio José de Castro (Doutor)	6
Estevão Hungria de Souza	6
Gustavo Adolpho Ferreira Machado	6
Valerio Carlos da Costa	6
Manoel Maximo de Souza	6

Fonte: *Livro de Batismo*.

Quadro 12. Comadres preferenciais

Madrinhas	Número de afilhados
Emerenciana de Souza Marques	10
Maria Luiza de Souza	9
Filomêna Chaves Muzi	8
Maria Joana Ornello	8
Carolina Vicencia de Souza	7
Eufiorina Garcia Leal	6
Ana Luisa da Costa	6
Balduina Izabel de Oliveira	6

Fonte: *Livro de Batismo*.

Os nomes trazidos nos quadros acima não devem ser considerados como os ‘melhores’ padrinhos/madrinhas ou os mais ‘ricos’ moradores da freguesia. Aliás, alguns nomes que mantinham uma conhecida influência e prestígio na região não aparecem nestas relações, como é o caso de Thomaz Laranjeira. Thomaz aparece apadrinhando quatro afilhados em locais diferentes, um na colônia dos Dourados, outros dois na fazenda

Dependência e mais um na Igreja Matriz em Nioac. Certamente estes não eram os únicos afilhados de Thomaz, que segundo descrito por Astúrio Monteiro de Lima anteriormente, se utilizou largamente do compadrio como estratégia de formação de uma rede de influências na região.

Portanto, guardados os devidos cuidados, os quadros acima expõem de alguma forma os indivíduos que mais apadrinharam. Alguns são nomes já conhecidos pela literatura histórica regional e outros ainda desconhecidos, mas que tiveram real importância naquele contexto. Um total de 21 homens e 8 mulheres foram convidados em pelo menos 6 vezes ao compadrio. Esses sujeitos residiam em diferentes lugares da freguesia e possuíam algo em comum: eram todos casados, com exceção do pároco local. Com exceção de apenas dois nomes, os compadres e comadres constantes nos dois quadros acima eram casados entre si, porém não participaram em conjunto de todos os batismos. Também, não foi registrado mulher solteira como comadre por mais de 6 vezes, nem mesmo homem. Apesar de que em vários momentos os casais apadrinharam separadamente é preciso considerar o que afirma Luís Augusto Farinatti. Para este autor não é possível tomar esta informação como evidência de relacionamentos individualistas mantidos por um dos cônjuges sem o consentimento do outro, pois:

Se o casal não apadrinhava junto, também se deve ter em conta que, naquela sociedade, o individualismo estava pouco presente e a família tinha grande importância em termos de reconhecimento social. O convite para que um dos cônjuges se fizesse presente à pia batismal significava prestígio e estabelecimento de relações para a sua família e não apenas para si próprio.²⁹⁴

Chama a atenção também que a maior parte dos *compadres/comadres preferenciais* eram proprietários de terras, donos de fazendas na freguesia. É importante frisar também que muitos dos nomes trazidos no quadro anterior eram de proprietários de terras da região conhecida por Vacaria. Pelo que os dados indicam, nessa porção da freguesia Santa Rita de Nioac havia uma relação de apadrinhamento bastante endógena, que preservava, em grande medida, o parentesco consanguíneo. Em diversos assentos referentes a Vacaria os padrinhos escolhidos possuíam sobrenomes idênticos aos progenitores do batizado, o que indica que eram parentes. Nesse sentido, chama-nos a atenção a referência feita por Miguel Ângelo Palermo sobre a organização social desta região:

²⁹⁴ FARINATTI, L. A., *espada e a capela: relações de compadrio dos oficiais de milícia na fronteira meridional do Brasil (1816-1835)*, p. 297.

Os vacarianos são unidos, desinteressados, patriotas, progressistas, trabalhadores incansáveis e legais em máximo grau; porém, como quase todos eles estão ligados com vínculos de consanguinidade e formam de todas as famílias uma só, obedecem cegamente ao cidadão Joaquim Barbosa Marques, o qual, como patriarca, está exercendo uma influência autoritária para com eles.²⁹⁵

O testemunho de Miguel Palermo, que àquele tempo vivia na sede da freguesia em Nioac, pode ser, em grande medida, respaldado pelos assentos de batismos, pois de forma recorrente os indivíduos ligados à região da Vacaria convidavam como compadres seus próprios parentes como reforço dos laços familiares²⁹⁶. Essa tendência não deve ser considerada restrita apenas a essa região, porém é justamente nos assentos registrados ali que ocorrem a maior quantidade de compadres com sobrenomes idênticos aos dos progenitores.

O nome citado por Palermo neste escrito de 1896, como *patriarca* das famílias vacarianas, foi convidado ao menos 8 vezes como compadre conforme o quadro acima. Nesse sentido, Joaquim Barbosa Marques como *compadre preferencial* construiu seu prestígio também por meio do compadrio, tendo inclusive poder de influência política sobre diversas famílias da região.

Alguns sujeitos foram compadres/comadres em 10 ocasiões ou mais, Emerenciana de Souza Marques, Francelino Rodrigues Ramos, Misael José de Souza, Francisco de Paula e Souza e José Antônio Pereira. Este último é figura conhecida, sendo considerado por muitos como o ‘fundador’ de Campo Grande. José Antônio Pereira era casado com Maria Carolina de Oliveira, residia na província de Minas Gerais e se dirigiu para a região sul da província de Mato Grosso na década de 1870²⁹⁷. Estabeleceram-se na localidade que denominaram Campo Grande juntamente com outras famílias, que foram animadas pelas notícias das potencialidades que o local oferecia para criação de gado e agricultura de subsistência. Segundo o relato da passagem do bispo de Cuiabá pela localidade em 1886, José Antônio Pereira era pessoa proeminente e de prestígio no povoado. Além de discursar em nome do povoado ao bispo, ele preparou uma casa especialmente para a hospedagem

²⁹⁵ PALERMO, M. A. *Nioaque...* op. cit. p.73.

²⁹⁶ Ao que parece a região considerada como Vacaria por Miguel Palermo incluía as propriedades dispersas entre os rios Vacaria e Dourados (ver mapa 3). Nossa afirmação sobre a região da Vacaria se baseia na identificação feita no *Livro de batismo* pelo pároco local que, de uma forma geral, coincide com a região citada por Palermo.

²⁹⁷ MENEZOZI, A. R. *Campo Grande: personalidades históricas*, p.348.

daquela comitiva.²⁹⁸ Também lhe foi atribuída a construção de uma pequena Igreja que existia no local, em honra a Santo Antônio.

Considerando os dados aqui trazidos é possível visualizar que José Antônio Pereira construiu alianças e relações sociais com diversos indivíduos que ali residiam, via compadrio. Nesse sentido, não é possível naturalizar seu prestígio social, considerando como frutos de aptidões ‘heroicas’ e ‘arrojadas’ deste sujeito histórico. Pelo contrário, sua associação a outros sujeitos que viviam na localidade foi construída a partir de estratégias, tendo o compadrio como uma delas. Isso demonstra a importância das redes de compadrio para as sociabilidades na freguesia, e ainda reforça o caráter, muitas vezes vertical, das relações firmada na pia batismal.

No capítulo seguinte passaremos a analisar os temas aqui propostos tratando especificamente da população escrava e, da mesma forma, os indígenas.

²⁹⁸ LUZ, B. S., op. cit. *Visita...* p.181.

CAPÍTULO 4: ESCRAVOS E INDÍGENAS NA PIA BATISMAL

A realidade social da freguesia Santa Rita de Nioac era permeada também pela escravidão, que àquele período estava legalizada e disseminada em todo o Império. O recorte temporal que analisamos aqui está inserido num período importante de declínio da oferta de mão de obra escrava. Aliás, esse processo já pode ser notado a partir de meados do século XIX, quando em 1850 foi promulgada a lei de proibição do tráfico de escravos africanos para o Brasil. A partir dessa data foram promulgadas também uma sequência de medidas legais que atingiram de forma gradativa a instituição da escravidão no Império, com destaque para a chamada Lei do Ventre Livre, de 1871, que declarava livre todas as crianças filhas (as) de mães escravas.

Após 1850 a maior parcela da população escrava passou a concentrar-se nas mãos de grandes senhores, de indivíduos abastados, sobretudo, das províncias cafeeiras, que se utilizavam largamente do braço escravo nas atividades do campo.²⁹⁹ Como assinala Hebe Matos de Castro, com a diminuição do número de escravos por conta da proibição do tráfico africano e a consequente dificuldade de reposição de mão de obra africana, houve um recrudescimento do tráfico interno, a partir de um processo de migrações de escravos entre as províncias.³⁰⁰

No que tange a escravidão na província de Mato Grosso algumas características precisam ser salientadas. Segundo Luiza Volpato, em seu importante estudo sobre os *cativos do sertão*, havia grande dificuldade de obtenção da mão de obra escrava na província, e isso mesmo antes da proibição do tráfico e do crescimento negativo da população escrava.³⁰¹ No entanto, segundo a autora, a escravidão continuou sendo a forma de exploração do trabalho preponderante em Mato Grosso, pois os proprietários mantiveram-se arraigados à escravidão. A utilização da mão de obra cativa na província de Mato Grosso se deu em diferentes atividades. Muitos cativos especializaram-se nas funções de carpinteiro, lavrador, tropeiro ou ainda realizavam as tarefas de vaqueiros, curtidores, remadores, etc., sendo que a presença dos escravos permeava os espaços sociais da casa, no ambiente doméstico, e

²⁹⁹ CASTRO, H. M. M. *Laços de família e direitos no final da escravidão*, In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: Império* p.343.

³⁰⁰ Idem, p.343.

³⁰¹ VOLPATO, L. R. R.; *Cativos do sertão*, p.16.

também no espaço público das ruas, servindo muitas vezes como escravos de ganho.³⁰² Tanto na cidade quanto no campo os trabalhadores escravizados executavam funções as mais diversas, sobretudo, aquelas mais pesadas ou cuja prática era considerada de menor valor pelo homem livre, como por exemplo o carregamento de água e dejetos domésticos.³⁰³

Com o fim da Guerra e posterior reabertura da navegação do rio Paraguai ocorreu um processo de aprofundamento das relações capitalistas na região, período em que se definiu algumas alterações de ordem econômica e política na província. Segundo Volpato:

No bojo destas transformações a escravidão foi posta em xeque em Mato Grosso, aflorando questões de difícil solução para a região: a escravidão não era mais a forma de trabalho adequada e deveria ser substituída; a mão de obra do trabalhador livre e pobre era desprezível; e a província não tinha como obter o trabalhador ideal agente do progresso e da civilização – o imigrante europeu.³⁰⁴

Assim, o período de recorte aqui analisado constitui um momento em que a presença do braço escravo era cada vez menos frequente. Segundo Gláucio Knapp, que analisou cartas de liberdade e o processo de alforria no sul da província de Mato Grosso, a distância dos grandes centros econômicos e políticos do Império e sua localização numa região de fronteira, o que abria possibilidade constante a fuga, acabava por encarecer a reposição de escravos, tornando assim inviável para muitas pessoas a utilização dessa mão de obra.³⁰⁵ Ao analisar o censo realizado em 1872, Gláucio Knapp salienta que dentre todas as províncias do Império, Mato Grosso era a que apresentava o menor número de população livre, apesar de não ter a menor população em números gerais.³⁰⁶ Em 1872 a população cativa foi calculada em 6.667 escravos, sendo que desse número 771 estavam distribuídos ao sul da província.

Ainda que fosse incipiente a articulação econômica do sul de Mato Grosso com outros centros cosmopolitas do Império, o sistema escravista à época transcendia o dinamismo da atividade econômica, sendo reproduzido de forma recorrente também naquelas terras distantes e com economia ainda incipiente. É isso que nos lembra Paulo Eduardo Cabral, em prefácio de obra que compila documentos referentes a escravidão no sul

³⁰² ALMEIDA, E. A. C. *A cidade e o rio: escravidão, arquitetura urbana e a invenção da beleza. O caso de Corumbá (MS)*.

³⁰³ Idem, p.42.

³⁰⁴ VOLPATO, L. R. R.; *Cativos do sertão*, p.16.

³⁰⁵ KNAPP, Gláucio. *"por muito de minha livre vontade": As Cartas de Liberdade no Sul da Província de Mato Grosso (1840-1888)*.

³⁰⁶ KNAPP, G. *"por muito de minha livre vontade..."*, op. cit. p. 33.

de Mato Grosso.³⁰⁷ Segundo Paulo Cabral é necessário revisar uma corrente interpretativa que entende que o trabalho escravo era menos importante em regiões de economia pouco dinâmicas. A existência de diversas transações envolvendo escravos ainda na primeira metade do século XIX no sul da província aponta para a importância da escravidão na região. Assim, mesmo que a escravidão não tenha sido de fundamental relevância para a dinâmica econômica do sul da província de Mato Grosso, é preciso considerá-la como base importante de uma ordem social vigente.³⁰⁸

Aqui, trabalharemos com esta perspectiva, de que a escravidão permeava as sociabilidades e as relações de trabalho na freguesia Santa Rita de Nioac. Os dados levantados na pesquisa ajudam a entender as múltiplas relações que eram empreendidas entre a própria população escrava, e esta com os indivíduos livres que viviam na freguesia Santa Rita de Nioac. Nosso intuito aqui é traçar um panorama geral acerca da presença de cativos na freguesia e demonstrar que os vínculos entre estes sujeitos e a população livre era permeada também por estratégias e alianças firmadas na pia batismal. Além disso, discutiremos questões envolvendo a família escrava, pois as fontes apontam para a existência dessas famílias no interior da freguesia.

Cabe ressaltar que essa temática tem sido objeto de estudo de diversos trabalhos na historiografia atual, que se utilizam dos registros paroquiais para entender, dentre outras coisas, as relações de compadrio firmadas por escravos, a constituição da família escrava, autonomia dos sujeitos escravos, etc. Estas pesquisas têm demonstrado que as histórias vividas pelos escravos no Brasil são bem mais densas, múltiplas e ricas do que supunham muitos historiadores. Inspirados na premissa de que as mulheres e homens escravizados são sujeitos históricos, e que assim construam suas trajetórias com base em estratégias, significados e lógicas próprias, estes trabalhos se inserem num novo interesse historiográfico surgido a partir da década de 1980 no Brasil. Também, a utilização de recursos documentais antes não tão usados, como as fontes eclesiásticas e cartoriais, permitiram a revisão de teses já consagradas na historiografia nacional, como aquela defendida por Gilberto Freyre ou mesmo a perspectiva da chamada Escola Paulista.³⁰⁹

³⁰⁷ PENTEADO, Y. (org). *“como se de ventre livre nascido fosse...”: Cartas de liberdade, revogações, hipotecas e escrituras de compra e venda de escravos. 1838 – 1888.*

³⁰⁸ Idem.

³⁰⁹ ROCHA, S. P. *Gente negra na Paraíba oitocentista*, op. cit.

Nossa intenção, portanto, visa corroborar, sem grandes pretensões dado as limitações das fontes utilizadas nessa pesquisa, com essas discussões que enxergam os escravos enquanto sujeitos históricos e que construam suas trajetórias a partir das contingências do seu contexto de vida. Esses sujeitos lançavam mão de formas de negociações cotidianas, de laços de solidariedade e amizades que contribuam para certa autonomia na construção de suas vidas. Dessa forma, a instituição do compadrio pode ser considerada como um meio de atingir esses objetivos.

O *Livro de batismo* aqui analisado traz um total de 41 assentos³¹⁰ de filhos (a) de mães escravas, que já nasceram livres segundo a legislação vigente àquele momento no Império.³¹¹ O recorte temporal em que ocorreram estes batizados está entre os anos de 1879 e 1886. Como já afirmamos aqui, o *Livro de batismo* possuía espaço específico para o preenchimento dos assentos de filhos de escravas, o que é caso particular em todo o livro.

A partir destes assentos, que registram filhos de ventre livre, constatamos a existência de uma quantidade significativa de escravos na freguesia, o que de alguma forma nos saltou aos olhos, dado as recorrentes afirmações de certa historiografia regional que pretende abrandar o impacto da escravidão na região e considerá-la pouco relevante nessa conjuntura³¹².

Levando em consideração as dificuldades de se possuir um escravo naquele contexto, podemos considerar que a quantidade de escravos na freguesia era expressiva, pois os dados trazidos no *Livro de batismos* referente a esse estrato da população ainda são parciais, e compreendem apenas aqueles escravos que de alguma forma entraram em contato com o rito do batismo, sendo padrinho/madrinha ou mesmo progenitor do batizado. Assim, certamente, existiam outros escravos que também viviam na freguesia, mas não foram registrados no presente livro.³¹³

O quadro abaixo traz a quantidade total dos indivíduos escravos presentes no *Livro de batismo*, ou seja, neles estão incluídos tanto os progenitores do batizado como também os padrinhos/madrinhas. Importante notar que a maior parte dos escravos presentes no

³¹⁰ Como já foi salientado aqui, no trecho do Livro que registra filhos de mães escravas três páginas se perderam, o que aumentaria o número de assentos de 40 para 49 assentos, levando em consideração que em cada página geralmente eram inseridos 3 assentos.

³¹¹ Pela lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871, também conhecida por “Lei do Ventre Livre”.

³¹² BRASIL, M. C., *História e historiografia da Escravidão no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul*, p.5.

³¹³ Lembro aqui que existiam escravos e proprietários, presentes na documentação compilada pela obra PENTEADO, Y. (org). “*como se de ventre livre nascido fosse...*”, op. cit., que não aparecem no presente *Livro de batismo*.

quadro abaixo eram mães (63%), o que indica que eram jovens ou adultas em idade fértil. Também inserimos os nomes dos proprietários de escravos e suas respectivas localizações, conforme aparecem nos assentos.

Quadro 13. Quantidade de escravos presentes no Livro de batismo por proprietário

Proprietário	Quantidade de escravos	Localização descrita no livro
Emerenciana de Souza	4	Desobriga
Antônio Alves de Lima	4	Nioac
Manuel Ferreira de Mello	4	Nioac
Ladislau Marcondes de Oliveira Campos	4	Desobriga
Marcelino Alves de Rezende	4	Desobriga
Francisco Garcia Leal Pael	3	Desobriga
Venceslau José Martins	3	Campo Grande
Maria da Conceição e Souza	3	Fazenda Água Fria
Gustavo Adolpho Ferreira Machado	3	----/Residência de João de Moraes Ribeiro**
Nestório José Martins	3	Desobriga
Manuel Ignacio Ferreira	2	----
Francisco David de Medeiros	2	Desobriga
Sem identificação de proprietário	2	Desobriga
Vicente Lopes Azambuja	2	Desobriga
Deolinda Cândida Silveira	2	Nioac
Maria Candia de Azerêdo	2	Desobriga
Luiza das Mercês Fernandes	2	Desobriga
Cap. Rogaciano Monteiro de Lima	1	Nioac
João Anastácio de Monteiro	1	----
José Joaquim de Souza	1	Nioac
José de Arruda Fialho	1	Nioac

José Garcia Diniz	1	----
Lazaro Antônio Borges	1	Nioac
Ten. Amintas Silvano de Brito	1	Nioac
Ignacio Gonçalves Barbosa	1	----
TOTAL DE ESCRAVOS	58	-
MÃES ESCRAVAS	37 (63%)	-
PAIS ESCRAVOS	7 (12%)	-
PADRINHOS/MADRINHAS ESCRAVOS	14 (24%)	-

Fonte: *Livro de batismos*. *Apenas um batismo foi realizado na residência de João de Moraes, os outros três não possuem descrição do local.

É importante observar os nomes dos senhores de escravos, pois essa informação indica que aquele indivíduo tinha posses que lhe permitiam manter sob sua administração a mão de obra escrava. Note-se também que estes, certamente, não eram os únicos proprietários de escravos da freguesia, mas apenas aqueles proprietários que tiveram escravos levando seus filhos a pia batismal.

Lembramos que não estão presentes nesses números os filhos dos escravos, pois, segundo a lei em vigor naquele período, estes já não poderiam ser assim considerados, pois eram livres desde o nascimento³¹⁴. Os assentos aqui analisados não trazem nenhum registro de batismo de escravos adultos, o que indica que os escravos adultos da freguesia já eram batizados.

Como é possível visualizar no quadro acima, a maior parte dos escravos presentes no livro encontravam-se desobriga, ou seja, em fazendas e ambientes rurais. Mesmo naqueles casos em que a informação não consta é possível supor que estes batismos foram feitos também em desobriga, pois, o pároco assinalava frequentemente quando o batizado era realizado na sede da freguesia em Nioac, ou outro povoado, como Campo Grande. Assim, é possível pensar que 37 dos 58 escravos presentes no livro estavam associados ao ambiente rural das fazendas, no trabalho do campo, servindo de mão de obra para as atividades desenvolvidas naquelas propriedades. Os outros estavam estabelecidos ou na sede da freguesia em Nioac ou no núcleo populacional de Campo Grande.

Outro dado importante a ser mencionado é a existência de mulheres como proprietárias de escravos, com destaque para Emerenciana de Sousa que possuía ao menos

³¹⁴ No total foram 40 filhos de escravos batizados.

4 escravos. Segundo informações do próprio *Livro de batismo*, da parte que consta os assentos de livres, Emerenciana residia na fazenda Água Fria e era esposa de Antônio Gonçalves Barbosa Marques³¹⁵.

Após essas primeiras informações, que nos ajudam a entender um pouco da comunidade escrava na freguesia, passaremos às considerações sobre as relações sociais dessa população, procurando entender, mesmo que parcialmente, como esses sujeitos construíram seus vínculos de compadrio naquele contexto. Para isso, é importante analisar cuidadosamente os nomes, as famílias, as datas e os locais onde ocorreram os respectivos batismos, para uma melhor compreensão das relações firmadas na pia batismal que, entre outras coisas, revelam uma convivência cotidiana que precede o rito, a intenção de ampliação de laços parentais e o reforço de relações sociais preexistentes ou criação de novos.

Ao analisar tendências nas relações de compadrio entre escravos na região do recôncavo baiano, durante os séculos XVIII e XIX, Gudeman e Schwartz produziram um importante trabalho que nos interessa destacar neste momento³¹⁶. Estes autores, criticaram a ideia de que as relações sociais firmadas no batismo eram usadas somente para conectar pessoas de classes sociais distintas, como forma de manter vínculos de laços clientelistas. Nesta tese, defendida em muitos momentos pela literatura antropológica, o religioso teria apenas a função de estabilizar o secular, ou seja, “os padrinhos são patronos, os afilhados e seus pais são clientes”.³¹⁷ Nesse raciocínio o senhor seria a pessoa mais indicada para apadrinhar seus escravos, pois o compadrio seria um instrumento a mais de reforço da dominação sobre seus escravos. Gudeman e Schwartz relativizaram essa tese, a partir da análise minuciosa dos livros de batismos da região em estudo, pois concluíram que em nenhum caso o senhor serviu como padrinho para os filhos de seus próprios escravos.

A partir dessa constatação, esses autores propuseram que isso acabava ocorrendo por conta daquilo que chamaram de um “conflito entre dois idiomas e instituições”, quais sejam, a Igreja e a escravidão. Para eles a relação espiritual proposta no compadrio era incompatível com a relação de dominação ensejada pela posse escrava, representando assim práticas antagônicas. “Se o vínculo do apadrinhamento era uma relação espiritual de proteção, o

³¹⁵ *Livro de batismo*, fôlio 78v.

³¹⁶ GUEDEMAN, S. SCHWARTZ, S., *Purgando o pecado original*, op. cit.

³¹⁷ Idem, p.40.

vínculo senhor-escravo era uma relação assimétrica de propriedade. Onde um representava socorro, o outro representava subserviência”.³¹⁸

Nesse sentido, os dados obtidos no *Livro de batismo* aqui analisado nos indicam que a instituição do compadrio na freguesia de Nioac foi semelhante àquela observada por Gudeman e Schwartz na região do Recôncavo. Isto, porque em nenhum dos batizados de filhos de escravos realizados na freguesia o proprietário foi escolhido como padrinho. Aliás, é importante lembrar que esse livro comporta batismos realizados já durante a Lei do Ventre Livre, o que poderia ensejar a prática eventual de apadrinhamento dos filhos de escravas por parte dos proprietários, já que as crianças eram legalmente livres. Porém, isso não ocorreu, mesmo nestas condições.

Os escravos da freguesia Santa Rita de Nioac escolheram, portanto, outras pessoas para apadrinharem seus filhos e ser seus compadres e comadres. Na expressiva maioria das vezes esta escolha privilegiou pessoas livres, ocorrendo também casos, em menor número, de apadrinhamento entre escravos. Assim, em 90% dos batismos de filhos de escravos, ou seja, em 36 batismos, foram escolhidos os dois compadres livres ou pelo menos 1 padrinho ou madrinha livre. Somente em 4 batismos os padinhos e madrinhas eram escravos. Estes números demonstram o caráter estratégico das composições de compadrio firmadas pelos cativos, pois eles claramente procuravam criar laços sociais verticais com indivíduos livres.

Uma pergunta que nos surge ao analisarmos estes dados é acerca da liberdade dos escravos em escolher seus padinhos, ou seja, qual o grau de autonomia desses indivíduos para escolher aqueles que iriam apadrinhar seus filhos e se tornar assim seus compadres? Para tentar responder essa questão, que se coloca importante para entendermos como se dava as relações sociais dos escravos no interior daquela sociedade, é necessário analisar o *Livro de batismo* como um todo, pois a maior parte dos nomes dos padinhos/madrinhas livres e dos proprietários que aparecem no trecho dedicado aos filhos de escravos, também estão presentes no restante do livro. Assim, é possível verificar com quem esses sujeitos estavam vinculados.

Ao realizar uma busca dos nomes de padinhos/madrinhas escolhidos pelos escravos em todo o livro, uma informação logo nos chamou a atenção. Uma parte significativa dos padinhos/madrinhas estavam de alguma forma ligados ao proprietário daqueles escravos. Para citar um exemplo, selecionamos o caso da escrava Graciana, de propriedade de Vicente

³¹⁸ Idem, p.42.

Lopes Azambuja, que teve como padrinho e madrinha de seu filho Joaquim, o filho de seu proprietário, Antônio Vicente Azambuja, e uma comadre de seu proprietário, Maria Luiza de Souza³¹⁹.

Padrão semelhante a este, em que os padrinhos/madrinhas dos escravos eram vinculados por consanguinidade ou parentesco espiritual ao senhor, aparece de forma recorrente nos assentos. Dessa forma, essa tendência na composição do compadrio dos escravos presentes na freguesia Santa Rita de Nioac, procurava reforçar os vínculos sociais no interior de um mesmo grupo, o qual o senhor estava ligado. Os cativos, portanto, escolhiam como os padrinhos de seus filhos, indivíduos que já eram conhecidos de seus proprietários ou que pertenciam a parentela senhorial. Nesse sentido, a escolha dos padrinhos não se deu unicamente pela vontade dos escravos, mas sim a partir de uma interação entre esta vontade e as possibilidades oferecidas pelo senhor. A influência senhorial nesse processo deve ser considerada, afinal, os escravos eram propriedades de valor e assim, deveriam inspirar cuidados por parte do senhor.

Os diversos registros de batismos também apontam para a existência de mobilidade destes cativos entre as propriedades de indivíduos vinculados ao senhor. As escolhas de padrinhos e madrinhas que eram escravos de outros senhores indicam que estes cativos transitavam entre as propriedades para manter laços de amizade e solidariedade entre si. Em 10 batismos foram convidados ao menos um padrinho/madrinha escravo (a), e destes, 4 eram escravos do mesmo senhor. Foi como procedeu a cativa Paula, que convidou como madrinha de sua pequena filha Maria Izabel, a escrava Mariana, que era, juntamente com a mesma Paula, escrava de Francisco Garcia Leal Pael.³²⁰

Nos outros 6 batismos, os cativos convidados para apadrinhar pertenciam a outro senhor, que, porém, era ligado de alguma forma ao proprietário do escravo que levou a criança ao batismo, seja por laço de consanguinidade ou por relações de compadrio. Estes escravos transitavam entre as propriedades dos seus senhores e dos respectivos compadres destes, o que viabilizava contatos com outros escravos que culminaram na pia batismal. É necessário considerar, como salienta Leticia Guterres, que os escravos procuravam conhecer as múltiplas redes de relacionamento a que estavam ligados o senhor, e quando possível se vincular a elas através do compadrio, com o intuito de amenizar incertezas próprias de sua

³¹⁹ *Livro de Batismo, fôlio 78.*

³²⁰ *Livro de Batismo, fôlio 82.*

condição de escravo.³²¹ Da mesma forma, poderia ocorrer também a prestação de serviços esporádicos para aqueles indivíduos ligados ao proprietário.

Consideraremos agora uma importante questão ligada a escravidão, que é presença de famílias escravas formalizadas pelo matrimônio católico.

4.1 Família escrava

Entre a população escrava da freguesia Santa Rita de Nioac, existiam algumas famílias constituídas legalmente conforme os ritos instituídos pela Igreja Católica e pela legislação vigente. Esta temática é importante, pois durante muito tempo a historiografia desconsiderou estas formações familiares no âmbito da escravidão, dando ênfase as significativas taxas de ilegitimidade entre os escravos. Ao longo da década de 1970 e 1980 alguns trabalhos discutiram esta questão, e colocaram em cheque teses já consagradas na historiografia brasileira. Segundo Paulo Roberto Moreira e Natália Garcia, é preciso romper com a ideia de um “cativo insólito”, que apenas espelhava as vontades e as necessidades do seu senhor³²². Para estes autores, a historiografia acabou concordando inconscientemente com a visão das elites sobre o comportamento dos escravos, e considerando estes sujeitos como “não-homens”.

[Para muitos historiadores] Esses *não-homens* não tinham concepções próprias (sobre a vida, sobre a organização familiar) e não agiam, apenas reagiam *espasmodicamente* aos desmandos senhoriais, das formas possíveis que a sua *limita* consciência permitia.³²³

Dessa forma, estas correntes historiográficas deixavam transparecer uma ideia comum nos oitocentos, que se expressa na frase: “negro não se casa, apenas se junta”. As explicações para a *inexistência* de famílias formais entre escravos se dava, sobretudo, pela falta de normas e regras morais que provocava um estado de *anomia social* entre estes

³²¹ GUTERRES, L. B. S., *Escravidão, família e compadrio*, op. cit., p.135.

³²² Destaca-se nessa corrente interpretativa da escravidão no Brasil a chamada *Escola Paulista*, cujos expoentes enfatizaram a violência do sistema escravista e a exploração do trabalho escravo, como forma de reavaliar a visão freyreana escravidão, que era considerado por demais ‘amena’. Autores como Emília Viotti, Otávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso propuseram teses em que as populações escravas eram vislumbradas exclusivamente para negarem a violência do sistema, surgindo assim os conceitos de escravo-rebelde, escravo-coisa e classe impotente defendidos por estes autores, ROCHA, S. P., *Gente Negra...* op. cit. p.32.

³²³ MOREIRA, P. R.; GARCIA, N. P., *Negro não se casa: um balanço da historiografia sobre família escrava no Rio Grande do Sul*, p.41. [grifo do autor]

indivíduos.³²⁴ Contudo, novas propostas de análise passaram a indicar que os altos índices de ilegitimidade entre os escravos não serviam de prova da inexistência da família escrava.³²⁵ No caso da freguesia em estudo, existiam famílias escravas estáveis, e isso pode ser atestado através dos assentos do *Livro de batismo*.

Ao contrário dos dados referentes aos batizados de livres, a maior parte dos assentos de filhos de escravos são de ilegítimos. De um total de 40 assentos, 8 são de filhos legítimos, 6 não possuem a condição do nascituro descrita e os outros 26 foram registrados como filhos ilegítimos. Assim, sendo mais elevado o índice de relacionamentos informais entre a população cativa, podemos considerar que o matrimônio se constituiu como um elemento de distinção entre os escravos na freguesia.

No quadro abaixo descrevemos as famílias escravas presentes no *Livro de batismo* com seus respectivos filhos, proprietários e locais onde viviam. Note-se que estas famílias, possivelmente, não eram as únicas famílias escravas formais que viviam na freguesia, mas sim aquelas que tiveram filhos e os levaram ao batismo.

Quadro 14. Famílias escravas na freguesia Santa Rita de Nioac

Casais	Filhos – idade no batizado	Proprietário (a)	Localização
Martinho Gertrudes	Luiza – 3 anos	Emerenciana de Sousa	Desobriga*
Joaquim Francisca	João – 2 anos Manuel – 10 meses Rita – 1 ano Maria – 3 meses	Venceslau José Martins	Desobriga**
Adão Mariana	Mariana – 1 ano	Maria da Conceição e Sousa	Fazenda Água Fria*
Adão Amélia	Joaquim – 3 meses	Antônio Alves de Lima	Igreja matriz em Nioac
Jeronimo Benedita	Sebastião – 1 ano	Marcelino Alves de Rezende	Desobriga**

Fonte: *Livro de batismos, fólhos 78 a 84*. *região da Vacaria; ** Campo Grande.

³²⁴ A utilização do conceito de anomia social, de autoria do sociólogo Émile Durkheim, para se referir as características sociais dos escravos no Brasil foi levada a cabo por Florestan Fernandes, para quem “Todas as esferas do comportamento e da vida social do negro e do mulato acabaram sendo mais ou menos contaminadas pelos influxos sociopáticos de um estado de anomia crônico, antes suscetível a piorar do que se autocorrigir.” Apud GUTERRES, L. B. S., *Escravidão, família e compadrio*, op. cit., p.93.

³²⁵ GUTERRES, L. B. S., *Escravidão, família e compadrio*, op. cit., p.94.

Estes casais unidos pelo matrimônio católico viviam em diversos lugares da freguesia, como pode ser notado na coluna localização. Na sede da freguesia em Nioac, no povoado de Campo Grande, ou em fazendas da região da Vacaria existiam famílias escravas. É possível localizar nestas composições familiares uma trama de conformações de interesses senhoriais e dos cativos.

Segundo Daniele Weigert, os proprietários procuravam nestes casos assegurar o domínio senhorial, e os cativos almejavam melhores condições de cativo. Para Robert Slenes, o incentivo a formação da família escrava poderia ser uma estratégia senhorial, que consistia em tornar os cativos dependentes de suas próprias solidariedades e projetos domésticos, instituindo assim, através da ameaça e da coação, um “sistema diferencial de incentivos”.³²⁶ Assim, os cativos com família eram menos propensos à fuga e a rebelião, pois tinham maior receio de uma eventual separação de seus parentes.

Ademais, é preciso considerar, como lembra Daniele Weigert parafraseando Moses Finley, que o escravo vivia em uma situação problemática, pois na maioria das vezes, ele era um “estrangeiro desenraizado”. Estrangeiro, num primeiro sentido por estar originalmente fora da sociedade em que era introduzido como escravo, e segundo porque lhe era negado o mais elementar dos laços sociais, o parentesco.³²⁷

Com isto não queremos atestar a inexistência da família escrava, mas sim que esta era de alguma forma um privilégio concedido pelo senhor, que da mesma forma poderia ser retirado. Para o escravo, no entanto, a composição de uma família formalizada constituía como um elemento de diferenciação no grupo.

Está vinculado por relações de parentesco fazia com que os escravos não fossem relacionados apenas às funções produtivas que desempenhavam, eram pai/mãe, filho/filha, esposo/ esposa, padrinho/madrinha e compadre/comadre papéis que os diferenciavam e eram fontes de significações que remetem a uma comunidade baseada em relações de parentesco. Nesse sentido, o parentesco possibilitou que os escravos ultrapassassem as estâncias do cativo.³²⁸

Das famílias escravas apresentadas no quadro anterior, destaca-se o casal Joaquim e Francisca, de propriedade de Venceslau José Martins. Este casal, levou dois filhos ao

³²⁶ SLENES, R. W. *Senhores e subalternos no Oeste paulista*. In: ALENCASTRO, Luis Felipe de (Org). *História da Vida Privada no Brasil: Império*, p. 236.

³²⁷ WEIGERT, D., *Compadrio e família escrava em palmas, província do paraná (1843-1888)*, p.48.

³²⁸ Idem, p. 72.

batismo na data de 3 de julho de 1881, os pequenos João e Manuel, com idade de 2 anos e 10 meses, respectivamente³²⁹. Ao considerar pela idade de seus filhos é possível supor que este casal já estava unido havia mais de 2 anos em 1881. Após essa data, no dia 4 de novembro de 1883, os escravos Joaquim e Francisca levaram mais dois filhos ao batismo, Rita de 1 ano e a pequena Maria de 3 meses³³⁰.

Este casal constitui um exemplo interessante de família escrava estável na freguesia Santa Rita de Nioac, pois ao longo de 4 anos de união, considerando o ano de nascimento de seu primeiro filho, eles tiveram 4 filhos, sendo uma média de um filho por ano. Este padrão era semelhante ao de muitas famílias livres que viviam na freguesia.

Infelizmente não temos maiores informações sobre as famílias escravas que viviam na freguesia, porém os indícios aqui apontados revelam que a composição de laços familiares envolvendo escravos nessa região, que era marcada por uma economia agrária voltada para a produção interna, foi uma estratégia adotada por estes indivíduos na construção de suas trajetórias de vida.

Ao citar as famílias escravas formais, não desconsideramos a possibilidade de outras formas de composição familiar entre escravos na freguesia. Aliás, é possível visualizar no *Livro de batismo* algumas mães solteiras que levaram mais de um filho à pia batismal, o que indica a possibilidade de relações informais estáveis entre estas mães e os pais daquelas crianças. Este é o caso da escrava Graciana, que no dia 20 de novembro de 1879 levou dois filhos ao batismo, Joaquim e Isidoro, de 3 e 2 anos, respectivamente.³³¹ Lamentavelmente, o não registro da paternidade destas crianças torna difícil precisar as relações mantidas por estas escravas.

Dedicamos estas linhas, na intenção de demonstrar as múltiplas relações mantidas por escravos na freguesia Santa Rita de Nioac. As diversas trajetórias construídas por estes sujeitos demonstram que a escravidão permeava diversos espaços daquela sociedade, sendo impossível entendê-la sem considerar a presença dos sujeitos cativos que ali viviam.

A seguir trataremos de analisar a presença da população indígena na freguesia, considerando que sujeitos de diversas etnias também viviam nessa região, e da mesma forma mantiveram múltiplos laços de sociabilidades naquela sociedade.

³²⁹ *Livro de Batismo*, fôlio 79.

³³⁰ *Livro de Batismo*, fôlio 81.

³³¹ Além de Graciana, detectamos outras quatro mães solteiras que tiveram mais de 1 filho, Maria, Eufrosina, Lucila e Justina.

4.2 Os indígenas na freguesia Santa Rita de Nioac

As informações levantadas na pesquisa apontam para um dado importante acerca da dinâmica populacional da freguesia Santa Rita de Nioac, que é a importância das populações indígenas na constituição daquela sociedade. É preciso notar que os indígenas já estavam presentes na região de Nioac desde o momento em que ocorreu as primeiras iniciativas de ocupação não indígena na região. Na localidade em que foi instalada a freguesia de Nioac, na primeira metade do oitocentos, é possível notar a presença de diversos agrupamentos indígenas. Os contatos com etnias como os Kaiowa, Kadiwéu e Terena, por exemplo, são citados em relatos de viajantes, cronistas, missionários, militares, etc. como grupos indígenas que habitavam a região do planalto sul de Mato Grosso.³³²

A própria literatura memorialista que se propõe narrar os eventos que consideram responsáveis pela formação do núcleo populacional de Nioac, enfatiza a participação de indígenas nesse processo histórico, servindo como mão de obra e auxiliando no conhecimento da região em favor dos ‘primeiros ocupantes’. Ademais, o destaque para as populações indígenas como bandoleiros, hostis e violentos é comum nas narrativas construídas pelo escritor Hélio Serejo. Dando um caráter secundário e paralelo à participação indígena, seus escritos citam em diversos momentos alguns nomes de personagens indígenas que ficaram pejorativamente na memória popular da localidade, como um dito Lixagates, que era capitão dos Kadiwéu e “costumava beber o sangue de suas vítimas, logo após a degola”, e ainda “era senhor e dono de mais de quarenta mulheres, possuindo aproximadamente setenta filhos”.³³³

Da mesma forma, na construção do autor sobre o processo de ocupação da região, a narrativa é construída procurando enfatizar o caráter paternalista e zeloso dos indivíduos que chegavam àquelas terras, que sempre se propunham a evitar conflitos. Ao descrever o momento de entrada das primeiras famílias que propunham se afazendar na região do córrego Urumbeba, Serejo afirma que “o índio bateu o pé firme” e que “muitas vezes os brancos se retiraram a fim de evitar a carnificina certa”.³³⁴ O tratamento dado pelos escritos

³³² Nesse sentido verificar os relatos já aqui citados de Joaquim Francisco Lopes e Epifanio Candido de Sousa Pitanga, ambos exploradores da região na primeira metade do século XIX.

³³³ SEREJO, H., *Nioaque um pouco de sua história*, p. 255.

³³⁴ Idem, p.257.

de Hélio Serejo é característico de uma visão acerca dos indígenas, considerados selvagens, não afeitos a moral religiosa e às práticas consideradas civilizadas.

Certamente, relações de conflitos, tensões e disputas ocorreram com frequência entre indígenas e não indígenas na região do planalto sul da província de Mato Grosso. A própria Guerra com o Paraguai foi um fator de importante impacto para diversas etnias que viviam na região, como os Terena e Kaiowa, que tiveram sua cultura profundamente marcada pelo conflito.³³⁵ Portanto, deve-se levar em conta os efeitos históricos desse processo também para as etnias que viviam na região, pouco mencionadas até este momento.

Ao analisarmos os indígenas nos registros de batismos da paróquia Santa Rita de Nioac, temos o interesse de demonstrar que o contato com as famílias não indígenas que se instalaram na freguesia também foi marcado por relações de convivência e apadrinhamento.

Foram registrados 113 batizados de indígenas em todo o livro.³³⁶ É importante lembrar que esses assentos não foram descritos em local específico do livro, mas inserido juntamente com os registros de livres. Também, cabe enfatizar, que a quantidade de indígenas aqui descrita representa apenas um número parcial da totalidade que residia nos limites da freguesia. Pelo menos 7 etnias distintas foram descritas como sendo Terena, Kaiowa, Guaicuru, Coroado³³⁷, Guarani, kinikinau e Chamacoco. Os registros contemplando nascimentos de Terena são os predominantes perfazendo um total de 65 indivíduos batizados.

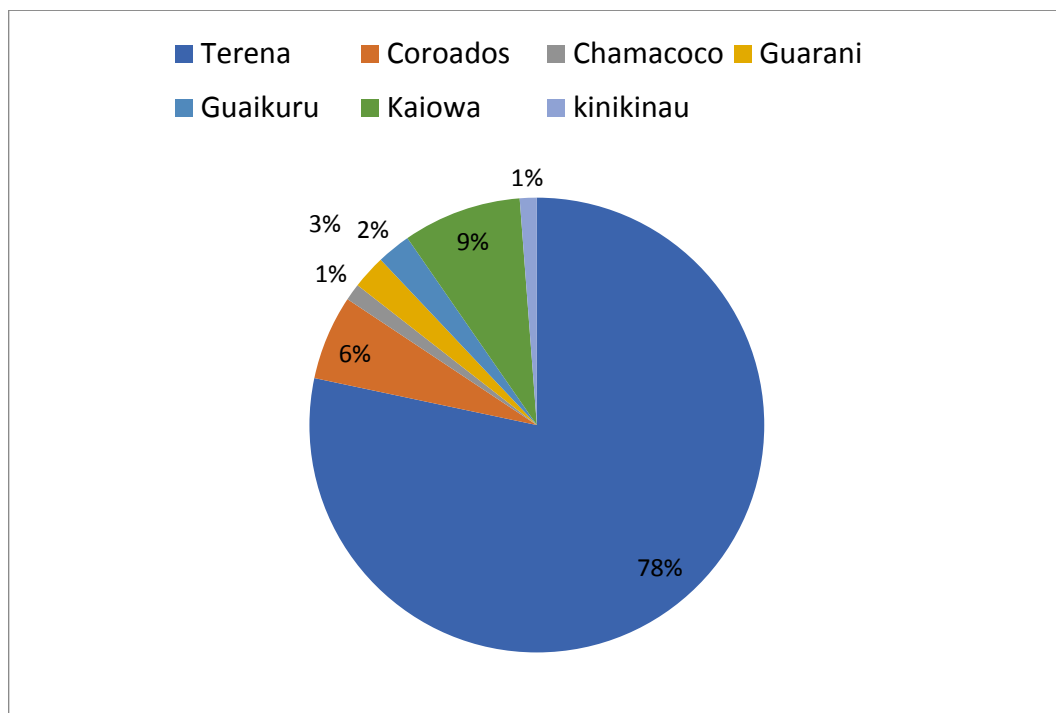
No quadro abaixo apresentamos os dados gerais em porcentagem da presença das etnias no livro de batizados em análise.

³³⁵ No que se refere aos Terena ver: MOURA, N.; Acçolini, G., *Os Terena em Mato Grosso do Sul*, p.250. Para o caso dos Kadwéu, SILVA, G. S., *De Mbayá-Guaikurú a Kadiwéu: uma sociedade de artistas e guerreiros*, p. 278.

³³⁶ Torna-se importante frisar que o número de indígenas presentes na freguesia e em contato com não indígenas era muito maior, sendo que no número total de 113 refere-se unicamente aos indígenas batizados, e, portanto, não estão contadas as mães, pais e muitos outros indivíduos que viviam naquela sociedade.

³³⁷ Segundo Chiara Vangelista a denominação *Coroados* referia-se a etnia Bororo, VANGELISTA, C. *Os Boe Bororo*, p.163. Porém, este era um termo comum que também poderia se referir a outras etnias indígenas. Aqui adotarei a terminologia que presente na fonte, pois é difícil ter certeza a que etnia o pároco se referia.

Gráfico 3. Etnias registradas no Livro de Batismos da Freguesia Santa Rita de Nioac



31 do total de 113 registros de batizados indígenas não declaram a etnia do batizando, o que poderia alterar o quadro acima. Porém, não de forma substancial a ponto de ultrapassar a etnia Terena, que ainda estaria em maior número. O predomínio de indígenas Terena nas atas de registro não foi grande surpresa, dado o processo histórico de ocupação da região por esta etnia. Os Terena viviam na extensão do rio Miranda e seus afluentes no período anterior à guerra e foram alvos de missões católicas, sobretudo, pela atividade catequizadora do Frei Mariano de Bagnaia na vila de Miranda.³³⁸ Após a guerra, segundo Vera Lucia Vargas:

As Aldeias Terena foram destruídas na região de Miranda; o território que ocupavam antes da Guerra foi invadido e a maior parte dele, convertida em propriedades particulares. Essa situação provocou o retorno de muitos índios para as terras que ocupavam durante a guerra – que formam atualmente as aldeias de brejão em Nioaque, Limão Verde em Aquidauana e Buriti, na região de Dois Irmão do Buriti e Sidrolândia – onde possuíam lavouras formadas e alguns animais. [...] de senhores do território que ocupavam, passaram a mão de obra explorada pelos fazendeiros³³⁹.

³³⁸ MOURA, N.; Acçolini, G., *Os Terena em MS*, Op. cit. p.251.

³³⁹ VARGAS, V. L. F., *A dimensão sócio-política do território para os Terena: As aldeias nos séculos XX e XXI*, p.65.

Assim, muitas famílias Terena ficaram dispersas na região compreendida entre a vila de Miranda e freguesia de Santa Rita de Nioac. Vale lembrar que apesar de muitos Terena lutaram em favor do Brasil durante a Guerra, tendo como garantia a concessão de terras, o ‘acordo’ não foi honrado pelo governo brasileiro³⁴⁰. No entanto, nesse mesmo período títulos de propriedades foram expedidos em favor de militares e civis não indígenas.

Ao analisar a taxa de ilegitimidade, verificamos que quase a totalidade dos registros de indígenas são de crianças naturais. Os dados referentes ao estado de nascimento dos batizados indígenas são importantes, pois ajudam a entender a relação destes sujeitos com a sociedade não indígena. É predominante a presença de batismos ilegítimos, sendo que quase a totalidade dos registros indígenas são de filhos naturais. Também ocorreram muitos casos em que a situação do nascituro não é nem mesmo declarada. Quando isso ocorre, certamente o batizado era ilegítimo, pois nem mesmo o nome da mãe, muitas vezes foi citado, como se segue:

No dia oito de junho de mil oitocentos e setenta e nove em desobriga baptisei solemnemente a Galdina india da tribo dos Coroados com sete anos mais ou menos. Forão padrinhos Joaquim Gonçalves Barbosa e Rosalina Garcia Leal. E para constar lavrei este assento. Santa Rita de Nioac nove de junho de 1879. O Pro-párocho Simão Moreira da Rocha, Capelão Tenente³⁴¹.

A ausência do nome da mãe pode ocorrer por escolha do pároco ao registrar o batismo ou mesmo pelo fato de ignorar essa informação. Ao mesmo tempo, nos faz indagar e evidencia a necessidade de pesquisas: como essas crianças ali chegaram e como eram tratadas? Quais os seus destinos?

É importante frisar, neste aspecto, que a Igreja, e mesmo a legislação do Império, não reconheciam formalmente as relações familiares tradicionais das populações indígenas, o que certamente influenciou no alto índice de filhos ilegítimos.

Nos registros de indígenas aparecem os únicos casos de batismos de adultos, o que indica que o contato que eles tinham com as práticas religiosas católicas ainda era recente. Fica evidente isso, por exemplo, quando observamos casos como o da índia adulta Candida, da etnia dos Guarani, que foi batizada em 1881 juntamente com seu filho Fortunato aos doze dias de junho daquele ano³⁴². O batismo da mãe juntamente com seu filho é um caso exemplar

³⁴⁰ MOURA, N.; Acçolini, G., *Os Terena em MS*, Op. cit. p.251.

³⁴¹ *Livro de Batismo, fólho 21v.*

³⁴² Nesse caso a situação de nascimento dos dois não é indicada, sendo certamente ilegítimos.

de contato recente com doutrinas e práticas católicas. Neste sentido, outro caso é o do índio Terena Antônio. Seu registro aparece da seguinte forma:

Antonio, filho de pais incógnitos, índios Terenos, e com perto de 40 annos de idade, foi ritualmente catequisado, e depois solemnemente baptisado, seguindo as normas dos rituais Romanos de batismo adultorum, no dia 16 de agosto de 1889, na Igreja de S. Antonio, achando-me em visita de desobriga em Campo Grande. Foram seus padrinhos o Ilmo. senhor Joaquim de Carvalho e a Senr. Francisca Severina de Oliveira Sobrinho. Campo Grande, 16 de Agosto de 1889³⁴³.

A descrição acima foge à regra dos demais registros, acrescentando a informação da catequese, e que o batismo para aquele adulto seguiu rituais específicos. Não temos mais informações sobre Antonio, no entanto é possível supor que aquele indígena estava se inserindo, por conta própria ou não, naquela sociedade por meio da catequese e batismo, que eram práticas que ultrapassam o valor apenas religioso.

No gráfico abaixo expomos a relação anual dos batizados de indígenas durante o período de recorte do *Livro de batismo* e a respectiva condição de nascimento destes batizados.

³⁴³ *Livro de Batismo, fólho 127v.*

Quadro 15. Relação anual dos batizados indígenas

ANO	QUANTIDADE DE BATIZADOS INDÍGENAS	SEXO		SITUAÇÃO DO NACITURO	
		F	M	Ilegítimos	Legítimos
1878	5	2	3	5	
1879	14	10	4	14	
1880	----	----	----	----	----
1881	9	4	5	9	
1882	20	10	10	20	
1883	----	----	----	----	----
1884	----	----	----	----	----
1885	----	----	----	----	----
1886	11	3	8	11	
1887	----	----	----	----	----
1888	13	8	5	13	
1889	26	8	18	23	3
1890	4	3	1	4	
1891	11	8	3	4	7
TOTAL	113	56	57	103	10

Como pode ser visto no quadro acima os dados mostram uma paridade quanto ao gênero dos batizados, não existindo, portanto, maior incidência de homens ou mulheres. Os registros de filhos indígenas legítimos só ocorrem a partir do ano de 1889, ou seja, apenas 12 anos após a instalação da paróquia em Nioac, o que pode ter facilitado o processo de casamento de homens e mulheres indígenas. É importante frisar que 8 dos 10 batismos de filhos legítimos foram realizados na Igreja matriz em Nioac, o que indica que estes casais residiam naquela localidade. Os outros 2 batizados foram feitos em oratórios privados em desobriga na freguesia.

Esses casais privilegiaram a escolha de padrinhos não indígenas. Assim, considerando que muitos retornaram para a região após a guerra supomos que existia considerável número de indígenas vivendo na sede da freguesia em Nioac e que conviviam

cotidianamente com a população local e procuravam firmar laços de amizade, camaradagem e reconhecimento social por meio do apadrinhamento de seus filhos.

Este parece ser o caso do índio Terena João de Oliveira, casado com Luisa, também Terena. Ao levar seus dois filhos, Manuel e Seliano, ao batismo em janeiro de 1888, o casal escolheu por padrinhos de seus dois filhos outro casal, porém de não indígenas, o Sr. José Alvares de Sanjes Surga e sua esposa Margarita Alvares de Sanjes Surga. O casal Sanjes Surga residia em uma “bonita chácara situada nos subúrbios de Nioac, precisamente na bifurcação do Urumbeva com o rio Nioac”.³⁴⁴ Dessa forma, entendemos a escolha de José Surga e Margarita Surga como compadres dos indígenas João de Oliveira e Luisa como estratégia de construção de alianças por meio do parentesco espiritual, visando maior inserção na comunidade ou mesmo como forma de retribuir favores prestados pelo casal Surga.

A escolha de indígenas como compadre quase não existiu. Apenas três casos foram registrados, sendo que nos três a criança batizada também era filho(a) de indígena. A prática do compadrio entre indígenas, portanto, não foi usual, o que parece confirmar a hipótese de que a escolha do padrinho, no caso dos indígenas presentes no *Livro de batismo*, se dava em função de múltiplos interesses que giravam em torno da sobrevivência e contato destes sujeitos que buscavam angariar reconhecimento social junto a população não indígena.

Nos casos aqui analisados, os indícios apontam para uma certa perspectiva paternalista por parte dos não indígenas, principalmente quando se trata de proprietários de terras. Como já sublinhado, a baixa escolha de padrinhos indígenas, além de indicar um processo de interação e convivência entre indígenas e não indígenas, parece indicar a presença de uma perspectiva que procurava colocar os indígenas em posição inferior, como sujeito que necessitava de amparo e ajuda. Essa relação poderia resultar em práticas como o pedido de tutela, que será descrito logo em seguida, quanto na utilização da mão de obra indígena para serviços em fazendas, que observaremos mais adiante.

Caso exemplar é o de Gustavo Adolpho Ferreira Machado, proprietário da fazenda Canta Galo, localizada na Serra de Maracaju. Gustavo apadrinhou em 1879 os indígenas

³⁴⁴ Além desta descrição o autor ainda aponta sobre a propriedade que: “foi primeiramente do alferes ajudante Elias de Alexandria, por concessão que lhe fizera o comandante militar Leverger no tempo em que Nioac era simples colônia militar. Por morte deste oficial, a chácara, em virtude de doação do mesmo, passou a dona Maria Conceição, que vendeu ao seu atual possuidor depois de tê-la ocupado temporariamente o Rvdo. Padre Simão. O Sr. Surga a melhorou consideravelmente, e está edificando uma boa morada e outra para engenho de açúcar”. LUZ, B. S., *Visita...* Op. cit. p.165.

Terena Manuel, adulto, e Adolpho de 9 anos.³⁴⁵ Três anos depois, em outubro de 1882, na visita do pároco em sua fazenda, Gustavo apadrinhou mais três crianças indígenas, Luiza de 9 anos, Joana de 2 meses e Francisca de 4 meses.³⁴⁶ Já no ano de 1891, o mesmo Gustavo Adolpho, juntamente com sua esposa, Theodora Maria dos Santos, apadrinharam mais três indígenas, Benedicto de 4 anos, Celestina da mesma idade, e Antonio de 6 anos³⁴⁷.

É difícil caracterizar, com as informações que possuímos, qual tipo de relação era mantido por estes indivíduos ao longo desses anos, porém a frequência com que o apadrinhamento de indígenas ocorria aponta para uma convivência permanente dos membros da família de Gustavo Adolpho com indígenas. Aliás, o irmão de Gustavo Adolpho, Gustavo Cesário Ferreira Machado também apadrinhou duas crianças indígenas no ano de 1891.

A fazenda Canta Galo, de propriedade de Gustavo Adolpho Ferreira Machado constituía-se como um dos núcleos populacionais da freguesia Santa Rita em fins do século XIX. Sua localização, relativamente próxima a sede em Nioac, facilitava o acesso de seu proprietário e das pessoas que viviam ali ao povoado. Além disso, Gustavo Adolpho tem seu nome ligado a atividades políticas na localidade no início do período republicano. Ele recebeu o bispo de Cuiabá, em 1886, em nome do *povo serrano*, oferecendo em sua propriedade festejos comemorativos e uma “lauta ceia”, procedida de um discurso eloquente onde enfatizava o local como “inóspito sertão” e “tão remoto município”.³⁴⁸

Uma importante informação levantada durante a pesquisa ajuda a entender a relação mantida entre indígenas e não indígenas em Nioac, na direção de uma prática paternalista e pretensamente solidária, vinculada ao ato do batismo. Em 1891, o cidadão Joaquim Augusto de Oliveira Cesar, casado e residente em Nioac, pediu junto ao Juízo de Órfãos a tutela de Roque, filho da índia Coroado Inocência. Joaquim Augusto havia sido padrinho de batismo do pequeno Roque e justificava sua petição para poder oferecer a ele a “educação precisa”, pois segundo ele, não havia quem lhe oferecesse. O curioso é que o Juiz de Órfãos, Pio José Rufino, nomeou como curador do pequeno Roque, Gustavo Adolpho Ferreira Machado, sendo que por este cargo somente ele poderia conceder a tutela ao suplicante.³⁴⁹ O processo

³⁴⁵ *Livro de Batismo, fôlio 29*. Note-se a semelhança do nome Adolpho, segundo nome de Gustavo, atribuído ao indígena.

³⁴⁶ *Livro de Batismo, fôlios 67v e 68*. As três crianças eram filhas de mães diferentes.

³⁴⁷ *Livro de Batismo, fôlio 163*.

³⁴⁸ LUZ, B. S, *Visita...*, p.171.

³⁴⁹ O curador era o possuidor da guarda, o único responsável por conceder a guarda ao suplicante, com a necessária aprovação do Juiz de Órfão. “O Juízo de Órfãos era o tribunal, ou foro, em que se tratava e decidia

foi aberto em 19 de janeiro de 1891 e no dia seguinte a sentença foi pronunciada pelo juiz Pio concedendo a tutela a Joaquim Augusto.

Esse processo constitui um dos poucos processos cíveis que restaram deste período referente a Nioac no arquivo do Tribunal de Justiça de MS. Sua citação se faz necessária, pois demonstra as relações imbricadas entre o apadrinhamento pelo batismo e a guarda paternalista para com filhos de indígenas. Assim, é possível concluir que na maioria dos batizados indígenas registrados no *Livro de batismos*, o que parece ocorrer com maior frequência é o prestígio e a valorização do papel de *padrinho*, porém não o de *compadre*, por parte dos não indígenas. Além disso, o processo revela a participação do proprietário de terras Gustavo Adolpho em decisões cíveis, que merecem ser investigadas a partir da consulta de outras tipologias documentais.

Nesse aspecto, é necessário salientar, como demonstra Adilson Garcia em sua dissertação sobre a participação dos índios Guaná, ou Terena, no processo de desenvolvimento econômico do sul de Mato Grosso, que nesse período do pós-guerra, com o processo de expansão agropastoril de propriedades rurais voltadas à criação de gado, muitos Terena foram obrigados a trabalhar em fazendas em regime de semiescravidão, como camaradas de conta, sendo uma situação que se estendeu pelo menos até os anos iniciais do século XX.³⁵⁰ Adilson Campos ainda enfatiza que muitos indígenas viviam como ‘agregados’, entendendo-se por isso aquele indivíduo que residia na fazenda, porém, apenas por prestar serviços avulsos sem ser, necessariamente, empregado.³⁵¹ A atividade das mulheres indígenas também foi enfatizada pelo autor, sendo que a “mão-de-obra feminina nas fazendas foi de importância considerável para a sociedade não índia – fazendeiros, gerentes, capatazes, empreiteiros”.³⁵² Segundo Lenir Ximenes, esse período ficou na memória oral dos Terena como tempo de cativo, tempo de servidão, ou escravidão, pois caracterizava, para eles, uma condição de trabalho compulsório.³⁵³

Note-se também a proximidade entre mulheres indígenas e escravas na freguesia. Dois casos foram registrados no ano de 1882, em que mulheres escravas apadrinharam filhos

tudo o que dizia respeito a um menor de idade, ou pessoas incapacitadas, como os pródigos (pessoas que gastam seu capital ou destroem seus bens), os furiosos (pessoas com as faculdades mentais debilitadas) e os indígenas”. CARDOZO, J. C. S.; FLECK, L. C. D.; SCOTT, A. S. V., *O juízo dos órfãos em Porto Alegre*, p.4.

³⁵⁰ GARCIA, A. C., *A participação dos índios Guaná no processo de desenvolvimento econômico do sul de Mato Grosso (1845-1930)*.

³⁵¹ Idem, p.84.

³⁵² Idem, p.88.

³⁵³ XIMENES, L. G., *Terra indígena Buriti: estratégias e performances terena na luta pela terra*, p.74.

de indígenas, e isso juntamente com familiares de seu proprietário. No dia 26 de julho de 1882 Catharina, de aproximadamente 1 ano, filha da índia Clara, foi levada à pia batismal por Alexandre de Arruda Fialho e Innocencia, escrava de José Francisco Fialho. Três meses depois, no dia 4 de outubro de 1882 a pequena Marcelina, de 3 anos de idade, filha da índia Terena Eliza, foi também levada à pia batismal por Izidoro Gabriel de Sousa e Gertrudes, escrava de Emerenciana de Sousa. Esses dois casos revelam uma relação de proximidade entre escravas e mulheres indígenas reconhecida na pia batismal através do instituto do apadrinhamento. A escolha das escravas para se tornarem madrinhas de suas filhas só pôde ser efetuada, pois havia uma convivência prévia com aquelas mães indígenas. Ao que parece essa convivência se deu, nos dois casos expostos acima, em meio ao ambiente familiar dos proprietários das escravas, se levarmos em conta os nomes dos padrinhos escolhidos, que certamente eram parentes dos respectivos proprietários de escravos. É importante enfatizar também que esses são os únicos casos em que escravos aparecem apadrinhando pessoas livres, o que se torna sintomático e pode evidenciar uma relação social simétrica entre escravos e indígenas.

Em relação às demais etnias presentes nos registros da freguesia Santa Rita de Nioac, é preciso pontuar que as relações de convivência e contato também ocorreram. O quadro abaixo traz a relação dos nomes, idades e locais de batismos destes indígenas. É preciso lembrar que a descrição da etnia ao preencher o assento era toda de responsabilidade do pároco, e ele poderia receber essa informação da mãe do batizando, do próprio batizando, dos padrinhos ou atribuí-la a partir de traços que ele considerava relevante. Note-se também, que por viverem nessa região, profundamente marcada pela presença indígena, provavelmente os párocos conheciam alguns traços culturais das diferentes etnias da região.

Quadro 16. Relação dos batizados por etnia, excluindo os Terena

Etnia	Nome	Idade na data do batismo	Local de batismo
Coroados	Galdina	7 anos	Faz. Passa Tempo
	Zacharias	X*	Idem
	Florinda	2 anos	Idem
	Inocencia	10 anos	Idem
	Bonifácio	7 anos	Campo Grande
Kinikinau	Francisco	4 meses	Faz. Forquilha
Guaicuru	Tereza	7 meses	Igreja Paroquial
	Vitalina	11 meses	Idem
Kaiowa	Antonio	9 anos	Igreja Paroquial
	João José	20 anos	Colônia de Dourados
	Ambrósio	4 anos	Faz. Dependência
	Rita	2 anos	Faz. Santa Gertrudes
	Pedro	3 anos	Faz. Santa Rosa
	Amancio	3 anos	Colônia de Dourados
Chamacoco	Augusta	5 anos	Igreja Paroquial
	Maria	8 meses	X*
Guarani	Candida	Adulta	Desobriga

Fonte: *Livro de batismos*. *A informação não está presente no assento de batismo.

É possível verificar a partir do quadro acima que as etnias presentes no Livro de batismos são mesmo algumas daquelas que tradicionalmente ocuparam a porção sul da província de Mato Grosso³⁵⁴. Observando as etnias em separado chama a atenção, especialmente no caso dos Kaiowa, sendo que a idade elevada, acima de 2 anos, ocorre em quase todos os casos. A ausência frequente dos nomes da mãe e do pai dos batizados demonstra que o rito era realizado mesmo sem a presença dos pais, que não eram registrados por não estarem presentes na cerimônia ou mesmo pela ignorância por parte do pároco e dos padrinhos acerca da filiação do batizado. Também é importante notar a distribuição espacial

³⁵⁴ Ver CHAMORRO, G.; COMBÈS, I. *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*.

destas etnias que aparecem, de uma forma geral, mais associadas a fazendas e a colônia de Dourados do que à sede da freguesia em Nioac.

A convivência de indígenas com não indígenas na porção sul da província de Mato Grosso, foi destacada por Lúcia Salsa Corrêa em artigo no qual a historiadora transcreve e comenta fontes documentais que tratam da temática indígena, encontradas no arquivo público de Mato Grosso em Cuiabá. Esses documentos destacam o papel desempenhado por indígenas de diversas etnias, fundamentalmente das citadas acima, “na agricultura de abastecimento interno de alimentos e de artefatos (cerâmicas, redes tecidos rústicos e outros) fornecidos à população que se dedicava a pecuária e que se estabeleceu na região”.³⁵⁵ Os documentos ainda apontam para a utilização da mão de obra indígena nessa região de fronteira, onde havia escassez de braços para a lavoura. Em ofício datado de 3 de fevereiro de 1874, o comandante do corpo de Cavalaria estacionado em Nioac, Tenente Coronel José Diogo dos Reis, ressaltou a necessidade de se atrair e reunir indígenas que se apresentavam, segundo ele, espontaneamente.

Já neste acampamento se me tem apresentado por diferentes vezes um número de 20 a 30 índios e de diferentes nações acompanhados de seus capitães a quem tenho feito melhor agasalho mandando distribuir não só comedorias pelo tempo que aqui se tem demorado, como alguma ferramenta e mais utensílios que os mostram desejos de possuir com o intuito de o chamar estabelecer em suas aldeias, quando não neste acampamento ao menos próximo e mostram ainda estarem possuídos de terror dos paraguaios aos quais tenho feito tranquilizar a tal respeito.

[...] os auxílios de tantos braços até hoje inúteis; os serviços que devem prestar a lavoura e indústria desta parte [a fronteira] talvez a mais rica desta majestosa Província são incalculáveis.³⁵⁶

É possível considerar que os indígenas, ao procurarem o Corpo de Cavalaria acompanhados de seus *capitães*, estavam de alguma forma agindo politicamente em busca de negociações, visando o trabalho ou outros interesses que lhes eram pertinentes.

Aparece de forma clara também, a preocupação com a população indígena por parte do comandante do destacamento, tratada em termos de sanar a necessidade de mão de obra, inserindo o aldeamento das potenciais forças de trabalho que eles representavam como alvo das ações do governo provincial. Ao que parece essa já era uma prática dos proprietários

³⁵⁵ CORRÊA, L. S., *A fronteira indígena no sul de Mato Grosso – século XIX: fontes comentadas*, p.159.

³⁵⁶ Idem, p.161. Fonte: Lata 1874- Mss., Documentos Avulsos - APEMAT. Cuiabá-MT.

rurais que se estabeleceram na região, pois como enfatiza Lúcia Salsa, a falta de recursos de capital desses fazendeiros, aliado ao estado de pobreza que muitos indígenas, expropriados de suas terras, se encontravam, favoreciam tal prática. No mesmo ofício citado acima, o comandante José Diogo dos Reis, citou o pedido de um proprietário rural:

Passo às mãos de V Ex. o Ofício incluso o qual me foi dirigido pelo cidadão Pedro Ferreira Ribeiro em serra acima distante deste acampamento oito léguas em que me pede auxílio para atrair os Índios chegados a fazenda do mesmo denominada Santa Gertrudes e com o fim de os aldear nas margens do rio Brilhante.³⁵⁷

Pedro Ferreira Ribeiro, proprietário da fazenda Santa Gertrudes, afirmou ainda em outro ofício, citando juntamente alguns fazendeiros, que estes desejavam "civilizar os índios para o trabalho e que a falta de braços para a lavoura e a criação de gado" provocava a quase extinção dessas atividades entre os moradores daquela fronteira.³⁵⁸ É interessante observar que o mesmo Pedro Ferreira Ribeiro foi registrado no *Livro de batismos* como padrinho dos índios Terena Augusto de 2 anos, Luíza de 4 anos e Basílio de 1 ano, todos batizados no dia 16 de junho de 1881 em desobriga³⁵⁹.

Ao longo da pesquisa não encontramos nenhuma referência contundente que demonstrasse a existência de um aldeamento de indígenas nos limites da freguesia Santa Rita. Dessa forma, não foi possível saber se o pedido de Pedro Ferreira e dos demais fazendeiros foi atendido pelo governo provincial. No entanto, ao analisar o *Livro de batismos* é possível verificar que o pároco, em dois assentos, assinala a existência de uma *aldeia* na freguesia. Em um dos poucos momentos que foi registrado o local de nascimento do batizado, o pároco local assim registrou o nascimento do pequeno Candido:

Candido, filho natural de Mariana, índia, **nasceu numa aldeia desta paróquia** a 15 de novembro de 1888 e o batizei somente nesta igreja matriz a 6 de junho de 1889, padrinhos Angelo Candia e Maria da Costa Maranhão³⁶⁰.

Como o local da aldeia não foi citado neste e no outro caso em que o pároco registra o nascimento em aldeia, não foi possível saber onde se localizava, ou mesmo se o que o pároco se referia era realmente um aldeamento indígena ou apenas o local tradicional onde viviam.

³⁵⁷ Idem, p.162. Fonte: Lata 1874- Mss., Documentos Avulsos - APEMAT. Cuiabá-MT.

³⁵⁸ Idem, p.162.

³⁵⁹ *Livro de Batismo, fôlio 39.*

³⁶⁰ *Livro de Batismo, fôlio 117v.* [grifo meu]

Enfim, estes indícios apontam para a perspectiva da relação destes sujeitos com a população indígena, que parece, girava em torno de *aproveitá-los* como mão de obra. Esta possibilidade parecia plausível àqueles proprietários certamente porque mantinham contatos e relações com muitos indígenas, que os colocavam em uma posição de *submissão*, e isso, possivelmente ocorreu também através do compadrio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o processo histórico de formação do núcleo populacional conhecido como Nioac, ficou patente sua importância para a região sul da província de Mato Grosso no contexto do século XIX. As ações militares, empreendidas com o fim de guarnecer a fronteira do Império, a política de criação das colônias militares e a atividade de viajantes que àquele momento perscrutavam a região sul da província com interesses diversos, propiciaram o surgimento daquele aglomerado populacional, que possuía um marcante traço militar.

O estabelecimento do comando do distrito militar de Miranda em Nioac foi de suma importância para a localidade adquirir uma centralidade regional no período anterior à Guerra com o Paraguai. Após este conflito armado, que provocou incontáveis perdas materiais e humanas, sobretudo na porção sul da província de Mato Grosso, a localidade passou por um processo de reconstrução. Nesta conjuntura, a partir de década de 1870, a localidade foi escolhida para ser sede de uma outra jurisdição do Império, desta vez eclesiástica, a freguesia. Ao que tudo indica, a escolha de Nioac como sede de uma freguesia que circunscrevia boa parte do planalto sul de Mato Grosso, estava relacionada com o fato de que a localidade foi durante vários anos comando de um distrito militar. Sendo já conhecida pelo governo provincial e com uma estrutura, ainda que insipiente, já formada, o Estado teria menos gastos estabelecendo o aparato religioso naquele ponto, que se constituía como um dos mais distantes da fronteira da província de Mato Grosso.

Nesse contexto, que também é um momento em que se dirigiram para a região muitas famílias vindas de outras províncias e de outras localidades de Mato Grosso, Nioac teve instalada sua paróquia, que a partir de 1877, através do sacerdote local, passou a realizar os sacramentos em fazendas, povoados e colônias militares da freguesia, dando início, assim, aos registros de batismo. Note-se, nesse aspecto, que o destacamento militar estabelecido na localidade muito contribuiu para a nova paróquia instalada, fornecendo tanto o local para a Igreja Matriz como os sacerdotes responsáveis pela freguesia, os quais eram capelães tenentes.

Os registros de batismo produzidos por estes párocos nos forneceram ricas informações e foram decisivos para compor esta investigação. A qualidade do alcance destes assentos, que incluía os mais distintos estratos sociais e culturais daquela sociedade, mesmo por ser o registro oficial de nascimentos da época, nos permitiu ter uma visão abrangente da

população, enfatizando também os escravos, indígenas, e os sujeitos comuns, muitas vezes esquecidos da literatura histórica regional.

O batismo católico constituía um sacramento muito importante para aquela sociedade. Segundo as leis do Império, o registro oficial de nascimento de todo brasileiro deveria ser feito pelos sacerdotes católicos em livro específico e após a realização daquela celebração religiosa. Assim, foi preciso considerar que, ao buscar o rito católico do batismo, aqueles sujeitos não estavam em busca apenas de *obedecer* aos preceitos religiosos.

Ao propor algumas leituras e interpretações dos temas da família, ilegitimidade e compadrio, procuramos demonstrar que a população da freguesia Santa Rita de Nioac era heterogenia, possuía arranjos familiares distintos, confirmados pelas taxas de ilegitimidade, que nos indicam formas de convivências e relacionamentos entre aqueles sujeitos que não se enquadravam nas normatizações da Igreja.

Foi possível verificar que as relações de apadrinhamento foram importantes naquele contexto, tanto para livres e indígenas quanto para escravos. A trama de relações firmadas na pia batismal pelos sujeitos que viviam na freguesia ainda está por ser melhor investigada. Por não ser o interesse principal deste trabalho reconstruir as redes de relacionamento entre aqueles indivíduos, optamos somente por apontar e indicar alguns caminhos que nos parecem profícuos para futuras análises e realizar algumas leituras que consideramos relevantes.

Registramos índices de ilegitimidade diversos nos distintos locais que compunham a freguesia Santa Rita de Nioac. Comparando os dados da sede com outros lugares da freguesia foi possível supor que um dos fatores predominantes para a existência de filhos ilegítimos em meio a população livre era a presença militar, pois as taxas mais elevadas apareceram precisamente nos locais onde a vivência militar era marcante.

Entre a população escrava foi possível verificar que predominou a escolha por pessoas livres para servirem como padrinhos/madrinhas de seus filhos nascidos sob a égide da lei do ventre livre. Estes dados demonstram o caráter estratégico das composições de compadrio firmadas pelos cativos, pois eles claramente procuravam criar laços sociais com indivíduos livres. Constatamos também a existência de casais escravos unidos pelo matrimônio católico, sendo que a família escrava era uma realidade na freguesia Santa Rita de Nioac. Ademais, os assentos de batismos permitiram-nos visualizar que a maior parte dos cativos estavam em fazendas, sendo poucos os casos em que ocorrem batismo de filhos de escravas na sede da freguesia em Nioac. Identificamos o apadrinhamento de filhos de

escravos por indivíduos ligados ao senhor, seja parentes ou compadres, e as relações entre escravos de donos distintos que se tornavam compadres uns dos outros. Este último aspecto, evidencia a mobilidade destes cativos entre propriedades de outros senhores, o quais eram ligados aos seus proprietários, em muitos casos, também pelo compadrio.

Também, procuramos demonstrar que é fundamental considerar a presença indígena na freguesia, os quais aparecem de forma significativa nos registros batismais daquela paróquia. Indígenas de diversas etnias estavam presentes na freguesia. Identificamos ao menos sete etnias, sendo os Terena, Kaiowa, Kinikinau, Guarani, Chamacoco, Coroados e Guaikuru. Como apontamos, os Terena tiveram presença mais significativa nos assentos, constituindo a grande maioria dos indígenas presentes na freguesia. A idade de batismo avançada de muitos indígenas indica que o contato com a doutrina e práticas católicas era recente. A maior parte dos apadrinhamentos de filhos de indígenas eram realizados por não indígenas, o que nos leva a pensar que o compadrio podia ter uma função estratégica de inclusão social e cultural destes indivíduos na sociedade não indígena. Além disso, o número majoritário de apadrinhamentos de filhos indígenas por não indígenas, aliado a algumas referências encontradas em outras fontes, nos indicaram a existência de certa perspectiva paternalista por parte dos não indígenas.

A proposta de investigar esta freguesia de fronteira, socialmente diversa, a partir desta tipologia documental foi um desafio. As possibilidades que a fonte abre durante a pesquisa são por demais interessantes e nos convidam a prosseguir em uma investigação mais detalhada. No entanto, as escolhas e recortes aqui tomados tiveram o objetivo de *iniciar* o debate, apontando caminhos para futuros trabalhos que se dediquem ao conhecimento histórico daquela sociedade.

Neste sentido, vale lembrar que esta pesquisa possui ineditismo tanto no uso da fonte para essa região quanto no estudo de uma localidade ainda pouco analisada, mas que se constituiu, como procuramos apresentar nessas linhas, de fundamental importância para a região do planalto sul de Mato Grosso em fins do século XIX.

FONTES

Jornais:

A Imprensa de Cuyabá, Cuiabá, edição de 7/06/1865. (Microfilme, disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>).

O Iniciador, Corumbá, edição de 5/12/1880. (Microfilme, disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>).

O Iniciador, Corumbá, edição de 5/01/1883. (Microfilme, disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>).

Leis e Censos:

BRASIL, Constituição Política do Império de Brasil de 25 de março de 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em 08/06/2016

BRASIL. Decreto nº 1.318 de 30 de janeiro de 1854. Manda executar a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. *Collecção das leis do Império do Brasil de 1854*. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1854. Tomo XVII Parte II.

BRASIL. Decreto nº 1.578 de 10 de março de 1855. Crea duas Colonias militares na Província de Mato Grosso. *Collecção das leis do Império do Brasil de 1855*. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1855. Tomo XVIII Parte II.

BRASIL. Recenseamento do Brasil em 1872. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/instrumentos_de_coleta_detalhes.php?documento=1101. Acesso em: 20/07/2016.

BRASIL. Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1898. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/>. Acesso em: 20/07/2016.

Mapas:

CROQUIS da parte da província de Mato Grosso imediata aos limites com a República do Paraguai, projetada para uma melhor inteligência de uma exposição que o acompanha. [S.l.: s.n.], 1 mapa ms, col, 48,5 x 85cm em folha de 52 x 89.1876. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso em: 23-05-2016.

Mappa da fronteira do sul da Província de Mato Grosso, organizado pelo Chefe da Divisão Augusto Leverger. 1856. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervodigital/> acesso: 19-03-2016.

Relatório de Presidente de Província:

Fala com que o Excelentíssimo senhor Hermes Ernesto da Fonseca abriu a 2ª Sessão da 21ª Legislatura da Assemblèia Provincial de Mato Grosso: Cuiabá, 1877.

Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 4ª Sessão da 9ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, 1856. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1856.

Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 2ª Sessão da 10ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra Jeronimo Francisco Coelho, 1858. Rio de Janeiro, Typografia Nacional, 1858

Relatório apresentado ao Illm^o e Ex. Sr. Tenente Coronel Albano de Souza Osório, Vice-Presidente da Província de Mato Grosso pelo presidente chefe d'esquadra Barão de Melgaço ao entregar a administração da mesma província: Cuiabá, 1866.

Relatório com que o Exm. Sr. Dr. João José Pedrosa presidente da província de Mato Grosso abriu a Lª Sessão da 22ª legislatura d respectiva assembleia: Cuiabá, 1878.

Relatório que o Sr. Vice-Presidente Dr. José Joaquim Ramos Ferreira devia apresentar a Assembleia legislativa provincial de Mato Grosso na 2ª sessão da 26ª Legislatura no dia de setembro de 1887: Cuiabá, 1 de novembro de 1887.

Relatos de Viagens e Cronistas:

BUENO, Francisco Antônio Pimenta. Memória Justificativa dos trabalhos de que foi encarregado à Província de Mato Grosso segundo as instruções do Ministério da Agricultura de 27 de maio de 1879. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1880. Disponível em: <http://www.ihgms.org.br/acervo-2/biblioteca-digital-do-ihgms>.

MELGAÇO, Barão de. Apontamentos para o Diccionario Chorografico da Província de Mato Grosso pelo Barão de Melgaço. In. Revista Trimestral do IHGB: Rio de Janeiro, Typographia Universal, 1854. Tomo XLVII, Parte II.

LOPES, Joaquim Francisco. Itinerario de Joaquim Francisco Lopes, encarregado de explorar a melhor via de comunicação entre a Província de S. Paulo e a de Matto Grosso pelo Baixo Paraguay. In: Revista Trimestral do IHGB: Rio de Janeiro, Typographia Universal, 1854. Tomo XIII, Segunda Edição.

LUZ, Bento Severino da. Visita pastoral do sul. In: LEITE, Luiz P. Pereira. Bispo do Império. São Paulo: Resenha Tributária, 1979. p. 67-201.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. Notícia sobre a província de Mato Grosso. São Paulo: Typografia de Henrique Shoroeder, 1869. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221713>.

PITANGA, Epifanio Candido de Sousa. Diário da viagem do Porto do Jatahi à villa de Miranda: compreendendo os rios Tibagi, Paranapanema, Paraná, Samambaia, Ivinhema e Brilhante, o Varadouro do Neoac, e os rios Neoac e Miranda. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico, e Ethnográfico do Brazil*. Rio de Janeiro: Typografia de Domingos Luiz dos Santos, Tomo XXVII, p.149-192, 2 trimestre de 1864.

Fontes Eclesiásticas:

CONSTITUIÇÕES primeiras do arcebispado da Bahia feitas e ordenadas pelo ilustríssimo, e reverendíssimo senhor D. Sebastião Monteiro da Vide 5º arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de sua majestade: propostas e aceitas em Sínodo diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de unho do ano de 1707. São Paulo: Typografia 2 de dezembro de Antonio de Louzada Antunes, 1853.

Livro nº1 de registros de batismos da paróquia Santa Rita de Levergeria (1878-1891). Nioaque-MS: secretaria da paróquia Santa Rita de Cássia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALMEIDA, Elaine Aparecida Cancian de. *A cidade e o rio: escravidão, arquitetura urbana e a invenção da beleza. O caso de Corumbá (MS)*.234 f. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados.

_____. *Nos “confins do sertão” de Miranda: Ocupação da terra, economia e trabalho (1830-1892)*. 557f. 2014. Tese (Doutorado em História) – UFGD, Dourados.

ALMEIDA, Mário Monteiro de [1951]. *Episódios históricos da formação geográfica do Brasil: fixação das raias com o Uruguai e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1951. 636 p.

ARAÚJO, Renata Malcher de. *Nem eles tal vila pediam, nem queriam: a criação de Vila Bela da Santíssima Trindade e a estruturação da capitania das minas do Cuiabá e Mato Grosso*. In. LEMES, Fernando Lobo (Coord.); SOUSA, Avanete Pereira; REINATO, Eduardo José;

BACELLAR, Carlos. *Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos*. In. PINSK, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

BARBOSA, Pablo Antunha. *Las Jornadas Meridionales y la formación de los aldeamientos indígenas de las provincias de San Pablo, Paraná y Mato Grosso entre 1840 y 1889: profetismo y movilidad guaraní*. In. LANGER, Protásio Paulo; CHAMORRO, Graciela(orgs.). *Missões, Militância Indigenista e Protagonismo Indígena*. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2012.

BASSANEZI, Maria Silvia. *Registros paroquiais e civis: Os eventos vitais na reconstituição da história*. In. PINSK, Carla Bassanezi. LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012.

BELINAZZO, Terezinha Maria. *A população da paróquia de Santa Maria da Boca do Monte 1844-1882*. 317f. 1981. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR, Curitiba.

BITTAR, Marisa. *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande à capital*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999.

BRASIL, Maria do Carmo. *História e historiografia da Escravidão no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul*. Anais do XXV Simpósio Nacional de História (ANPUH) – Fortaleza, 2009.

BRÜGGEMANN, Adelson André. *A sentinela isolada: o cotidiano da colônia militar de Santa Thereza (1854-1883)*. 313f. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis, 2013.

CABRAL, José de Freitas. *O Município de Nioac*. In. AYALA, S. Cardoso & SIMON, Feliciano (org). *Album gráfico do Estado de Mato Grosso*. Corumbá, Hamburgo, 1914.

CAMPESTRINI, Hildebrando. GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. Segunda Edição. Campo Grande: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, 1991.

CARDOZO, José Carlos da Silva; FLECK, Eliane Cristina. Dreckmann; SCOTT, Ana Silva Volpi. *O juízo dos órfãos em Porto Alegre*. *Justiça & História*, v. 09, p. 107-134, 2012. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/me

morial_judiciario_gaucha/revista_justica_e_historia/issn_1677-065x/v9n17n18/O_JUIZO.pdf.

CASCUDO, Luis da Câmara. Dicionário do Folclore brasileiro. 10ª Edição, Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

CAVALCANTE, Else Dias de Araújo. *A Sífilis em Cuiabá: saber médico, profilaxia e discurso moral (1870-1890)*. 168f. Dissertação (Mestrado em História) – UFMT, Cuiabá, 2003.

CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle. *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: História, cultura e transformações sociais*. Dourados: Ed. UFGD, 2015.

CHAGAS, P. R. *Idade ao nascer, idade ao batizar: prática religiosas na sociedade curitibana setecentista. (Séculos XVIII e XIX)*. 68f. Monografia (História) – UFPR, Curitiba, 2007.

CORRÊA, Lúcia Salsa. A fronteira indígena no sul de Mato Grosso – século XIX: fontes comentadas. *Tellus*, ano 2, n.2, p. 155-169, abril 2002, Campo Grande – MS.

_____. *Corumbá: Um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso, 1870-1920*. [Corumbá] 1981. 154f. Datilografado.

CORREA, Valmir Batista. *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006.

CREMONESE-ADAMO, Camila. *Fronteira, mitos e heróis: a criação e apropriação da figura do Tenente Antônio João Ribeiro no antigo sul de Mato Grosso*. 177f. dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados, 2010.

CRESPE, A. C. *Mobilidade e temporalidade Kaiowá: do Tekoha à reserva, do Tekoharã ao Tekoha*. 428f. Tese (Doutorado em História) – UFGD, Dourados, 2015.

DALMOLIN, José Vicente. Nioaque no contexto da história de Mato Grosso do Sul e do Brasil – século XIX. CD-ROM [2004?]

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DOURADO, Maria Tereza Garritano. O Cotidiano nos Campos da Vacaria (Mato Grosso – século XIX). Anais do XVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis (SC), Julho 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/site/anaiscomplementares>.

ESSELIN, Paulo Marcos. A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do pantanal sul-mato-grossense (1830-1910). Dourados: Ed. UFGD, 2011.

FARIA, Aluísio Gonçalves de. *Ações militares em Mato Grosso: o Batalhão 21 de Infantaria e a Guerra com o Paraguai*. 135f. Dissertação (Mestrado em História) – UFMT, Cuiabá, 2009.

FARIA, Regina Helena Martins de. *Organização militar e formação do campesinato no século XIX: o caso da Colônia Militar do Gurupi no Maranhão*. In. IV JORNADA INTERNACIONAL DE POLITICAS PUBLICAS. 2009, São Luiz – MA, Anais... São Luiz: UFMA/PPGPP, 2009.

FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica. In. CARDOSO, Ciro.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. 3ª Ed., Lisboa: Editorial Presença, 1989.

FRANCO, Renato. CAMPOS, Adalgisa Arantes. Notas sobre os significados religiosos do batismo. *Varia História*, nº31, Janeiro 2004, p.21-40.

FRAGOSO, João. Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais (Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII). In. FRAGOSO, J.; GUEDES, R.; SAMPAIO, A. C. J. (orgs.). *Arquivos Paroquiais e história social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

FREIRE, Jonis. *Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista*. 2009. 346 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

FRIDMAN, Fania. Freguesias do Rio de Janeiro ao final do século XVIII. Anais do II Encontro Internacional de História Colonial. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Sertão, Fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*. Cuiabá, MT: Entrelinhas: EdUFMT, 2012.

GARCIA, Adilso de Campos. *A participação dos índios Guaná no processo de desenvolvimento econômico do sul de Mato Grosso (1845-1930)*. 145f. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Mato Grosso (1850-1889): uma província na fronteira do Império*. 2001. 142f. (Mestrado em História Econômica) – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas.

GINZBURG, C. *O nome e o como: Mercado Historiográfico e troca desigual*. In: Carlo Guinzburg, Enrico Caltelnuovo & Carlo Poni. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Difel-Bertrand Brasil, 1989.

_____. *Sinais, Raízes de um Paradigma Indiciário*. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GOMES, Edgar da Silva. *A Separação Estado - Igreja no Brasil (1890): uma análise da pastoral coletiva do episcopado brasileiro ao Marechal Deodoro da Fonseca*. 239f. Dissertação (Mestrado em Teologia Dogmática) – Pontifícia Faculdade de Teologia N. S. Assunção, São Paulo, 2006.

GOUVEIA, Maria de Fátima. *O império das províncias: Rio de Janeiro (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Dividindo as províncias do Império: a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado Nacional brasileiro (1826-1854)*. 487f. Tese (Doutorado em História Econômica) – USP, São Paulo, 2012.

GUDEMAN, Stephen. SCHWARTZ, Stuart. *Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII*. In: REIS, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasilienses, 1988.

GUTERRES, Letícia Batistella Silveira. *Escravidão, família e compadrio ao sul do império do Brasil: Santa Maria (1844-1882)*. 468f. Tese (Doutorado em História Social) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

HELOÍSA, Meira. *Batismo e compadrio de índios: um balanço bibliográfico e um estudo de fontes batismais do aldeamento de Rio Pombo e Peixes (MG), 1767-1787*. Anais do I Seminário de História: Caminhos da Historiografia Brasileira Contemporânea – Universidade Federal de Ouro Preto, 2006. Disponível em: <http://www.seminariodehistoria.ufop.br/seminariodehistoria2007/>.

HEMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)*. 474 f. Tese (Doutorado em História Social) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

HENRY, Louis. *O levantamento dos registros paroquiais e a técnica de reconstituição de famílias*. In: MARCÍLIO, Maria Luiza. *Demografia histórica: orientações técnicas e metodológicas*. São Paulo: Lavraria Pioneira Editora, 1977.

JESUS, Nauk Maria de (org.). *Dicionário de história de Mato Grosso: período colonial*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2011.

KNAPP, Gláucio. "*por muito de minha livre vontade*": As Cartas de Liberdade no Sul da Província de Mato Grosso (1840-1888). 2013.165 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados.

LIMA, Astúrio Monteiro de. *Mato Grosso de outros tempos: pioneiros e heróis*. São Paulo: Editora Soma LTDA, 1978.

LOPES, Eliane Cristina. *O revelar do pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998.

LOTT, Mirian Moura. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. In. Anais... VII Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões. Universidade Católica de Minas Gerais: 2005, Belo Horizonte.

LUCÍDIO, João Antônio Botelho. *Nos confins do Império um deserto de homens povoado por bois: a ocupação do Planalto Sul Mato Grosso, 1830-1870*. 1993. 308 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói.

MACHADO FILHO, Oswaldo. Ilegalismos e jogos de poder: um crime célebre em Cuiabá (1872) e suas verdades jurídicas (1840-1880). 2003. 442 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP: Campinas.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000.

_____. Demografia Histórica. São Paulo: Pioneira, 1977.

MARCUZZO, Francisco Fernando Noronha; COSTA, Helen de Campos. Estudo da Sazonalidade das Chuvas no Estado do Mato Grosso do Sul e Sua Distribuição Espaço-Temporal. Revista Brasileira de Geografia Física 01 (2012) 73-86. Disponível em: http://www.cprm.gov.br/publique/media/Art_Estudo_Marcuzzo.pdf.

MARIN, Jérri Roberto. O acontecer e “desacontecer” da romanização na fronteira do Brasil com o Paraguai e Bolívia. 2000. 566f. Tese (Doutorado em História). FCL/Unesp, Assis.

_____. *Recristianização e civilização dos sertões mato-grossenses: a visita pastoral de D. Carlos Luiz D’Amour ao sul da diocese de Cuiabá, 1886*. In. MARIN, Jérri Roberto; VASCONCELOS, Cláudio Alves de (Orgs.). História, região e identidades. Campo Grande: UFMS, 2003.

MARIN, Jérri Roberto; SQUINELO, Ana Paula. *Pela salvação das almas: a presença religiosa nos campos de batalha da Guerra do Paraguai*. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 7, n. 1, abr., 2014.

MARQUES, Rubens Moraes da Costa, *Trilogia do patrimônio histórico e cultural Sul-Mato-Grossense*. Campo Grande: Editora UFMS, 2001.

MARTINS, José de Souza [1975]. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: _____. *Capitalismo e tradicionalismo no Brasil: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Ed. Pioneira, 1975. cap. 3, p. 43-50. Apud. QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. José de Souza Martins e os conceitos de *Frente de Expansão e Frente Pioneira*. In. Anais... XII Encontro da Associação Nacional de História – Seção MS: 2014, Aquidauana.

MARX, Murilo. *Cidade no Brasil: Terra de Quem?* São Paulo: Edusp, Nobel, 1991.

MENESES, Alfredo da Mota. *A Guerra é nossa: a Inglaterra não provocou a Guerra com o Paraguai*. São Paulo: Contexto, 2012.

MONTEIRO, John. Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORAES, Sibeles de. O episcopado de D. Carlos Luiz D'Amour (1878-1923). 2003. 144f. Dissertação (Mestrado em História) – UFMT, Cuiabá.

MOREIRA, P. R.; GARCIA, N. P., Negro não se casa: um balanço da historiografia sobre família escrava no Rio Grande do Sul. In. In. SCOTT, Ana Silvia Volpi; CARDOZO, José Carlos da Silva; FREITAS, Denize Terezinha Leal; SILVA, Jonathan Fachini da. (org.) *História da família no Brasil meridional: temas e perspectivas*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014.

MOURA, Noêmia.; Acçolini, Grazielle. Os Terena em Mato Grosso do Sul. In. *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: História, cultura e transformações sociais*. Dourados: Ed. UFGD, 2015.

NACIF, Paulo Cezar Miranda. *Diante da pia batismal: as alianças de compadrio em Minas Gerais durante o período colonial*. 2014. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói – RJ.

NOVAIS, Fernando A.; ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da vida privada no Brasil*, v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

NUNES, Franciano Alves. *Aspectos da colonização militar no norte do Império: povoamento, segurança, defesa do território e conflitos*. In. *Revista Brasileira de História Militar: Ano III, nº VII, abr., 2012*.

OLIVEIRA, Jorge Eremites; PEREIRA, Levi Marques. *Terra indígena Buriti: perícia antropológica, arqueológica e histórica sobre uma terra terena na Serra de Maracaju, Mato Grosso do Sul*. Dourados: Ed. UFGD, 2012.

PAIVA, Adriano Toledo. Os Índigenas e os processos de conquista dos sertões de Minas Gerais (1767-1813). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

PALERMO, Miguel Ângelo. *Nioaque* – Evolução Política e Revolução em Mato Grosso. Série Memória Sul-Mato-Grossense. 3 ed. Campo Grande, Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2010.

PENTEADO, Yara. (org). “*como se de ventre livre nascido fosse...*”: Cartas de liberdade, revogações, hipotecas e escrituras de compra e venda de escravos. 1838 – 1888. Campo Grande, MS: SEJT.MS: SEEEDB.MS: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares: DF, 1993.

PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX*. São Paulo: Contexto, 2001.

PEREIRA, Ana Luiza de Castro. A ilegitimidade nomeada e ocultada na vila de Nossa Senhora da Conceição do Sabará. Anais do XI Seminário sobre a economia mineira. Minas Gerais, 2004

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. Articulações econômicas e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX). In: LAMOSO, Lisandra P. (Org.). Transportes e políticas públicas em Mato Grosso do Sul. Dourados: Ed. UFGD, 2008.

_____. *Temores e esperanças: o antigo sul de Mato Grosso e o Estado Nacional brasileiro*. In. MARIN, Jéri Roberto; VASCONCELOS, Cláudio Alves de (Orgs.). História, região e identidades. Campo Grande: UFMS, 2003.

ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SAMARA, Eni de Mesquita. A Constituição da família na população livre (São Paulo no século XIX). Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/368>.

SAMPAIO, Patrícia Melo. NASCIMENTO, Natália Albuquerque. *Etnia e legitimidade: fontes eclesiásticas e história indígena na Amazônia*. In. SAMPAIO, Patrícia Melo; ERTHAL, Regina de Carvalho (org.). *Rastros da Memória: histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2006.

SANTOS, Ana Cláudia Martins dos. *O Exército nas fronteiras do Império: mobilização militar e defesa da província de Mato Grosso (1850-1864)*. 156f. dissertação (Mestrado em História) – UFMT, Cuiabá, 2011.

SABOYA, Vilma Eliza Trindade. A Lei de Terras (1850) e a Política Imperial – seus reflexos na Província de Mato Grosso. In: _____. *Revista brasileira de História*. São Paulo, v. 15, n. 30, p. 115-136, 1995.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. “Descobrimdo” as Famílias no passado brasileiro: uma reflexão sobre a produção historiográfica recente. In. SCOTT, Ana Silvia Volpi; CARDOZO, José Carlos da Silva; FREITAS, Denize Terezinha Leal; SILVA, Jonathan Fachini da. (org.) História da família no Brasil meridional: temas e perspectivas. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014.

SENA, Divino Marcos de. *Livres e pobres no centro da América do Sul: Um estudo sobre os camaradas (1808-1850)*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2013.

_____. Matrimônios e batismos na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Alburquerque – Província de Mato Grosso (1836-1862). Revista Diálogos (Maringá. Online), v. 17, n.1, p. 185-225, jan.-abr./2013.

SENA, Ernesto Cerveira de. *Entre anarquizadores e pessoas de costumes: a dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso (1834-1870)*. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato, 2009.

SEREJO, Hélio. *Nioaque: Um Pouco de sua História*. In. Obras Completas, Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2008.

_____. O homem mau de Nioaque (crônica histórica). Presidente Venceslau, SP: 1959.

SGANZERLA, Alfredo. *A história de Frei Mariano: o missionário do pantanal*. Campo Grande, MS: FUCMT, 1992.

SILVA, Gian Carlo de Melo. *Um só corpo, uma só carne: casamento, cotidiano e mestiçagem no Recife colonial (1790-1800)*. Maceió: EDUFAL, 2014.

SILVA, Giovani José da. *De Mbayá-Guaikurú a Kadiwéu: uma sociedade de artistas e guerreiro*. In. *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: História, cultura e transformações sociais*. Dourados: Ed. UFGD, 2015.

SLENES, Robert. W. Senhores e subalternos no Oeste paulista. In: ALENCASTRO, Luis Felipe de (Org). *História da Vida Privada no Brasil Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SQUINELO, Ana Paula; MARIN, Jérri Roberto. *150 anos da Guerra do Paraguai: projetos, comemorações e apropriações em torno da retirada da Laguna*. Revista História: Debates e Tendências – v. 15, n. 2, jul./dez. 2015, p. 383-397.

TAUNAY, Visconde de. *A Retirada da Laguna*. São Paulo: Edições de Ouro, 1952.

_____. *Em Mato Grosso invadido (1866-1867)*. CIA Melhoramentos de SP, s/d.

_____. Dias de Guerra e de Sertão. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1927.

TULUX, Bruno Mendes. O presídio de Miranda e a defesa do Império Português na fronteira sul da capitania de Mato Grosso (1797-1822). 231f. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados.

VANGELISTA, Chiara. Os Boe Bororo. In. *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: História, cultura e transformações sociais*. Dourados: Ed. UFGD, 2015.

VARGAS, V. L. F. *A dimensão sócio-política do território para os Terena: As aldeias nos séculos XX e XXI*. 187f. 2011. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói - RJ.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. São Paulo: Editora Marco Zero; Cuiabá-MT: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1993.

XIMENES, Lenir Gomes. *Terra Indígena Buriti: estratégias e performances terena na luta pela terra*. 2011. 136f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

WEIGERT, Daniele. Compadrio e família escrava em Palmas, província do Paraná (1843-1888). 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Desbravamento e Catequese na constituição da nacionalidade brasileira: as expedições do Barão de Antonina no Brasil Meridional*. In. *Revista Brasileira de História*, V.15, n30. São Paulo, 1995.

WOJCIECHOWSKI, Eula. *Sem lei nem rei: debochados, vadios e perniciosos*. Os soldados militares na província de Mato Grosso, 1850 a 1864. 135f. Dissertação (Mestrado em História) – UFMT, Cuiabá, 2004.

YAMASHITA, Quelce dos Santos. *Práticas matrimoniais na província de Mato Grosso: o discurso moderno e os casamentos consanguíneos (1850-1889)*. 195f. Dissertação (Mestrado em História) – UFMT: Cuiabá, 2010.